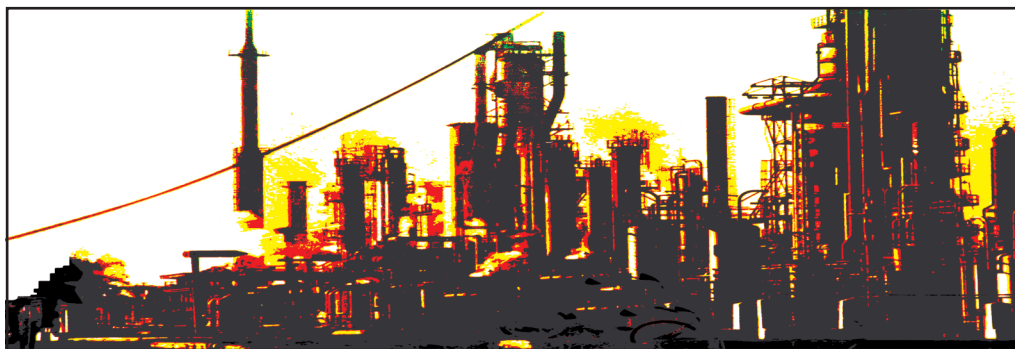


ipea

ROBERTO

EUGÊNIO

# SIMONSENGUDIN



## Desenvolvimento

O debate pioneiro de 1944-1945

Ensaio e comentários de  
Aloísio Teixeira  
Gilberto Maringoni  
Denise Lobato Gentil

ipea  
Por um Brasil desenvolvido

# Desenvolvimento

O debate pioneiro de 1944-1945

Ensaio e comentários de  
Aloísio Teixeira  
Gilberto Maringoni  
Denise Lobato Gentil

Brasília, 2010

**ipea**

## **Governo Federal**

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da  
Presidência da República**  
**Ministro** Samuel Pinheiro Guimarães Neto

## **Autores:**

Aloísio Teixeira  
Gilberto Maringoni  
Denise Lobato Gentil



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

### **Presidente**

Marcio Pochmann

### **Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Fernando Ferreira

### **Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais**

Mário Lisboa Theodoro

### **Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

José Celso Pereira Cardoso Júnior

### **Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

João Sicsú

### **Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Liana Maria da Frota Carleial

### **Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Márcio Wohlers de Almeida

### **Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

Jorge Abrahão de Castro

### **Chefe de Gabinete**

Persio Marco Antonio Davison

### **Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

# Desenvolvimento

O debate pioneiro de 1944-1945

Ensaio e comentários de  
Aloísio Teixeira  
Gilberto Maringoni  
Denise Lobato Gentil

Brasília, 2010

**ipea**

---

Desenvolvimento : o debate pioneiro de 1944-1945 / ensaios e comentários de Aloísio Teixeira, Gilberto Maringoni, Denise Lobato Gentil. – Brasília : Ipea, 2010.  
128 p.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-781-1041-2

1. Simonsen, Roberto Cochrane, 1889-1948. 2. Gudin, Eugenio, 1886-1986. 3. História Econômica. 4. Política Econômica. 5. Desenvolvimento Econômico. 6. Pensamento Econômico. 7. Análise Histórica. 8. Brasil. I. Teixeira, Aloísio. II. Maringoni, Gilberto. III. Gentil, Denise Lobato. IV. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.981

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## *Sumário*

---

APRESENTAÇÃO – João Sicsú.....07

### **PARTE I - A HISTÓRIA**

*Aloísio Teixeira e Denise Lobato Gentil*

O DEBATE EM PERSPECTIVA.....11

### **PARTE II - OS PERSONAGENS E AS IDÉIAS**

*Gilberto Maringoni*

O PLANEJADOR –

ROBERTO SIMONSEN, INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO.....35

LIBERALISMO RADICAL -

EUGENIO GUDIN E A SUPREMACIA DO MERCADO.....67

A CONTROVÉRSIA –

PRINCIPAIS TRECHOS .....101

OS AUTORES.....130



## *Apresentação*

---

ESTE LIVRO busca recuperar um debate pioneiro sobre os rumos da economia brasileira e sobre a própria função do Estado, realizado nos anos 1940. Trata-se da controvérsia, expressa na troca de quatro alentados documentos entre dois personagens proeminentes da cena política, econômica e cultural do país.

Eram eles Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) e Eugenio Gudín (1886-1986). Muitas vezes subestimada, essa correspondência pública trouxe à luz, pela primeira vez, os dilemas de uma economia que iniciava seu mais significativo ciclo industrializante, em meio a várias tensões internas e externas. O mundo recuperava-se de cataclismos interligados: duas guerras de proporções nunca vistas e, entre elas, uma depressão econômica que gerara abalos por toda parte. No Brasil, o primeiro governo de Getúlio Vargas entrava em sua fase final.

Os ensaios aqui apresentados buscam captar os pontos centrais daquela conjuntura e situar o que estava em jogo na esfera intelectual. O volume é composto por duas partes.

A seção inicial, de autoria de Aloísio Teixeira e Denise Lobato Gentil, detém-se no exame do confronto entre os dois pensadores e abre o foco para suas decorrências. Realizando uma ampla varredura histórica, os autores evidenciam o caráter pioneiro e definidor das duas posições para os rumos adotados na economia brasileira nas seis décadas seguintes. O texto mostra que o debate entre desenvolvimentistas, vocalizado por Simonsen, e liberais, personificado por Gudín, renova-se e desdobra-se nos dilemas atuais da vida nacional.

A segunda parte, escrita por Gilberto Maringoni, traça um perfil analítico dos debatedores. Ao longo de dois capítulos, estão sintetizadas a evolução do pensamento, as influências teóricas e as obras de cada um. Simonsen e Gudín expressavam vertentes intelectuais com sólida tradição histórica. Após estes perfis, é apresentada uma síntese das principais intervenções dos dois personagens, editada por Maringoni.

Com mais este trabalho, o IPEA busca jogar luz, de forma ampla, em eventos fundamentais do debate sobre economia política no Brasil.

**João Sicsú**

**Diretor de Políticas e Estudos Macroeconômicos – Ipea**





PARTE I

---

# A história

*Aloísio Teixeira e Denise Lobato Gentil*



# *O debate em perspectiva histórica*

**Duas correntes que se enfrentam através dos tempos**

EM BOA HORA decidiu o Ipea voltar-se para o debate pioneiro sobre o desenvolvimento, realizado por Roberto Simonsen e Eugenio Gudín, em 1944 e 1945. Como se sabe, a polêmica foi originalmente publicada anos atrás pelo próprio Ipea, em uma coletânea com textos dos dois autores sobre as primeiras propostas formais de planejamento para a economia brasileira.

O momento não poderia ser mais propício. Após vinte anos de experimentos neoliberais, em todo o mundo e também no Brasil, as “verdades” difundidas durante todo esse tempo desfazem-se em dúvidas e incertezas sobre o futuro da economia mundial. “Tudo que é sólido desfaz-se no ar” parece dizer — tal como Marx em seu Manifesto — a enigmática realidade do capitalismo contemporâneo.

Para enfrentar dúvidas e desafios não há outra coisa a fazer senão desfazer-nos de preconceitos ideológicos e voltarmos a percorrer os caminhos já trilhados, examinando cada parada e cada desvio, para ver onde e como os obstáculos foram enfrentados — aprender com o passado, enfim, para construir o futuro. E, nessa trajetória, sem dúvida, os debates sobre planejamento econômico (idéia que andou um tanto desacreditada no período recente) tiveram uma importância capital. A polêmica que ora apresentamos é o ponto de partida desses debates.

A edição original data de 1977, sendo precedida de uma importante introdução de autoria do economista Carlos von Doellinger. Os textos que a compõem apresentam visões inteiramente divergentes sobre os temas da planificação e do desenvolvimento econômico. O primeiro deles é um parecer apresentado por Simonsen ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 16 de agosto de 1944, e que se intitula “A planificação da economia brasileira”; o segundo, “Rumos de política econômica”,

de autoria de Eugênio Gudín, é um relatório preparado para a Comissão de Planejamento Econômico, datado de 23 de março de 1945, no qual o famoso economista rebate ponto por ponto o parecer de Simonsen. Esse texto ensejou uma réplica vigorosa de Roberto Simonsen, a qual Gudín respondeu através de carta à Comissão de Planejamento. O debate entre os dois encerrou-se aqui, até porque, logo depois, a Comissão de Planejamento Econômico foi dissolvida e Roberto Simonsen faleceu prematuramente em 1948<sup>1</sup>.

### O debate e seus protagonistas

Antes de entrarmos na matéria substantiva do debate e de apontarmos algumas lições para o momento, valem duas palavras: uma sobre as instituições nas quais os documentos foram apresentados; outra sobre os protagonistas.

Doellinger, na introdução referida, satisfaz nossa curiosidade em relação à primeira questão. O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, que funcionou entre 1944 e 1946, era vinculado ao Ministério do Trabalho<sup>2</sup>, então ocupado por Alexandre Marcondes Filho; o Conselho, que adotava uma posição nitidamente desenvolvimentista, sob a liderança de Roberto Simonsen, realizou estudos sobre o tema da planificação e elaborou um projeto de decreto-lei que jamais foi aprovado.

Já a Comissão de Planejamento Econômico, cujas atividades transcorreram em 1944 e 1945, estava subordinada ao Conselho de Segurança Nacional. Sua finalidade era a de executar “o Planejamento Econômico, além dos problemas referentes à agricultura, à indústria, ao crédito, à tributação, procurando estimular e amparar a iniciativa e o esforço da economia particular”<sup>3</sup>. Sob a influência de Eugênio Gudín, a própria descrição de suas funções já indica uma orientação muito mais conservadora e convencional.

A existência desses órgãos no aparelho estatal brasileiro não deve causar estranheza ao leitor. Antes de mais nada, estava em curso uma guerra mundial da qual o Brasil

- 
1. Um segundo tempo do debate viria a ocorrer em 1953, após a publicação pela Cepal de um documento intitulado *Análisis y proyecciones de desarrollo econômico*, no qual apresentava sua Técnica da programação do desenvolvimento econômico. O professor Gudín preparou uma crítica ao documento que publicou em uma série de cinco artigos, sob o título geral de “Mística do planejamento”, aparecidos no Correio da Manhã, do Rio de Janeiro. A resposta coube a Raul Prébisch, então diretor executivo daquele órgão da ONU, em dois longos artigos, no *Diário de Notícias*, intitulados “Mística do equilíbrio espontâneo”. Ver Heitor Ferreira Lima: *História do pensamento econômico no Brasil*. SP: Companhia Editora Nacional, 1976. Coleção Brasileira v. 360, p. 170.
  2. O Ministério do Trabalho — na verdade, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — foi criado por um dos primeiros atos legislativos do Governo Provisório de Getúlio Vargas, após a Revolução de 30 (Decreto nº 16.433, de 26 de novembro de 1930).
  3. Ver Doellinger, “Introdução”, p. 13. In *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. RJ: Ipea/INPES, 1977.

participou<sup>4</sup>. A mobilização nacional e o esforço de guerra exigiram (como ocorreu em todos os países beligerantes, inclusive os Estados Unidos) um grau de planejamento e de intervenção do Estado nas atividades econômicas sem precedentes na história do capitalismo. Tudo isso se dava, ademais, em um mundo que só superara as sequelas da Crise de 29 com o conflito planetário; nos anos 30 do Século XX, a começar pelo New Deal norte-americano e por outras experiências de políticas públicas em vários países do mundo, a idéia de um “capitalismo liberal” perdia força. Igualmente as experiências do planejamento socialista na União Soviética e os padrões de articulação estatal produzidos nos países nazifascistas da Europa atraíam a atenção dos estudiosos para novas formas de promoção do desenvolvimento econômico.

Quanto aos protagonistas, não se tratava de dois quaisquer. Eram verdadeiros gigantes do pensamento, que deram poderosa contribuição à interpretação do Brasil, influenciaram gerações e se caracterizaram por uma permanente e dedicada militância, política e intelectual, em prol das idéias que defendiam.

Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948), nas palavras de Heitor Ferreira Lima, “foi o mais combativo e o mais importante industrialista que o Brasil já teve. Sua atuação não se limitou ao campo impulsionador de empreendimentos fabris e de outros tipos de negócios; embora tenha multiplicado suas iniciativas fabris, fez larga promoção das atividades industriais, além de se tornar líder de sua classe e técnico da industrialização”<sup>5</sup>. Com ele concorda Ricardo Bielschowsky, que afirma: “Roberto Simonsen, o maior líder industrial brasileiro, foi o grande ideólogo do desenvolvimentismo”<sup>6</sup>.

Embora carioca, foi ainda criança morar em São Paulo, onde se formou engenheiro pela Escola Politécnica de São Paulo, hoje integrante da Universidade de São Paulo (USP). Como engenheiro, foi logo trabalhar na Southern Brazil Railway e, em seguida, ocupou o cargo de diretor-geral de obras da Prefeitura de Santos. Iniciou sua vida como empresário, fundando, em 1912, a Companhia Construtora de Santos. Participou desde então da direção de empresas em vários ramos de atividade (produtos de cobre, frigoríficos, borracha, combustíveis etc.). Em 1928, já consagrado como líder de sua classe, liderou uma cisão na Associação Comercial de São Paulo, criando o Centro das Indústrias (transformado, mais tarde, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp), da qual foi o primeiro vice-presidente. Mais tarde veio a ser presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Fiesp.

Participou ativamente do movimento constitucionalista de São Paulo, que, em 1932, organizou um levante armado contra o governo de Getúlio Vargas. A partir daí,

---

4. O Brasil declarou guerra ao Eixo em 31 de agosto de 1942, data a partir da qual foi decretada a mobilização geral. Em 1943 foi organizada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujo primeiro destacamento embarcou para os campos de batalha da Itália em junho de 1944.

5. Heitor Ferreira Lima: op. cit. p. 159.

6. Ricardo Bielschowsky: *Pensamento econômico brasileiro — o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. RJ: Ipea/INPES, 1988: p. 96.

ingressou na vida política, sendo eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte em 1933, pelo Partido Constitucionalista de São Paulo; permaneceu na Câmara dos Deputados, para exercer um mandato na legislatura de 1933-1937. Com o fim da ditadura getuliana, foi eleito deputado pelo PSD paulista em 1945 e senador em 1946, cargo que ocupava quando faleceu.

Idealizador do Senai e do Sesi, fundou a Escola Livre de Sociologia e Política (1933), onde lecionou uma disciplina de história econômica do Brasil. Participou também da criação da Faculdade de Engenharia Industrial e do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort). Sua obra escrita inclui vários títulos: *A indústria em face da economia nacional* (1937), *As conseqüências econômicas da Abolição* (1938), *Evolução industrial do Brasil* (1939) e *Ensaio sociais, políticos e econômicos* (1943). Seu principal livro, no entanto, é *História econômica do Brasil — 1500/1820*, publicado em 1937.

Roberto Simonsen foi um defensor radical e intransigente da industrialização do país e da proteção do Estado às indústrias nascentes. Culto e erudito<sup>7</sup>, publicou vários trabalhos no campo da história, particularmente sua história econômica, que até hoje pode ser considerada obra de referência para o período. Bielschowsky denomina “desenvolvimentismo pioneiro” a doutrina de Simonsen<sup>8</sup>. E completa: “(...) a obra de Simonsen contém os elementos básicos do ideário desenvolvimentista, presentes no pensamento de todas as correntes favoráveis, nos anos 50, à implantação de um capitalismo industrial moderno no país”<sup>9</sup>.

O pensamento de Roberto Simonsen desenvolve-se através de alguns eixos estruturantes. O primeiro deles reside na idéia de que a industrialização era a forma de superar a pobreza. Mas não se limitava a isso: para ele — e esse era o segundo eixo — não bastava criar indústrias; a industrialização deveria dar-se de forma integrada, atingindo também (e principalmente) as chamadas indústrias de base (aço, química pesada etc.). Não há referências em suas obras escritas ao economista polonês Rosenstein-Rodan<sup>10</sup> — provavelmente Simonsen não conhecia seu trabalho; mas há uma clara convergência de idéias entre eles.

Contrapondo-se à abordagem gradualista e incremental da teoria tradicional e estática do equilíbrio, na condução de políticas de promoção do desenvolvimento econômico, Rosenstein-Rodan defendia a idéia de que os países atrasados precisavam

7. Simonsen foi membro da Academia Paulista de Letras e da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto Histórico e Geográfico de Santos e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Era igualmente membro da National Geographic Society dos Estados Unidos, da Royal Geographic Society inglesa e da Academia Portuguesa de História.

8. Ricardo Bielschowsky: op. cit., p. 96.

9. Idem: p. 97.

10. Paul Narcyz Rosenstein-Rodan (1902 – 1985) nasceu em Cracóvia na Polônia e formou-se em economia na Áustria, sob a orientação Hans Mayer, filiando-se, portanto, à escola marginalista austríaca. Emigrou para a Inglaterra em 1930, foi economista do Banco Mundial e professor do MIT de 1953 a 1968.

de um “grande impulso” (*big push*)<sup>11</sup> inicial de investimento industrial, para poder vencer as barreiras do atraso e ingressar numa fase de crescimento equilibrado e auto-sustentado. Para ele, investimentos em uma indústria isolada não dariam resultado, dadas as dimensões reduzidas do mercado para seu produto. O nível de demanda adequado só seria alcançado se várias indústrias se expandissem simultaneamente, através de um “grande impulso” de investimento, gerando renda simultaneamente em diversos setores para que a demanda pelo produto de qualquer indústria, isoladamente considerada, pudesse ser sustentada.

O terceiro eixo estruturante do pensamento de Roberto Simonsen dizia respeito à necessária participação do Estado. Para ele, o sucesso do projeto de industrialização dependia de um decidido apoio governamental, onde o protecionismo e o planejamento econômico seriam instrumentos indispensáveis para a promoção do desenvolvimento. A intervenção estatal, no entanto, deveria ir além dos mecanismos indiretos e incluir investimentos diretos nos setores básicos em que a iniciativa privada não se fizesse presente.

A argumentação de Simonsen tinha alguns pontos fracos, o principal deles tendo sido na questão do financiamento. Chegou a propor a criação de bancos industriais e a reivindicar, após a II Guerra Mundial, o apoio financeiro dos Estados Unidos, nos moldes do Plano Marshall (que criticou, por não ser extensivo à América Latina). Doellinger, em sua já citada introdução à edição de 1977, ao examinar os valores reivindicados, não pode deixar de registrar “o quanto de ingênuo otimismo não havia na sugestão”<sup>12</sup>.

Três outros argumentos foram usados por Simonsen, ainda que de forma esparsa e pouco sistemática. O primeiro deles diz respeito à vulnerabilidade da economia brasileira às crises econômicas externas, em decorrência de sua dependência das exportações de produtos primários para os países mais desenvolvidos. Para ele, o fortalecimento do mercado interno poderia constituir-se em solução para esse problema.

Esse argumento ligava-se a outro, em que criticava a ação dos mercados internacionais em relação à produção primária brasileira. Chegou a usar palavras mais próprias a um radical de esquerda que a um empresário de sucesso: “A política imperialista das grandes nações coloniais e a mão-de-obra a preços vis dos trabalhadores asiáticos são os maiores responsáveis pela nossa fraca contribuição ao mercado mundial de produtos tropicais”<sup>13</sup>.

Finalmente, o terceiro argumento aponta para a existência de desequilíbrios estruturais nas contas externas do país, antecipando, de certa forma, o argumento Cepalino da deterioração dos termos de troca. Para enfrentar esse problema, chegou a propor o controle estatal do comércio exterior.

11. O modelo do *big push* foi apresentado em artigo de 1943, intitulado "Problems of Industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe" (*Economic Journal*, janeiro-setembro). [Tradução brasileira: "Problemas de industrialização da Europa oriental e sul-oriental", in Agarwala, A. N. e Singh, S. P. (org.), *A Economia do Subdesenvolvimento*. RJ: Forense, 1969.]

12. Doellinger, “Introdução”, p. 16.

13. Ver *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. RJ: Ipea/INPES, 1977, p. 201.



Apesar sua imensa cultura e de ter uma visão ampla e bem estruturada — essencialmente correta — da realidade brasileira e, apesar de apresentar um projeto de desenvolvimento para o país claro e consistente, Roberto Simonsen não era um economista. Historiador e ensaísta, procurava compensar suas limitações nesse campo com um conhecimento profundo da realidade brasileira, baseado em sua erudição e em sua experiência vivida. Não teve tempo, pois morreu antes, de participar no debate teórico desencadeado pelo trabalho pioneiro da Cepal sobre o desenvolvimento da América Latina<sup>14</sup> e pela literatura sobre a economia do subdesenvolvimento. Como dissemos há pouco, provavelmente não havia lido Rosenstein-Rodam, embora tivesse conhecimento das obras de List<sup>15</sup> e de Manoilescu<sup>16</sup>, cujo livro (*Teoria do protecionismo e da permuta internacional*), fez traduzir e publicar pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo em 1931; usou-as para fundamentar seus argumentos em defesa do protecionismo.

Ricardo Bielschowsky afirma que o pensamento de Simonsen “pairou (...) sobre um vazio teórico, dificuldade que seu espírito predominantemente político e alheio às academias de ciências econômicas lhe permitiu simplesmente ignorar. Não usou, portanto, como referencial para suas reflexões a teoria econômica, a não ser num nível bastante primário e de forma assistemática. Tinha, na verdade, muito pouca familiaridade com a teoria econômica e um raciocínio analítico pouco definido em economia, a ponto de, por vezes, usar conceitos básicos de forma equivocada”<sup>17</sup>. Roberto Simonsen, enfim, não era um economista, o que tornou seus textos suscetíveis a críticas dos economistas conservadores.

Já Eugênio Gudin Filho (1886-1986) era antes de tudo um economista. Considerado o principal expoente da escola monetarista no Brasil, formou-se em engenharia civil, em 1905, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro<sup>18</sup>. Passou a interessar-se por economia na década de 1920, tendo publicado seus primeiros artigos na matéria em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, entre os anos de 1924 e 1926. Mais tarde foi diretor desse periódico, bem como da *Western Telegraph* (1929-1954) e da *Great Western of Brazil Railway* por quase 30 anos.

Em 1941, o então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, designou Gudin para redigir o projeto de lei que institucionalizou o curso de economia no país. A proposta foi elaborada em colaboração com os professores Octavio Gouveia de Bulhões e Maurice Bye, tendo recebido elogios de professores de Harvard<sup>19</sup>, e começou a ser implementada em 1944.

---

14. Ver Raul Prébisch, “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, *Revista Brasileira de Economia*, setembro de 1949.

15. Georg Friedrich List (1789-1846) era um economista alemão, partidário do protecionismo. Sua principal obra, *Sistema nacional de economia política*, foi publicada em 1841.

16. Mihail Manoilescu (1891-1950) era um economista romeno.

17. Ricardo Bielschowsky, op. cit., p. 103.

18. Atual Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

19. Ver Ricardo Bielschowsky: op. cit., p. 47. Bielschowsky apresenta a ementa do curso elaborada por Gudin.

Eugênio Gudín foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Economia Política (1937) e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (1938), onde foi professor de Moeda e Crédito. Junto com Octavio Gouveia de Bulhões ocupou sólida posição na área de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da qual foi vice-presidente entre 1960 e 1976. Sob sua influência, a FGV rapidamente tornou-se o principal núcleo de militância intelectual dos economistas conservadores. Pouco depois de sua fundação, em 1944, os dois economistas criaram uma divisão de pesquisas econômicas, que deu origem, a partir de 1950, ao Ibre (Instituto Brasileiro de Economia). A partir de 1948, começaram a publicar a *Revista Brasileira de Economia*, uma das primeiras publicações acadêmicas em economia de bom nível. Em 1952, o grupo passou a controlar a revista *Conjuntura Econômica*, também publicada pela Fundação Getúlio Vargas. Ainda na Fundação, Gudín foi um dos responsáveis pela implantação da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), dos quais se tornou diretor. Gudín foi professor na Universidade do Brasil, atual UFRJ, até aposentar-se em 1957.

Em 1944, Gudín foi escolhido delegado brasileiro à Conferência Monetária Internacional, em *Bretton Woods*, nos Estados Unidos, que definiu as regras de funcionamento do sistema monetário internacional, instituindo um padrão ouro-dólar e criando o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Bird (Banco Mundial)

Durante os sete meses em que foi ministro da Fazenda (1954-1955) no Governo Café Filho<sup>20</sup>, Gudín promoveu uma política de estabilização econômica baseada no corte das despesas públicas e na contenção da expansão monetária e do crédito, o que provocou uma crise em setores da indústria. Considerava isso indispensável para obter o apoio das instituições financeiras internacionais. Sua passagem pela pasta foi marcada, ainda, pela Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que facilitava os investimentos estrangeiros no país, e que seria largamente utilizada no governo de Juscelino Kubitschek, para a implantação da indústria automobilística. Foi nesse período também que o imposto de renda sobre os salários passou a ser descontado na fonte.

Gudín era um liberal extremado e fez oposição sistemática aos governos de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, tendo apoiado o golpe militar de 1964. Como economista, criticava a industrialização e defendia a “vocalização agrícola” do país; era defensor do capital estrangeiro e opôs-se à criação da Petrobrás, bem como à participação do Estado na economia.

---

20. João Café Filho (1899-1970) era vice-presidente de Getúlio Vargas e assumiu o governo quando o presidente suicidou-se em 24 de agosto de 1954. Apesar do compromisso de manter a política de seu antecessor, mudou o ministério, incluindo lideranças de oposição, entre elas Eugênio Gudín no Ministério da Fazenda. Em novembro de 1955, alegou motivos de saúde para licenciar-se da presidência, passando o cargo ao Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Em 11 de novembro, foi deposto pelo Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, para garantir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek.

A obra escrita de Gudin é imensa, mas seu principal livro é *Princípios de economia monetária* (1943), texto que se tornou obrigatório em seus cursos de Moeda e Crédito. Outros livros que podem ser citados: *As origens da crise mundial* (1931), *Capitalismo e sua evolução monetária* (1935) e *Rumos de política econômica* (1945).

Essencialmente um autodidata em teoria econômica, Gudin iniciou seus estudos nessa área em um momento em que o pensamento liberal sofria um duro golpe, em consequência da crise de 1929. A crise e as transformações que se seguiram, tanto econômicas quanto políticas e sociais solaparam as bases de sustentação de um pensamento em que o mercado deveria garantir a eficiência econômica.

Mesmo continuando a defender esse princípio, vários teóricos do liberalismo começaram a admitir, nos anos 1930, a necessidade de alguma intervenção do Estado para corrigir as imperfeições de mercado. Segundo Bielschowsky, os liberais brasileiros, no entanto, caracterizavam-se pela defesa de três pontos:

- A) redução da intervenção do Estado na economia brasileira;
- B) busca do equilíbrio monetário e financeiro (sem levar em conta seus efeitos sobre o nível de renda e emprego);
- C) aversão e oposição a medidas de suporte ao projeto de industrialização<sup>21</sup>.

O ponto de partida de Gudin, em matéria de teoria econômica, foram os trabalhos de Viner<sup>22</sup> e Haberler<sup>23</sup>, ambos defensores da liberdade de troca no comércio internacional. Mas não era um mero repetidor de textos; sua obra, principalmente levando-se em conta a época em que começou a ser escrita, tem a originalidade de tentar desenvolver uma interpretação neoclássica para os países subdesenvolvidos (que chamava de “economias reflexas”).

A hipótese teórica central, em que se baseia todo o pensamento de Gudin, é a existência de pleno emprego na economia brasileira, o que, combinado com a baixa produtividade dos fatores de produção, explicava o atraso de nosso país. Com isso, escapava tanto à crítica dos keynesianos<sup>24</sup> (cujas explicações destinavam-se a situações

---

21. Ricardo Bielschowsky, *op. cit.*, p. 44.

22. Jacob Viner (1892, 1970) foi um economista canadense, com notórias contribuições à história do pensamento econômico e à teoria da firma, com a construção das curvas de custo e das curvas de oferta, até hoje mencionadas nos manuais de microeconomia. Viner também desenvolveu estudos na área da teoria do comércio internacional, sendo um dos principais defensores do livre-cambismo.

23. Gottfried von Haberler (1900 — 1995) foi um economista austríaco, que trabalhou especialmente na área de comércio internacional. Desenvolveu estudos sobre a teoria das vantagens comparativas, em termos de custo de oportunidade, e não de custo real.

24. Bielschowsky observa que Gudin “considerava corretas as idéias de Keynes para entender os períodos de depressão” e “não só aceitava alguma intervenção do Estado para corrigir as deficiências do funcionamento do sistema econômico em períodos de depressão, como (...) evoluiu para a visão de que, mediante políticas econômicas adequadas, pode-se até neutralizar as oscilações cíclicas. Defendia, porém, o princípio da mínima intervenção estatal e a idéia de que, nas épocas de prosperidade, a presença do Estado na economia deve ser evitada ao máximo, porque contrabalança a tendência à eficiência alocativa dos mecanismos de mercado”. *Op. cit.* p. 51.

em que o pleno emprego não era alcançado) como podia combater as idéias dos desenvolvimentistas e defender posições ortodoxas em matéria de política econômica e a presença do capital estrangeiro.

Considerando o Brasil um caso de pleno emprego (alguma vez, inclusive, o chamou de “hiperemprego”), Gudin concentrou o fogo de sua argumentação no problema da inflação, para ele o mais grave problema que qualquer sistema econômico poderia enfrentar. A expansão descontrolada do crédito e o déficit público eram os grandes indicadores de que a economia brasileira estava em pleno emprego, sendo a inflação, portanto, um caso típico de inflação de demanda. Esse processo, no entanto, era realimentado por um fator de custo, decorrente das elevações de salário acima da produtividade.

Tendo, por duas vezes, oportunidade de influenciar a política econômica — a primeira como Ministro da Fazenda no Governo Café Filho, a segunda por sua ascendência intelectual sobre Octavio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, que formaram o núcleo da equipe econômica do General Castelo Branco, após o golpe de 1964 — Gudin não hesitou em colocar em prática suas idéias, reforçando, nos dois casos, as tendências recessivas da economia brasileira.

A interpretação que formulou sobre os processos em curso colocou-o em campo oposto aos desenvolvimentistas, de cujas teorias foi um crítico. Gudin chegou a dizer que, “na América Latina, o desenvolvimento econômico consiste muito menos em promover novos investimentos do que em minimizar os efeitos dos erros repetidamente perpetuados por seus governantes”<sup>25</sup>.

Na verdade, Gudin jamais aceitou a idéia de desenvolvimento econômico, tal como apresentada pela Cepal e pelos teóricos do subdesenvolvimento. Para ele, tratava-se tão somente de crescimento econômico, que identificava com a elevação da produtividade dos fatores. Mesmo assim, limitava-se a uma visão micro e estática da questão, desconsiderando por completo as economias externas e os efeitos dinâmicos decorrentes da implantação simultânea de todo um parque industrial.

Pela mesma razão não via razão para políticas protecionistas — ainda que reconhecesse a validade do argumento para fomentar as indústrias nascentes. Mas sempre limitando-se o nível das tarifas e o prazo de vigência das mesmas, bem como selecionando-se rigidamente os setores em que poderiam ser aplicadas. Na prática, considerava que as tarifas aplicadas no Brasil eram excessivamente elevadas, criando monopólios e gerando margens de lucro acima das que o mercado permitiria; tudo isso se constituía em obstáculo à elevação da produtividade.

Seus argumentos em defesa de políticas monetárias contracionistas e contra o protecionismo, no entanto, têm mais consistência teórica que sua argumentação contra o planejamento econômico. Certamente suas opiniões políticas, de um reacionarismo

---

25. Citado em Bielschowsky, *op. cit.*, p. 67.

a toda prova, ajudaram a tornar suas posições muitas vezes manifestações de pura ideologia e preconceito. Considerava a intervenção do Estado no domínio econômico e o planejamento “perigosas concessões ao socialismo”<sup>26</sup>.

Pois bem, foram esses contendores que travaram o primeiro grande duelo teórico sobre política econômica no Brasil. Tudo começou quando o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, através de uma “indicação”, solicitou ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, que preparasse um relatório para subsidiar a formulação de uma política industrial e comercial para o país. O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial indicou Simonsen para elaborar o trabalho e a primeira coisa que fez foi pedir ao Serviço de Estatística da Previdência, órgão do Ministério, que preparasse um estudo sobre a renda nacional.

Não havia, na época, estatísticas macroeconômicas no Brasil e o trabalho realizado pelo grupo do Ministério ficou muito aquém do necessário para uma avaliação de fundo sobre a realidade do país. E Simonsen, mesmo reconhecendo a precariedade dos dados, acabou dando a eles uma ênfase muito grande em seu relatório, apresentado na sessão do Conselho de 16 de agosto de 1944. Esse documento<sup>27</sup> era uma firme tomada de posição em favor da industrialização, da participação do Estado na economia e do planejamento econômico.

Enviado à Comissão de Planejamento Econômico, foi Eugênio Gudin incumbido de examiná-lo. Em março de 1945, o parecer de Gudin foi divulgado<sup>28</sup>. Como era de se esperar, a crítica foi contundente, a começar pelas estatísticas apresentadas, que o autor demonstrou serem completamente inconsistentes, levando-o a propor a criação de um órgão voltado para o levantamento de dados sobre as contas nacionais e o balanço de pagamentos. Gudin apresentou pontos de vista contrários aos de Simonsen, defendendo o aumento da produtividade como o único caminho para o crescimento equilibrado da economia brasileira.

A resposta de Simonsen não se fez esperar: em junho, apresentou-a<sup>29</sup>, tentando defender as estatísticas apresentadas pelo Ministério do Trabalho, sem muito êxito e reelaborando, de forma brilhante, suas idéias sobre o planejamento econômico. Em carta à Comissão de Planejamento, Gudin deu por encerrado a polêmica<sup>30</sup>.

Vários foram os pontos em debate, mas três parecem ter centralizado as preocupações dos dois participantes. O primeiro diz respeito à própria noção de planejamento. Para Simonsen, as pequenas dimensões da renda nacional e os precários padrões de vida do país exigiam uma visão inteiramente nova da ação governamental. Disse ele: “impõe-se (...) a planificação da economia brasileira em moldes capazes de

---

26. Bielschowsky, *op. cit.*, p. 49.

27. Ver Roberto Simonsen, *A planificação da economia brasileira*.

28. Ver Eugênio Gudin, *Rumos de política econômica*.

29. Ver Roberto Simonsen, *O planejamento da economia brasileira*.

30. Ver Eugênio Gudin, *Carta à Comissão de Planejamento*.

proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossa população e prover o país de uma estrutura econômica e social, forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis à sua segurança e à sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional<sup>31</sup>.

Para Gudin, tratava-se quase de um pecado mortal. Cunha então uma de suas expressões favoritas, ao considerar essa afirmativa como a *mística da planificação*, “derivada genética da experiência fracassada e abandonada do New Deal americano, das ditaduras italiana e alemã que levaram o mundo à catástrofe e dos planos quinquenais da Rússia, que nenhuma aplicação podem ter em outros países”<sup>32</sup>. Simonsen, em sua réplica, defende o New Deal, não como experiência de planejamento (que não era), mas como um esforço de coordenação governamental para superar as sequelas da grande depressão. E recusa a idéia de que o conceito de planejamento estivesse obrigatoriamente ligado experiências antidemocráticas<sup>33</sup>.

O segundo ponto refere-se à intervenção do Estado na economia. Simonsen pergunta-se: “até que ponto seria exercido o intervencionismo do Estado na concretização dos planos?”<sup>34</sup> E responde: “O grau de intervencionismo do Estado deveria ser estudado com as várias entidades de classe para que, dentro do preceito constitucional, fosse utilizada, ao máximo, a iniciativa privada e não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes”<sup>35</sup>. E, nas conclusões, afirma que “a renda nacional está praticamente estacionária, não existindo possibilidade, com a simples iniciativa privada, de fazer crescer a renda nacional”. E mais: “Essa insuficiência, em vários setores, da iniciativa privada, tem sido reconhecida pelo Governo Federal que, direta ou indiretamente — como nos casos do aço, dos álcalis, do álcool anidro, do petróleo, da celulose, do alumínio e da produção de material bélico — tem promovido a fixação de importantes atividades do país”<sup>36</sup>.

A ira de Gudin levantou-se novamente, dizendo: “é realmente de uma desenvoltura de pasmar”. Para ele, “o ‘grau de intervencionismo’ [era] uma questão capital para o próprio regime político do país” e estava sendo “tratado como uma questão a ser particularmente acertada entre Governo e ‘entidades de classe’, como se o Brasil já fosse um Estado Corporativo, cujos destinos são decididos pelas ‘câmaras de produção’ (...)” Sugere, na seqüência do argumento, que Simonsen defendia interesses particularistas: “A única condicional do projeto Simonsen, nessa matéria de primordial importância para a nação, é a de que ‘não se prejudiquem as atividades já em funcionamento (...)’<sup>37</sup>.

31. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. RJ: Ipea/INPES, 1977, p. 33.

32. Ver p. 186 e seguintes de *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*.

33. *Idem*, p. 35.

34. *Idem*, p. 36.

35. *Idem*, *ibidem*.

36. *Idem* p. 79.

37. *Idem* p. 26.

O terceiro ponto de debate — talvez o mais revelador — dizia respeito à importância atribuída à industrialização e à produtividade, como fatores essenciais ao desenvolvimento econômico. Simonsen argumentava, citando o relatório da Missão Cooke, de 1942: “A industrialização do país, sábia e cientificamente conduzida, com um melhor aproveitamento de seus recursos naturais, é o meio que a Missão aponta para alcançar o progresso desejado por todos”<sup>38</sup>. Gudin, respondendo a Simonsen, proclama: “Tudo está na produtividade”. E apresenta um argumento antológico: “Precisamos é de aumentar nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente<sup>39</sup>, isto é, capacidade de exportar. E se continuarmos a expandir indústrias que só podem viver sob a proteção das ‘pesadas’ tarifas aduaneiras e do câmbio cadente, continuaremos a ser um país da pobreza, ao lado do rico país que é a Argentina”<sup>40</sup>. Ao responder às críticas de Gudin, Simonsen reafirma que “na situação geográfica em que está o Brasil, com sua população, com a natureza dos recursos de que dispõe, somente a industrialização permitirá alcançarmos uma cifra de renda nacional capaz de permitir a melhoria geral do padrão de vida que almejamos”.

### **Duas correntes em disputa**

Passados 65 anos da publicação dos textos do debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, cabe perguntar se houve vencedor na polêmica.

Embora não se possa dizer que Gudin não tenha participado da discussão sobre os problemas do desenvolvimento, pode-se, ao contrário, afirmar que era inteiramente avesso ao planejamento; sua obra prendia-se à adaptação dos postulados clássicos a uma economia primário-exportadora. O modelo teórico que adotava pressupunha pleno emprego permanente e plena eficiência do mercado, não sendo, portanto, capaz de aportar instrumentos para transformar uma sociedade capitalista atrasada. As limitações da obra de Gudin como fonte de inspiração para ajudar na tarefa de superação do subdesenvolvimento eram grandes e óbvias. Gudin estava preocupado em mostrar as virtudes e a eficiência da ordem gerada pelo livre mercado, quando era necessário revolucionar o modo como a sociedade brasileira se organizava para produzir e distribuir riqueza.

Simonsen concebeu sua teoria num momento histórico singular — o início do processo de industrialização da economia brasileira, no período que se seguiu à Grande Depressão e à Revolução de 1930 — quando não havia uma explicação coerente para a profundidade e extensão do subdesenvolvimento; o próprio conceito sequer havia sido formulado. Ele não apenas ofereceu uma interpretação para os fatos como procu-

---

38. Grifos nossos.

39. *Idem* p. 116.

40. *Idem* p. 116.

rou mostrar a inconsistência da teoria liberal, adotada por Gudin, apontando a falta de realismo de suas hipóteses e a inadequação de seus instrumentos de política econômica para enfrentar os problemas brasileiros.

De um ponto de vista estrito da ciência econômica, Gudin estava mais preparado que Roberto Simonsen, pois conhecia as teorias convencionais, dominantes à época, e começava a construir sua reputação acadêmica. Mas, se levarmos em conta a trajetória percorrida pela economia brasileira nas décadas seguintes, Simonsen esteve mais próximo de ganhar o debate.

Observamos, páginas atrás, que o pensamento de Roberto Simonsen organizava-se através de três eixos principais. Em pelo menos dois deles — os que se relacionam ao papel do Estado e à importância do planejamento — não há como negar que estava correto: a industrialização brasileira a partir dos anos 1930 deu-se com forte intervenção do Estado no papel de planejador, orientador, financiador, regulador das atividades econômicas, produtor direto e agente da manutenção da ordem social.

A ação do Estado continuou a ser decisiva mesmo após o término da II Guerra Mundial, ao investir maciçamente em infraestrutura, através da construção de estradas, portos, geração de energia elétrica, bem como na indústria de base (mineração, petróleo, siderurgia, metalurgia, energia elétrica) e nos serviços de comunicação, atuando em atividades diretamente produtivas e em várias frentes. Essas tarefas, assumidas pelo Estado brasileiro, proporcionaram as condições necessárias para o ingresso do país em uma fase mais avançada do processo de industrialização, com a ocupação pelas corporações multinacionais do setor de bens de consumo duráveis.

O que Simonsen não podia prever (nem o previram os pioneiros da escola da Cepal) foi o formato específico que assumiu a industrialização no Brasil. Se, de fato, ela se inicia nos anos 1930, durante mais de duas décadas ficará restringida<sup>41</sup> pela impossibilidade de constituir internamente o departamento produtor de bens de capital. Esse setor, que começa a se formar nos anos 1940 (com os insumos pesados), só completará sua formação na segunda metade dos anos 1950 (com a indústria de bens de capital acoplada à indústria de bens duráveis de consumo). Trata-se então da passagem a um novo padrão especificamente capitalista de produção, mas que se constitui não de forma autóctone, mas como parte de um movimento mais amplo, em que se afirma o movimento expansivo da economia mundial no pós-II Guerra Mundial. Este movimento é chamado de internacionalização do capital (ou, mais precisamente, de transnacionalização do capital).

A transnacionalização da economia brasileira significou a criação, ao mesmo tem-

41. O conceito de industrialização restringida é devido a João Manuel Cardoso de Mello, que o utiliza para explicar que a industrialização se inicia sem que se constituam, simultaneamente, forças produtivas especificamente capitalistas, caracterizadas pela existência do setor produtor de bens de produção — máquinas que produzem máquinas — o que só irá ocorrer a partir dos anos 1940 no Brasil (João Manuel Cardoso de Mello. *O Capitalismo Tardio*. Campinas: Unicamp/IE, 1998. 10ª edição, p. 37).



po e de um só golpe, das empresas, das indústrias e dos mercados — enfim, das forças produtivas especificamente capitalistas correspondentes a uma etapa avançada do capitalismo mundial. E, para que isso pudesse ocorrer, era condição necessária a existência de mercados dinâmicos e em expansão. O Brasil foi palco privilegiado desse movimento, tanto pelo fato de já haver iniciado seu processo de industrialização, como porque não existia, no país, aversão (do ponto vista jurídico-institucional) ao capital estrangeiro — ao contrário, a presença de empresas estrangeiras já podia ser observada desde antes da I Guerra Mundial.

Por isso, embora o longo ciclo da industrialização brasileira tenha sido acompanhado por ampla intervenção estatal, a dinâmica e a lógica desse desenvolvimento foram ditadas não pelo Estado, mas pela estratégia de crescimento, padrão de produção e acumulação de capital e decisões de investimento das grandes empresas internacionais, localizadas nos setores dinâmicos da indústria de bens duráveis de consumo, particularmente a automobilística e a eletroeletrônica. O papel do Estado nesse processo foi relevante, principalmente por ter apresentado suficiente plasticidade para aceitar o processo de internacionalização, gerando facilidades de crédito, de produção de insumos a baixo custo e não criando obstáculos legais a seu desenvolvimento. Foi o Estado que gerou condições favoráveis de financiamento, crédito farto, proteção tarifária, proteção exercida pelas desvalorizações cambiais e redução de salários; foram os investimentos públicos que estimularam o investimento privado do capital nacional e multinacional, oferecendo economias externas baratas; foi o Estado que, valendo-se amplamente da expansão monetária e dos déficits fiscais, ampliou o gasto público e gerou um patamar mínimo de demanda.

O Brasil foi, de fato, uma verdadeira fronteira de expansão do processo de transnacionalização do capital, o que levou a estrutura industrial aqui instalada a apresentar traços bem marcados quanto à presença e liderança das empresas internacionais, localizadas nos setores mais dinâmicos, bem como quanto à divisão de esferas entre elas, as empresas nacionais e o Estado.

Gudin deve ter visto com um misto de reprovação e incredulidade o rumo que tomou a política econômica expansiva e o seu êxito em gerar o desenvolvimento industrial brasileiro sob forte intervenção estatal. Era uma terapia oposta àquela que prescrevia. O PIB do Brasil cresceu, em média, a uma taxa de 6,5% ao ano entre 1930 e 1980, período denominado por Bielschowsky e Mussi de “era desenvolvimentista”<sup>42</sup>. No entanto, seus temores não se justificavam, pois a preponderância do capital estrangeiro mais integrava o mercado brasileiro ao capitalismo mundial do que o afastava. E, quando no plano político, houve temores quanto ao rumo do país, não hesitaram os militares em intervir e suprimir a institucionalidade democrática — com o apoio

---

42. Bielschowsky e Mussi (2002). *El pensamiento desarrollista en Brasil: 1930 – 1964 y anotaciones sobre 1964 – 2005*. Brasil y Chile. Una mirada hacia América Latina.

de Gudin — para garantir a trajetória internacionalizada do capitalismo brasileiro.

Só muito mais tarde, idéias ultraliberais como as de Gudin ganhariam espaço no cenário da política econômica nacional: nos anos 1990 e na década inicial do século XXI, a economia nacional passou por um amplo processo de abertura comercial, desregulamentação financeira, privatização, contenção do crédito e arrocho fiscal. Foi um período de baixas taxas de crescimento, ampliação da exposição da economia a crises cambiais, destruição de cadeias produtivas na indústria, elevado desemprego e agravamento da concentração da renda.

Os liberais que sucederam Gudin nunca tiveram uma teoria original a respeito da América Latina, nem da forma como o capital internacional expandiu-se para a periferia. E nem precisavam dela. Talvez valha para ele a afirmação de José Luís Fiori: “a repetição recorrente de algumas platitudes cosmopolitas foi mais do que suficiente para sustentar sua visão da economia mundial, e legitimar sua ação política e econômica idêntica em todos os países”.<sup>43</sup>

### **Um desenvolvimentismo excludente e assimétrico**

Um dos eixos do pensamento de Simonsen, entretanto, revelou-se inteiramente equivocado: a idéia de que a industrialização traria consigo a superação da pobreza. Apesar do acelerado crescimento e da transformação estrutural que o acompanhou, o país continuou a apresentar elevados patamares de miséria absoluta e padrões de concentração de riqueza e de desigualdade dos mais altos do mundo.

O Estado da era desenvolvimentista, além de suas funções fiscais, monetárias e cambiais em defesa do processo acelerado de industrialização, exerceu um forte controle do mercado de trabalho, através de políticas de rebaixamento salarial e de repressão política, principalmente após o golpe militar de 1964.

O desenvolvimentismo foi uma ideologia e uma estratégia de intervenção do Estado altamente contraditória, permanecendo prisioneira das tensões entre os setores reformistas e os que se alinhavam aos interesses do capital industrial privado nacional e multinacional, cuja complementaridade objetiva nem sempre se traduzia em proposições políticas convergentes. De qualquer forma, na era do Estado desenvolvimentista, a crença na idéia de que a industrialização, qualquer que ela fosse, traria consigo a superação da pobreza, levou à despreocupação com a distribuição dos frutos do progresso e da riqueza gerados por seu avanço. A rede de proteção social que começou a se formar no país permaneceu incompleta e a concentração da propriedade — em particular a da terra — seguiu intocada.

Ao manter intocadas as relações de propriedade no campo, não foi possível qualquer política ativa de distribuição de renda. O desenvolvimentismo brasileiro, por isso, acabou sendo um movimento contraditório: se desenvolveu as forças produ-  
ti-

43. José Luis Fiori, *América Latina: um continente sem teoria*. Carta Maior, 22/04/2009.

vas, modernizou a estrutura de classes e urbanizou o país, não deixou, por outro lado, de ser excludente e assimétrico, independentemente das idéias políticas e dos desejos de seus defensores.

Na verdade, as condições políticas que haviam prevalecido nos anos 1930, marcados por forte crise de hegemonia no mundo capitalista — condições essas que permitiram um processo de industrialização quase autárquico naquela década — foram paulatinamente desaparecendo após o término da II Guerra Mundial. A hegemonia norte-americana e a transnacionalização da economia mundial constituíram-se em novas referências, que tornavam impossível um retorno ao passado. Por não perceber esse fato, em seu último período de governo (1950-1954), Getúlio Vargas insistiu nas políticas anteriores e acabou conduzindo o país a um impasse político, do qual resultou seu suicídio. O governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), mesmo sem uma consciência clara do processo que estava protagonizando, adotou uma política de abertura ao investimento direto externo, não diferenciando o desenvolvimento através do ingresso de capital internacional do que se fazia através do Estado e da empresa nacional. Finalmente, o período João Goulart (1961-1964), ao tentar apontar um caminho de reformas estruturais e restrições ao capital externo, acabou por agudizar o conflito político, levando o país a novo impasse e ao golpe militar.

### **O desenvolvimentismo no regime militar**

A natureza essencialmente política do conflito que levou à ditadura militar em 1964 pode ser claramente percebida, se atentarmos para o fato de que as políticas desenvolvimentistas continuaram a ser implementadas nas décadas seguintes. Mais do que isso, foram até ampliadas, realizando-se, com sinal trocado, as reformas que vinham sendo propostas por setores da esquerda: reforma bancária, reforma fiscal, reforma do sistema financeiro e muitas outras modernizaram o capitalismo brasileiro, preparando-o para prolongar o ciclo expansivo com predomínio da lógica e da dinâmica próprias do processo de transnacionalização.

Tais políticas, mais do que resultado de uma orientação ideológica, eram sobre-determinadas pelo movimento estrutural da economia brasileira e o governo autoritário acabou por levar às últimas conseqüências o projeto de industrialização do país, agravando ao mesmo tempo — *et pour cause* — seus traços característicos de concentração e excludência.

A maior prova disso aparece quando examinamos os principais documentos de políticas para o desenvolvimento, que eram os planos de governo — Paeg, Plano Decenal, Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), Metas e Bases para a Ação do Governo, I PND, II PND — bem como os cinco principais responsáveis por sua elaboração e execução: os ministros Roberto Campos, Octavio Gouveia de Bulhões, Antonio Delfim Neto, João Paulo dos Reis Velloso e Mário Henrique Simonsen. As contradições saltam a olho nu: dificilmente Campos, Bulhões ou Simonsen poderiam

ser considerados como “desenvolvimentistas” — mas adotaram as técnicas de planejamento; Delfim por certo era (e continua sendo) desenvolvimentista, mas a seu modo (inclusive, refratário às técnicas de planejamento); já Velloso era adepto tanto do desenvolvimentismo quanto do planejamento.

Quanto aos planos, misturavam objetivos e técnicas desenvolvimentistas com políticas monetárias rígidas, o que revelava as contradições em que se desenvolvia a política do regime militar. Defendiam o livre mercado e continuaram a ampliar a presença do Estado na economia, com a criação de novas empresas estatais; pregavam a ortodoxia fiscal, mas permitiam a expansão do gasto público e da base monetária.

A oposição ao regime encontrou dificuldades para entender o que se passava e encontrar o alvo certo para assestar sua mira. Foi a divulgação dos resultados do censo de 1970 que apontou esse caminho, ao mostrar o calcanhar de Aquiles do desenvolvimentismo militar: os indicadores de concentração de renda e de riqueza haviam piorado ao longo da década, apesar do crescimento econômico. Importante ministro da área econômica chegou a dizer que “era preciso, primeiro, fazer crescer o bolo, para depois distribuí-lo”. Poucos anos depois, outro prócer do regime afirmou: “A economia vai bem, mas o povo vai mal”.

### **Anos 1980: a crise do desenvolvimentismo**

A passagem para os anos 1980 marcou o fim de uma época para o capitalismo mundial e com isso as idéias desenvolvimentistas receberam um duro golpe. Nas economias capitalistas avançadas, os anos gloriosos do crescimento econômico — *the golden age* — com base em políticas econômicas keynesianas e sistemas de seguridade social avançados, entraram em declínio. Um novo ciclo da economia mundial se iniciava. Uma análise detalhada desse processo foge ao escopo desse ensaio.

Vale, no entanto, recordar a seqüência de eventos que se sucederam desde o início dos anos 1970, com a crise monetária internacional, a ruptura do padrão monetário internacional estabelecido em Bretton Woods e os choques do petróleo, a revelar que os mecanismos que haviam presidido o longo ciclo de expansão do pós-guerra esgotavam-se, e, com eles, debilitava-se a hegemonia norteamericana.

Para fazer frente a isso, o governo dos Estados Unidos reagiu, em 1979, promovendo uma reviravolta na política econômica, elevando os patamares das taxas de juros e atraindo a riqueza do resto do mundo para os ativos denominados em dólar. O objetivo era o de submeter seus parceiros no mundo capitalista e a retomar o controle e a direção do sistema.

Os anos 1980 começaram, assim, em meio a uma grande recessão. A decorrência mais imediata da política recessiva nas demais economias foi uma crescente instabilidade monetária e cambial, desequilíbrio nos balanços de pagamentos, crise da dívida na periferia capitalista, déficits fiscais de natureza financeira ligados aos ajustes monetários dos balanços de pagamentos e paralisação do mercado internacional de crédito.

Para o mundo periférico foi o colapso das suas economias. A contração brusca da oferta de crédito impossibilitava-os de rolar suas dívidas. Não tendo como pagá-las, agravavam as já recessivas condições de funcionamento de suas economias. O duro ajuste forçado diminuía a renda e o emprego disponível em função do baixo crescimento, provocava o aumento da concentração da renda e da riqueza e exacerbava a exclusão social. E o que era já grave tornou-se pior: fortes movimentos especulativos atingem essas economias, agora desreguladas, o que fez crescer as dificuldades do Estado de fazer uma gestão adequada de suas políticas monetária e fiscal.

Mas tudo isso permitiu que se configurasse um novo quadro mundial. Os Estados Unidos reforçaram seu comando sobre as principais alavancas do poder capitalista, ao mudar o modo de operação da economia internacional, via restauração da centralidade do dólar no sistema monetário internacional. E, o que é importante, o fez através de um dólar desvinculado do ouro. Essa nova forma de liderança, na verdade uma nova forma de dominação, permitiu aos Estados Unidos assumirem uma posição imperial, dada a assimetria de poder militar, financeiro e tecnológico com relação aos demais países do mundo.

Reassumindo sua posição de comando, os Estados Unidos, na defesa de seus interesses, forçaram o mundo capitalista a um processo de desregulação, de abertura de mercados e liberalização financeira sem precedentes. A crise política e econômica da União Soviética e do mundo socialista em geral, bem como as fragilidades da social-democracia europeia contribuíram, inegavelmente, para constranger o pensamento crítico e para criar condições favoráveis à investida de idéias e de políticas liberais propagadas a partir dos Estados Unidos (e de seu parceiro europeu, a Inglaterra).

A chamada financeirização da economia mundial avança rapidamente: a massa de recursos alocados em ativos financeiros atinge cifras enormes; o poder econômico dos bancos e sua capacidade de influenciar as políticas monetárias dos bancos centrais tornam-se crescentes; as bolhas especulativas vão surgindo, uma após a outra, trazendo grande instabilidade para as economias nacionais.

No Brasil, os anos 1980 significaram igualmente a transição para um novo padrão de acumulação, financeirizado e patrimonialista. A crise internacional desmantelou os mecanismos de crescimento da economia brasileira constituídos nas décadas anteriores. Isso se deu através da paralisação do mercado internacional de crédito, do redirecionamento dos fluxos de investimento direto para os Estados Unidos e seu afastamento da rota da periferia e da transferência maciça de recursos da periferia para o centro. A verdadeira natureza da crise pela qual passou o país nos anos 1980 foi assim a crise de uma economia industrializada e altamente internacionalizada, que se viu excluída da rota dos movimentos internacionais de capital, financeiros e produtivos.

Foi nesse quadro de grandes transformações que iria surgir uma nova era de idéias sobre desenvolvimento econômico, denominada por Bielschowsky e Mussi (op. cit.) de “era da instabilidade inibidora”, e que dura até os dias de hoje. No Brasil, assim como em

todo o mundo periférico, tem sido uma fase de baixo crescimento, com taxa média anual de 2,7% (idem). Os temas que passaram a predominar no debate versam sobre as restrições do crescimento, com forte influência das doutrinas econômicas ortodoxas emanadas de instituições multilaterais como o FMI e o Banco Mundial: inflação, endividamento externo, dívida pública, taxa de câmbio, taxas de juros elevadas e desequilíbrio no balanço de pagamentos. Preparava-se, sem pompa, o enterro do desenvolvimentismo.

### **É possível um retorno ao desenvolvimentismo?**

Talvez sim, talvez não. Certamente não como uma repetição das experiências passadas, no longo ciclo que se estendeu de meados dos anos 1950 ao final da década de 1970. O mundo mudou e com ele o Brasil. A abertura descontrolada dos mercados, promovida nos anos 1990, associada à natureza restritiva da política econômica em curso na ocasião, acabou por induzir uma reestruturação perversa e defensiva da indústria instalada no país. As grandes empresas realizaram um processo de especialização nas linhas de maior produtividade, encerrando suas atividades nas demais, e alteraram seu *mix* de produção interna e revenda de importados, além de aumentar o coeficiente importado, reduzindo o valor agregado internamente.

Por outro lado, o investimento direto externo que ingressou no país naqueles anos não levou à ampliação da capacidade produtiva, mas simplesmente à transferência de propriedade a mãos estrangeiras de empresas brasileiras, públicas e privadas. O capital dirigiu-se para o patrimônio público, através das privatizações, e para o setor privado nacional, através da desnacionalização. Um profundo processo de transferência patrimonial foi realizado ao longo dos anos 1990, com a venda de empresas nacionais, públicas e privadas, a empresas internacionais, também elas públicas ou privadas. O capital entrante encontrou um aliado natural na nova elite financeira, formada por bancos e instituições financeiras de geração recente e pelos fundos de pensão. Juntos, compõem eles a fração hegemônica nesta nova etapa de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Destruía-se o Estado desenvolvimentista apenas para restaurar o Estado patrimonialista. Só que a expressão da riqueza (e do poder) já não era o patrimônio imobiliário (a terra), como no passado, mas o mobiliário (a circulação financeira).

Essa articulação — que configura um novo padrão de acumulação capitalista no país — exige uma sobrevalorização da riqueza financeira, que requer, por sua vez, elevados patamares para as taxas de juros. A questão da taxa de juros, muito mais do que uma decisão de política econômica, é a exigência de uma estrutura capitalista cujo modo de existência pressupõe a valorização contínua da riqueza financeira. Não é de se estranhar, portanto, que a luta por sua redução venha sendo conduzida mais por intelectuais e economistas progressistas que por empresários “industriais”. Esses se tornaram, simultaneamente, já há alguns anos, empresários “financeiros”, ganhando com os lucros da produção e, ao mesmo tempo, com o rendimento de suas aplicações financeiras.

Só que esse “admirável mundo novo”, fundado na acumulação patrimonial e nas finanças liberalizadas, está esbarrando em seus limites e contradições, em decorrência da crise econômica internacional que se vem desenrolando desde 2007. A gravidade da crise, considerada por muitos superior à da Grande Depressão dos anos 1930, mostra, mais uma vez, como já alertava Marx, que “o limite do capital é o próprio capital”.

“O capitalismo está desgovernado”, como afirma Luiz Gonzaga Belluzzo. E o novo quadro que se desenha a partir daí pode potencializar a retomada do debate brasileiro sobre desenvolvimento, que, vagarosamente, vem ressurgindo nessa primeira década do século XXI.

Alguns movimentos nessa direção podem ser apontados. O primeiro, diz respeito à rica contribuição de um grupo de economistas dos Institutos de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzzo, Luciano Coutinho, José Carlos Braga, José Luis Fiori, Franklin Serrano, Carlos Medeiros, Ricardo Carneiro, Carlos Lessa e muitos outros vêm publicando nos últimos anos uma vasta obra, contendo inovadora linha de pesquisa sobre os acontecimentos recentes da economia internacional e seus impactos no Brasil. Sucessores, herdeiros e críticos do pensamento estruturalista cepalino, esses pensadores agregam novas metodologias e linhas teóricas de interpretação do capitalismo contemporâneo, voltando-se para a análise do poder norteamericano e do capital financeiro global, e de suas repercussões no desenvolvimento do Brasil e na América Latina.

O segundo movimento vem de dentro da estrutura do governo federal. O BNDES, antes sob a direção de Carlos Lessa e agora com Luciano Coutinho, o Ipea, conduzido por Márcio Pochman, e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social têm produzido ricas reflexões e gerado trabalhos de fôlego sobre as diretrizes estratégicas orientadoras do combate aos entraves estruturais do desenvolvimento nacional.

O terceiro movimento, de ordem continental, vem com a eleição, a partir de 1998, na América Latina, de governos com plataformas antiliberais que estão trazendo mudanças substanciais de orientação política. É o caso de Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela. Embora as transformações na estrutura econômica ainda sejam muito limitadas, há claros indícios da disposição desses governos de provocar mudanças em suas matrizes produtivas e de obter novas inserções internacionais. Intensas lutas políticas se travam no interior de cada país e entre eles e a nação hegemônica, mas até agora as concepções nacional-desenvolvimentistas têm prevalecido e já se verifica em alguns deles a concretização de maciças intervenções estatais na economia e o prenúncio de processos inovadores em matéria de desenvolvimento econômico.

No Brasil, a busca de possíveis saídas para superar os efeitos da crise internacional empurra o debate para a construção de alternativas que não sejam uma mera superação da conjuntura adversa, mas que signifiquem avanços em direção a um novo pro-

jeto de desenvolvimento econômico para o país. Só que, certamente, os atores sociais capazes de elaborar esse projeto e transformá-lo em realidade são outros que não os do tempo de Gudin e Roberto Simonsen.

O debate entre eles foi o confronto seminal entre o liberalismo conservador e as forças sociais interessadas no desenvolvimento capitalista de base industrial no Brasil. Foram essas duas vertentes ideológicas, fundadas por esses autores, que nortearam os debates do século XX. No entanto, o choque de concepções hoje é de outra natureza e não há como confundir o “agrarismo” dos liberais do passado com o “rentismo” dos liberais do presente, até porque esses já não são agraristas, mas capazes de incorporar os interesses da moderna agroindústria brasileira aos da indústria manufatureira, fundindo-os em um único todo em que prevalece a natureza financeira do capital.

Os problemas que se colocam não são apenas de natureza teórica, relativos à interpretação do capitalismo brasileiro, mas, sobretudo, políticos. Questões como “retomada do desenvolvimento” e “projeto nacional” devem ser reformuladas, a partir da pergunta sobre quem são os atores sociais que, na atualidade, estão dispostos a assumir as tarefas históricas de formular o projeto nacional e defender políticas de desenvolvimento, com altos níveis de emprego e distribuição de renda e riqueza. Talvez a burguesia brasileira já não esteja, enquanto classe, tão interessada assim.

Dessa forma, a agenda desenvolvimentista iniciada na década de 1940 ainda está viva, mas transformada pelas novas condições do mundo capitalista atual. Permanece um tema profundo e caro aos economistas herdeiros da tradição estruturalista da Cepal, dos que se inspiram em Keynes e em Marx e de todos os críticos do neoliberalismo. Esse livro, com sua recomposição da memória histórica das idéias de dois grandes líderes do pensamento brasileiro do passado, será especialmente útil ao debate atual.





PARTE II

---

# Os personagens e as idéias

*Gilberto Maringoni*



# *O planejador*

**Roberto Simonsen, indústria e desenvolvimento**

ELE ESTÁ EM PÉ e inclina o corpo ligeiramente para frente. Como se buscasse apoio, coloca o maço de papéis em cima da mesa e firma as mãos sobre o tampo.

- Partiu então, assim, Sr. van Zeeland, de um membro da Academia Brasileira de Letras, então senador da República, um grito de horror...

A mesa estava decorada com *corbeilles* de flores e rodeada por homens e poucas mulheres de expressão grave. Alguns dos presentes chegaram a pensar que ele procurava alguma anotação perdida ou fora de ordem.

- ... da consciência jurídica mundial contra as barbaridades das hostes germânicas que agrediram a nossa Pátria.

A fala durava pouco menos de meia hora. Já havia sido rapidamente analisada a posição do Brasil na situação internacional e as relações com os diversos países da Europa, após o conflito mundial, encerrado três anos antes.

- Aí está a lição do sentimento universal e humano que a Bélgica e o Brasil oferecem! A Bélgica, pagando seu tributo...

De repente, os braços cedem, as pernas amolecem e ele desaba, batendo o rosto sobre o móvel à sua frente. Espanto geral. O escritor Múcio Leão e o jornalista Paulo da Silveira, ao seu lado, tentam reerguer o orador. Nada. Três médicos sentados na platéia buscam reanimá-lo. Um deles tenta uma medida extrema. Puxa um canivete e faz um corte no pescoço do homem, na altura da jugular. Ao mesmo tempo, outro quebra uma ampola de nitrato de amido, um vaso dilatador, e o coloca junto ao nariz do desfalecido, prática hoje abandonada. Os dois procedimentos tem por objetivo aliviar a pressão arterial.

Inútil.

Terça-feira, 25 de maio de 1948. Um início de noite quente e abafado, no centro do Rio de Janeiro. O salão de sessões da Academia Brasileira de Letras começa a viver um verdadeiro pandemônio, sem ninguém entender ao certo o que acontece. Acaba de morrer, aos 59 anos, Roberto Cochrane Simonsen, diante de parte da intelectualidade brasileira, proferindo um discurso de saudação ao então primeiro-ministro belga, Paul van Zeeland. Tivera o que na época se chamava derrame. Mais tarde o distúrbio seria classificado como AVE (acidente vascular encefálico), causado por hipertensão arterial.

Em meio à estupefação geral, o corpo é levado para uma sala contígua.

O episódio estava carregado de tintas dramáticas. O personagem que tombara em cima da mesa atravessara quatro décadas à frente de grandes empreendimentos industriais e alargara os horizontes das elites paulistas na primeira metade do século XX. Era Senador da República e titular da cadeira número três da Academia Brasileira de Letras. Tornara-se também presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, presidente do Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo, presidente do Conselho diretor da Cruz Vermelha de São Paulo e das empresas Cerâmica São Caetano, Companhia Construtora de Santos e da Companhia Paulista de Mineração. Participara ainda da fundação do Senai, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, e era vice-presidente do Conselho Superior da Escola Livre de Sociologia e Política.

Em tempos de transportes aéreos escassos, o corpo seria levado a São Paulo, terra de Simonsen, de trem noturno. Saindo do Rio à meia-noite, o comboio alcançaria a capital paulista apenas às 10 horas do dia seguinte. Na estação Roosevelt, no bairro do Brás, debaixo de uma chuva fina, estavam o governador Adhemar de Barros e inúmeras personalidades <sup>44</sup>.

### **Primeiros tempos**

A morte cortou, no auge, a carreira do mais brilhante intelectual orgânico da burguesia brasileira. Antes dele, nenhum membro das classes dominantes locais conseguira teorizar sobre os rumos da economia nacional e do mundo dos negócios com a sua competência. Nem mesmo Irineu Evangelista de Sousa, o barão de Mauá (1813-1889), produzira uma combinação tão prolífica entre atuação empresarial e obra intelectual, sintetizada em uma trajetória política guiada pelos interesses da indústria. Roberto Simonsen buscou compreender a história econômica brasileira e a inserção do país no mercado internacional como forma de traçar os rumos futuros da industrialização.

Simonsen nasceu no Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 1889, em uma família tradicional e influente, com raízes nos negócios do Império. Quando tinha um ano de idade, a família mudou-se para a cidade de Santos, no litoral paulista.

---

44. As informações sobre a morte de Roberto Simonsen foram tiradas da *Revista da Indústria*, publicação da Fiesp, nº 43, junho de 1948, págs. 41 a 63.

O pai, Sydney Martin Simonsen, era um inglês que chegara ao Brasil aos 25 anos, em 1875. Logo se casou com a carioca Robertina Gama Cochrane. Ela descendia de uma linhagem cujo membro mais notável fora o almirante inglês Thomas Alexander Cochrane (1775-1860), contratado como mercenário a serviço de diversos governos da América do Sul. No Brasil, foi um dos comandantes da repressão à Confederação do Equador, rebelião republicana ocorrida em Pernambuco, em 1824. Cochrane foi agraciado por D. Pedro I com o título de marquês do Maranhão.

Roberto era o segundo dos cinco filhos do casal Cochrane Simonsen. Há poucos relatos sobre sua infância. Heitor Ferreira Lima<sup>45</sup>, seu assessor e biógrafo, citando um colega de meninice, conta ter sido ele um garoto forte, alourado e saudável. Seus primeiros estudos foram realizados em Santos. Na adolescência, mudou-se para São Paulo, onde cursou o secundário, no Colégio Anglo Brasileiro. Na época, morava com o avô materno, Inácio Wallace Gama Cochrane, engenheiro de renome e ex-deputado na Assembléia Provincial, entre 1870 e 1879.

O avô exerceu notável influência para que o neto seguisse sua carreira. Precoce, Roberto se formou na Escola Politécnica, aos 21 anos. Seu primeiro emprego foi na Southern Brazil Railway, em 1909, na qual permaneceu por pouco mais de um ano. Entre 1911 e 1912, de volta a Santos, ocupou a diretoria geral das obras da Prefeitura da cidade.

Quando deixou o cargo público, o jovem engenheiro abriu a Companhia Construtora de Santos. Em seguida, fundou a Companhia Santista de Habitações Econômicas, para construções no bairro operário de Vila Belmiro. Datam dessa época também suas primeiras atividades na Companhia Frigorífica de Santos e na Companhia Frigorífica e Pastoril de Barretos.

A Companhia Construtora foi escolhida pelas forças armadas para a edificação de vários quartéis e hospitais do Exército, nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. A tarefa, realizada em 36 cidades de oito Estados, estendeu-se até 1922. Assim ele relata suas atividades na época:

Desde o início de minha carreira procurei compreender o meio em que vivíamos e empreguei os maiores esforços para vencer a rotina. Devido à deficiência de capitais e de iniciativa particular, as grandes obras de engenharia estão quase sempre, no Brasil, na dependência dos poderes públicos. Forçado assim a ter contato com essas administrações, fui freqüentemente alvo de maledicência e de ataques sistemáticos do espírito de demolição, que se compraz, em nosso meio, a combater todo e qualquer empreendimento. Nunca me arreceei dessas agressões e sempre soube enfrentar esses detratores. São disso provas os numerosos relatórios, as várias publicações que fui forçado por diversas vezes a fazer na imprensa e o resultado das sindicâncias efetuadas<sup>46</sup>.

45. LIMA, Heitor Ferreira. *Mauá e Roberto Simonsen; dois pioneiros do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976, pág.65

46. Simonsen, Roberto. *À margem da profissão - Discursos, conferências, publicações*. São Paulo: Editora Limitada, 1932, pág. 7

O texto está na introdução da coletânea de artigos e discursos intitulada *À margem da profissão*, publicada em 1932. Em outra passagem, o empresário fala de suas preocupações:

No terreno econômico não houve problema nacional de vulto que não despertasse minha atenção e nunca poupei energias para colaborar em sua solução e na formação da consciência de nossas verdadeiras necessidades <sup>47</sup>.

Mais adiante, ele justifica sua atuação:

Tratei de encarar sob um ponto de vista nacional os problemas econômicos que interessavam ao país. Apaixonado pela ciência, sempre entendi que nela deveríamos buscar as soluções para nossos casos. Deixá-los à discrição das ações e reações das forças naturais e dos livres fatores econômicos seria por muito tempo conduzir o país a uma servidão econômica, quase tão penosa quanto a sujeição política, em benefício de nações melhor aparelhadas.

### **Intelectual em ação**

A diferença entre Roberto Simonsen e a maioria de seus pares no meio empresarial era a constante necessidade de transformar sua prática cotidiana em reflexões mais amplas. Essa inquietação intelectual pautou toda sua vida e se materializou em dezenas de discursos, artigos, ensaios, relatórios, projetos e entrevistas que, de tempos em tempos, eram reunidos em livros. Alguns destes são *As finanças e a indústria* (1931), *À margem da profissão* (1932) e *Rumo à verdade* (1933). Há ainda estudos, apresentados em congressos e simpósios, nos quais se percebe um cuidado com a elaboração de gráficos, tabelas e estatísticas para comprovar suas afirmações. Essa incessante busca por dados e demonstrações empíricas esbarrava sempre na precariedade das estatísticas oficiais sobre a economia brasileira, característica que perdurou até pelo menos o final da primeira metade do século XX.

Nos ensaios voltados para a questão social, há uma atenção recorrente para com a melhoria das condições de vida, o treinamento e a elevação dos salários dos trabalhadores. Simonsen volta e meia alertava ser este o caminho para reduzir os conflitos entre capital e trabalho. No final dos anos 1930, aprofunda-se também a preocupação com a pesquisa tecnológica e a adoção de normas reguladoras, como forma de aumentar a produtividade industrial. Ele percebia a necessidade do fortalecimento das associações de classe, visando organizar o empresariado – pequeno, médio e grande – “para um perfeito entendimento entre os produtores, para o eficiente aproveitamento de todos os nossos recursos disponíveis” <sup>48</sup>.

---

47. Simonsen, Roberto. *Ensaio sociais, políticos e econômicos*. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1943, pág. 236

48. Simonsen, Roberto. *À margem da profissão*. São Paulo Editora Ltda: 1932, págs. 4 e 5

A economista Rosa Maria Vieira divide a atuação pública do empresário em três fases. A primeira vai de 1918 a 1927, quando suas preocupações estão mais vinculadas à racionalização da produção agrária e à detecção das principais mazelas do país. É um período pré-industrial. A segunda etapa alcança os anos de 1928 a 1939, na qual estão compreendidas a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), sua atuação parlamentar e a inauguração da Escola Livre de Sociologia e Política. A terceira parte vai de 1940 até sua morte, em 1948, e apresenta a maturidade de suas formulações industrialistas<sup>49</sup>.

Simonsen sempre exaltava sua condição de engenheiro, na crença de um cientificismo modernizante, a partir do qual se dinamizaria toda a cadeia produtiva do país. Com tal pressuposto, buscava balizar suas empresas no que chamava de “modernos métodos de organização”. Na segunda década do século XX, tratava-se de implantar uma nova forma de gestão, com o objetivo de sincronizar a direção e a produção. Seria a primeira tentativa da introdução do taylorismo no país, quando a indústria ainda engatinhava por aqui. O método, desenvolvido pelo engenheiro estadunidense Frederick Taylor (1856-1915), preconizava a racionalização, o treinamento e o controle da produção a partir do trabalho. A primeira grande reflexão de Simonsen nesta direção está no relatório apresentado à diretoria de sua Companhia Construtora de Santos, em março de 1919. Logo no início do texto, ele afirma:

[Propus], em princípios do ano passado, a reorganização interna da companhia em moldes mais chegados aos da administração científica, adotados ultimamente pelas grandes indústrias americanas. (...) Em substituição ao antigo processo de administrar, chamado pelos americanos de ‘o militar’ – em que repetindo-se insensivelmente no crescimento de uma empresa a organização feitoral da célula inicial, padrões, contra-mestres e feitores se sucedem numa preocupação mais de mando do que da perfeita feitura dos serviços, – procuramos evoluir no sentido da administração ‘de função’. Nesse sistema, os fatores: tempo, custo, execução e justa paga do trabalho, determinados por métodos científicos, avultam como principais elementos na procura de uma alta eficiência, fim principal a que devem almejar, avidamente, o trabalho moderno, em todas as suas manifestações<sup>50</sup>.

Páginas à frente, ele aponta o centro de suas reflexões:

O maior problema que têm diante de si os engenheiros e os administradores da época atual é incontestavelmente a utilização econômica do trabalho<sup>51</sup>.

Ao focar no trabalho a fonte da racionalização produtiva, Simonsen exhibe suas opiniões sobre a disputa política entre capital e trabalho:

A política da classe operária tem sido baseada na limitação da produção e na ilimitação dos salários; ora, colocados os padrões em ponto de vista diametralmente opostos, dá-se o choque dos interesses, assim estabelecidos como contrários, resultando a

---

49. Idem, pág. 48

50. Ibid, pág. 49

51. Ibid, pág. 49



gigantesca luta que estamos presenciando no mundo industrial, e que está assumindo gravíssima feição de guerra de classes. (...) Foram os atrasados sistemas de paga e a má orientação dos patrões que mais concorreram para que os trabalhadores se organizassem em feição de classe <sup>52</sup>.

Como solução para os enfrentamentos, mais uma vez o cientificismo:

As associações operárias formadas com o espírito preconcebido de luta, bem como a dos patrões, jamais poderão resolver de forma estável as chamadas questões entre o Trabalho e o Capital, ainda que recorram a tribunais arbitrais, porque são elas estabelecidas sob atmosfera de desavenças, que induzem as duas classes a um Estado de desarmonia. (...) Somente a forma científica de administrar e retribuir o trabalho, em que se beneficiem lealmente as duas classes, é que deixará de promover ações e reações inevitáveis nos velhos sistemas, colocando ambas as partes em íntima cooperação em prol de seus legítimos interesses <sup>53</sup>.

As atenções de Simonsen com a racionalidade produtiva e com o amortecimento dos conflitos trabalhistas não eram apenas teóricas. Possivelmente tinham relação com um então recente acontecimento político-social de grande envergadura: a extensa greve que paralisara a capital paulista dois anos antes.

Ela terminara em 16 de julho de 1917, com a vitória dos trabalhadores. Pelo número de participantes, pelas categorias envolvidas e pela sua duração e repercussão social, tratou-se da maior mobilização operária até então realizada. O evento mudou a percepção que as classes dominantes tinham dos conflitos sociais. O que existia antes eram manifestações localizadas de uma ou outra categoria profissional, especialmente no Rio de Janeiro. Iniciada a partir de protestos das tecelãs, no cotonifício Crespi, no bairro da Moóca, em 10 de junho daquele ano, a luta ganhou a adesão de outros trabalhadores industriais, espalhou-se por diversas cidades do Estado e teve repercussões em outras capitais nos meses seguintes.

A mão de obra feminina, assim como a infantil, mais barata que a masculina, era incentivada pelo empresariado. A seção das mulheres da fábrica tornara-se uma das mais mobilizadas, na luta por creches destinadas aos filhos dos trabalhadores.

A partir da agitação no cotonifício, os protestos se espalham. Os operários se revoltam contra o prolongamento do serviço noturno e exigiam 20% de aumento salarial, além de jornada de oito horas, semana de cinco dias e meio e fim ao trabalho infantil.

Os anarquistas logo tomam a frente das manifestações. O assassinato de um sapaiteiro espanhol, José Martinez, em 10 de julho, radicaliza a tensão. Seu funeral atrai milhares de pessoas, na avenida Rangel Pestana, região central da capital. Logo a greve se estende por 35 empresas, recebendo a adesão de mais de 20 mil operários. Com a paralisação dos condutores e dos funcionários da Light, os bondes deixam de circular. Nos três dias seguintes ao enterro, a greve é total. Houve conflitos violentos com

---

52. Ibid, pág. 51

53. Ibid, pág. 51

a polícia em diversos pontos da cidade. A mobilização repercutiu em paralisações em Sorocaba, Santos e Campinas, chegando até ao Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia Pernambuco e Rio Grande do Sul. Nesses locais, as movimentações não encontraram o mesmo êxito obtido em São Paulo. Embora o início dos protestos tenha acontecido por conta da falta de creches e das difíceis condições de trabalho existentes nas fábricas, as causas do enfrentamento foram mais profundas. Elas devem ser buscadas na absoluta precariedade na contratação de trabalhadores e nas dificuldades econômicas enfrentadas pelo país.

Nos anos anteriores, houve um aumento expressivo do custo de vida. A deflagração da I Guerra Mundial, na Europa (1914-1918), derrubara as exportações de café, o principal produto da pauta de exportações brasileira. As compras de matéria prima brasileira pelos países europeus despencaram. A economia entrou em crise. Os anos de 1913 a 1915 foram de intensa agitação nos meios operários, por conta do desemprego e da carestia. A situação piorou nos primeiros meses de 1917. A cidade de São Paulo, com 600 mil habitantes e quase 100 mil trabalhadores, mostrou-se o centro dos conflitos sociais em todo o país.

Motivadas por sérios problemas sociais, a greve acabou por forçar o empresariado a recuar. As leis regulamentando o serviço das mulheres e das crianças, até então desprezadas, passaram a ser cumpridas. Houve ligeira melhoria de salários e a jornada de oito horas foi concedida em várias empresas. Mas o significado da greve não parou aí. A entrada das massas trabalhadoras na cena política assustou as elites. A partir do movimento, a estrutura social de um país ainda agrário começava a exibir uma complexidade até então pouco percebida.

Simonsen provavelmente estava entre os assustados. Parte de sua produção intelectual voltou-se para temas ligados ao trabalho, na perspectiva de reduzir os conflitos de classe. Assim, sua busca pela eficiência administrativa tinha por base não apenas um aumento da produtividade, mas também uma maneira de controlar as tensões sociais

### **Homem público**

A vida pública de Roberto Simonsen tem início no final da segunda década do século XX. Aos 30 anos de idade, em 1919, o empresário é convidado pelo governo brasileiro para integrar a Missão Comercial à Inglaterra, onde seriam estabelecidos diversos contatos e acordos com o empresariado britânico. Pouco depois, ele segue em direção a Paris, onde participa do Congresso Internacional dos Industriais de Algodão. Toma ainda parte na Conferência Internacional do Trabalho em Washington.

Por essa época, o jovem não poderia ainda ser chamado de industrial. Embora fosse sócio de uma construtora, seu périplo internacional estava vinculado aos setores agro-exportadores, em busca de mercados e financiamentos. Toda sua concepção econômica desta fase explicita os limites do desenvolvimento das forças produtivas brasileiras. As formulações voltam-se para a busca da eficiência e da racionalidade

científica, além de exibir um quadro promissor do país aos possíveis investidores externos. Mas seu olho no futuro fica claro no discurso de despedida da viagem a Londres, pronunciado em 30 de maio de 1919, em Santos:

A civilização atual é o fruto do rápido industrialismo, que em princípios do século XIX, seguiu-se à utilização do ferro e do carvão, à invenção da máquina a vapor e ao desenvolvimento da força elétrica <sup>54</sup>.

A seguir, o empresário externa sua apreciação sobre o país:

O maior problema brasileiro é incontestavelmente o econômico em toda a sua complexidade; é o problema da formação, organização e desenvolvimento de nossas riquezas, porquanto o Brasil é, evidentemente, um repositório de riquezas latentes. Carecemos de capitais estrangeiros e necessitamos da intensificação do intercâmbio, para que se torne fácil o nosso desenvolvimento. <sup>55</sup>

A busca de investimentos e capitais é patente nos discursos e artigos que publica durante a viagem, mostrando o Brasil como um local repleto de oportunidades, entre as quais se destacam o tamanho do território, o clima, a qualidade de suas pastagens, as florestas madeireiras, a riqueza mineral etc.

Suas atividades industriais de maior relevância tiveram início em 1926, através de várias iniciativas: a organização da Companhia Nacional da Borracha, da Companhia Nacional de Artefatos de Cobre, da Companhia Cerâmica São Caetano S.A. e da Fábrica de Tecidos Santa Helena. Concomitante a todas essas atividades, o engenheiro elegeu-se presidente do Sindicato Nacional de Combustíveis Líquidos e tornou-se sócio da casa Comissária Murray, Simonsen Companhia Ltda. e do banco inglês Lazard Brothers.

No final dos anos 1920, Simonsen seria reconhecido, por seus empreendimentos e por suas formulações, como a mais expressiva liderança empresarial brasileira. Sua produção teórica se diversificará na década seguinte. Ele deixaria de ser um analista das circunstâncias da vida produtiva, para se voltar às interpretações históricas da formação econômica brasileira.

O empresário, nesses tempos, estava identificado com o regime da República Velha (1889-1930) e sua política de supremacia do setor agrário. O que seria uma aparente contradição tem a ver com as características peculiares da economia cafeeira.

Pelo fato de o Brasil ser o principal fornecedor mundial de café, as demandas e as necessidades do mercado internacional irrigam e organizam as bases da produção interna, especialmente após 1870. A crescente complexidade dos negócios criara uma teia de vínculos entre o setor produtivo rural, os agentes de comércio, o sistema de transportes, as casas financiadoras de crédito, o processo de estocagem e de seleção de grãos e o sistema portuário. No final do século XIX, as cidades maiores deixaram paulatinamente de serem meras organizadoras da vida rural, para tornarem-se o centro efetivo dos negócios ligados à exportação, que buscavam capitais externos para se expandir.

---

54. Ibid, pág. 62

55. Ibid, pág. 68

Nas décadas iniciais do século XX, o excedente do setor cafeeiro é que iria possibilitar a industrialização, a partir do maior centro produtor, o Estado de São Paulo. Assim, não existia uma demarcação clara entre a burguesia agrária e a industrial. É preciso levar em conta ainda o fato de esta última ser muito incipiente no país.

Os poucos industriais de São Paulo, a maioria deles oriunda do meio rural, organizavam-se, desde 1894, sob o guarda-chuva da Associação Comercial. A entidade reunia todo tipo de dirigentes empresariais, independentemente de sua atividade. A hegemonia cabia aos comerciantes.

A supremacia foi questionada em 1927, quando alguns industriais lançaram uma chapa encabeçada por Jorge Street, proprietário da Indústria de Tecidos da Juta e criador da vila operária Maria Zélia, situada na zona leste da capital paulistana. O fato expressava o desenvolvimento do ramo. As lideranças da situação, vinculadas aos negócios de importação, não aceitaram a disputa e abriu-se uma dissidência na entidade.

Como resultado, em março de 1928, a minoria lançou o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), cujo primeiro presidente foi Francisco Matarazzo. O segundo cargo em importância coube a Roberto Simonsen, então com 39 anos de idade. Somente em 1937, seria fundada a Federação da Indústria Paulista (FIP), mais tarde denominada Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O discurso de Roberto Simonsen no ato de fundação do Ciesp é notável por ser uma espécie de “programa” dos setores da burguesia industrial em ascensão.

Se é certo que a base da estrutura econômica do Brasil deve repousar na cultura da terra, não é menos certo que, no estágio atual da civilização, a independência econômica de uma grande nação, seu prestígio e sua atuação política como povo independente no concerto das nações só podem ser tomados como consideração devida, possuindo este país um parque industrial eficiente, na altura de seu desenvolvimento agrícola. A independência econômica e (...) política só pode existir (...) nos Estados em que se conjuguem em estreita harmonia e íntima interdependência, a agricultura e a indústria<sup>56</sup>.

Ou seja, o dirigente, habilmente, exaltava as qualidades e a importância de seu segmento, mas buscava manter uma plataforma comum com os negócios ligados à agricultura. Ao mesmo tempo em que esboça a idéia de uma política protecionista, Simonsen tem de responder às correntes ligadas ao mundo rural, que viam em tal orientação uma das causas da carestia de vida. O protecionismo impediria a importação de bens manufaturados, lançados por indústrias mais produtivas e a preço menor. Isso implicava optar por produtos nacionais muitas vezes mais caros, pela menor produtividade interna.

Para ele, o argumento não deveria ser levado em conta:

Nos Estados Unidos, onde a indústria cresceu e evoluiu amparada por uma grande política protecionista, o maior consumidor da formidável produção industrial daquele país é o próprio povo americano, sendo exportados apenas menos de 10% de sua produção industrial<sup>57</sup>.

56. Ibid, pág. 171

57. Ibid, pág. 170

Simonsen ia além: “É patente a absoluta coincidência entre os fins que colimam os industriais e os verdadeiros interesses nacionais”<sup>58</sup>. Essa linha de pensamento seria sua marca até o final da vida, a da plena identidade entre indústria e nação. Assim, defender o protecionismo à indústria significaria defender a nação e um projeto industrializante seria um projeto nacional.

O Departamento Nacional do Café, em São Paulo, era o irradiador da tese da vocação agrária do país. Para tais setores, uma indústria que necessitasse de proteção seria uma construção artificial e onerosa, que drenaria recursos necessários à agricultura. Sob essa ótica, uma política de baixas taxas aduaneiras facilitaria as importações e supriria a demanda doméstica por produtos industrializados mais baratos. Tal orientação acabaria por colocar a indústria nascente diante de uma concorrência naquele momento predatória, pelos preços menores dos produtos importados.

Com sagacidade, Simonsen tentava obter ganhos para a indústria sem se contrapor frontalmente aos produtores agrícolas, especialmente os de São Paulo. Ao contrário, o dirigente empreende, nesta época, uma defesa da política de valorização do café, fazendo gestões junto ao Banco do Estado de São Paulo e ao Banco do Brasil para concessão de créditos e subsídios em favor da atividade. Essa política havia sido delineada a partir do convênio de Taubaté, em 1906. Através dela, eram realizadas intervenções do Estado no mercado cafeeiro, comprando e estocando o produto, com o objetivo de regular a oferta, fazendo frente às seguidas oscilações da taxa de câmbio, problema que se acentuara no primeiro pós Guerra. O fenômeno acabava por prejudicar as exportações. Os financiamentos dessas compras eram feitos com empréstimos externos.

A prática, conhecida como socialização de prejuízos, mostrou-se recorrente durante a República Velha. Ao garantir o dinamismo do principal pólo da economia, o Estado assegurava níveis elevados de demanda agregada também no meio urbano. O resultado foi que, com controle do excesso de oferta, o preço do café tendia a valorizar-se, aumentando a rentabilidade do setor. Em uma economia primário-exportadora, a melhor aplicação possível para este excedente seria reinvesti-lo na própria produção cafeeira, que voltaria a se expandir. Seriam assim necessárias sucessivas compras por parte do poder público, empurrando sempre a questão para o futuro. A contração artificial da oferta, através de intervenções estatais, criava, assim, obstáculos insanáveis na economia.

Após 1925, um aumento na entrada de capitais externos tendeu a valorizar o câmbio, o que dificultava as exportações. Quando a crise se instalou, a partir de 1929, houve uma abrupta fuga de capitais, o câmbio se desvalorizou instantaneamente e o mecanismo da regulação de oferta entrou em colapso. As exportações absorviam apenas dois terços de produção. A compra de estoques, inicialmente com endividamento externo e depois com emissão de moeda, acentuava desequilíbrios recorrentes nas

---

58. Ibid, pág. 178

contas nacionais. Ao mesmo tempo, a alta lucratividade do setor cafeeiro se constituía em irrefreável pressão inflacionária e importadora de produtos industriais<sup>59</sup>.

### **Crise e mudança**

O mundo do início dos anos 1930 enfrentava os sobressaltos da Grande Depressão, cujo marco definidor foi a quebra da bolsa de Nova York, em 29 de outubro de 1929. Nenhum país capitalista passou incólume pela crise.

Vivendo uma expansão constante desde a segunda metade do século anterior, sem enfrentar nenhum conflito significativo em seu território desde a Guerra de Secessão (1861-1865), os Estados Unidos despontaram, após a Guerra de 1914-1918, como a maior potência mundial e a força dominante entre os mercados latino-americanos. Nunca uma sociedade exibira tamanha opulência e pujança econômica. Mas a roda girou em falso através de uma brutal crise de superprodução. O livre-mercado mostrou seus limites.

A quebra fez com que bilhões de dólares evaporassem da noite para o dia, centenas de empresas fossem à bancarrota e as demissões de trabalhadores atingissem números nunca imaginados.

O Brasil de 1930 tinha 37,6 milhões de habitantes e o café respondia por 70% de sua receita de exportações. Sem indústrias de monta e com uma economia baseada em produtos agrícolas, o país vivia ao sabor das ondas da economia mundial. A crise de 1929 bate de frente nessa lógica da quase monocultura. Agoniza a República Velha. Avizinha-se uma grave crise social.

Nessa conjuntura difícil, os descontentamentos aumentam em vários setores. No meio militar, os tenentes e a média oficialidade, que se movimentavam desde 1922, encontram apoio nas classes médias para lutarem contra a ordem vigente. Na prática, isso significava atacar a oligarquia e os cafeicultores, os pilares do sistema.

Um acontecimento dramático acelera os fatos. João Pessoa, governador da Paraíba e candidato a vice-presidente na chapa de oposição, liderada por Getúlio Vargas e derrotada nas eleições, é assassinado a 26 de julho de 1930. O crime fora cometido por um inimigo provinciano, João Dantas, mas serviu para que líderes da Aliança Liberal, como Vargas, Osvaldo Aranha e Borges de Medeiros, alegassem fraude nas urnas. Estaria criado o clima para o desencadeamento de uma sublevação. A luta mobiliza 300 mil soldados.

Em 24 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís, é deposto pelos ministros militares. No dia 3 de novembro, Getúlio Vargas, líder da revolução no Rio Grande do Sul, assume o poder. Uma semana depois, o novo governo dissolve o Congresso Nacional e destitui todos os governadores de Estado, exceto o de Minas Gerais.

---

59. Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964, págs. 207 a 216

Em seus lugares são nomeados interventores. Tal como ocorrera na proclamação da República, as forças populares tiveram reduzido papel no movimento. Depois do desenlace é que se manifestam nas ruas. Tem início um novo ciclo na história do País.

Poucas semanas depois de assumir o poder, Getúlio Vargas cria, em 26 de novembro de 1930, o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, nomeando o deputado gaúcho Lindolfo Collor como seu primeiro titular. Começando por esboçar um projeto mais geral para a economia, o ministério reúne uma equipe da qual faziam parte Joaquim Pimenta, antigo socialista pernambucano, consultor técnico em legislação trabalhista, Evaristo de Moraes, consultor jurídico, Agripino Nazareth e outros, encarregados de esboçar uma legislação trabalhista.

A política de Getúlio Vargas acarreta uma transformação profunda no funcionamento do Estado brasileiro e em seu relacionamento com a sociedade. Em 1934 são assinados o Código de Minas e o Código das Águas, buscando nacionalizar as riquezas do subsolo. Criam-se diversos órgãos de controle da economia. Na área das comunicações, o governo encampa a Rádio Nacional (PRE-8) do Rio de Janeiro, em 1940, e a transforma em emissora oficial. Torna-se, a partir daí, a principal estação brasileira dos anos 1930 e 1940, divulgando especialmente radionovelas e música popular<sup>60</sup>. No terreno econômico, o cenário era marcado por quebradeiras de empreendimentos ligados ao café e por seguidas fugas de capitais. As constantes quedas na taxa de câmbio e a impossibilidade de controlá-la, pela carência de lastro, encareceram as importações e inviabilizaram a produção cafeeira na escala anteriormente perseguida, por conta da contração dos mercados externos e das quedas dos preços internacionais do produto.

De acordo com Celso Furtado, a política de valorização do café, por seu efeito multiplicador na economia, teve características anticíclicas que impediram o aprofundamento da crise no país. Os fortes subsídios estatais na compra da produção, mesmo com a redução da demanda externa, foram decisivos para que, em 1933, a economia começasse a se recuperar<sup>61</sup>. A defasagem cambial desestimulava as importações. Ao mesmo tempo, a recuperação do setor cafeeiro conferia maior dinamismo ao mercado interno, nesse momento mais atraente para investimentos que a economia de exportação, então estagnada. Foi o mercado interno o motor da recuperação econômica brasileira, em um processo, segundo Furtado, inédito. A produção industrial e mesmo a agrícola voltou-se, em sua maior parte, para o consumo local, no início dos anos 1930. O pólo dinâmico da economia deslocava-se do setor exportador para a deman-

---

60. Criada originalmente em 1936 pelo grupo empresarial responsável pelo jornal *A Noite*, a emissora foi estatizada juntamente com outras empresas do grupo, sob alegação das dívidas não-pagas e que somavam 3 milhões de libras esterlinas. Fonte: Saroldi, L.Carlos, e Moreira, Sonia V. *A Rádio Nacional e o Brasil em Sintonia*. Rio de Janeiro: Martins Fontes/Funarte, 1984, pág. 26

61. Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964., págs 220 a 226

da doméstica, que gerava maiores lucros e atraía mais investimentos. Assim, mesmo com as importações de insumos e maquinário dificultadas pela depreciação da moeda nacional, a indústria pode se desenvolver. O Brasil passou a importar máquinas e equipamentos obsoletos – bens de capital – nos países centrais, mais baratos, o que compensava a defasagem cambial. A produção industrial cresceu cerca de 50% entre 1929 e 1937<sup>62</sup>. Assim, a taxa de câmbio depreciada passou a ter enorme importância no desenvolvimento da economia brasileira.

A Revolução de 1930 encontrou forte oposição da oligarquia agrária paulista e da fração, então minoritária entre as classes dominantes, constituída pela burguesia industrial daquele estado. Assim, por ter se colocado como opositor da chegada de Vargas ao poder, Simonsen acabou preso em novembro de 1930, logo após a queda de Washington Luís. A acusação era a de ser sócio “de uma das firmas que contribuíram para o estado de crise no Brasil”<sup>63</sup>. Libertado em seguida, sua vida e suas empresas foram vasculhadas pelo novo governo, pelos contratos feitos com o Exército e por sua associação com bancos ingleses.

Meses depois, Simonsen tornou-se ativo dirigente da rebelião capitaneada por parte da oligarquia paulista, conhecida como “revolução de 1932” ou “revolução constitucionalista”. O empresário chegou a participar de reuniões na sede do Ciesp e esboçou planos de ampliar a defesa armada do Estado.

Com a derrota da escaramuça, o dirigente empresarial permaneceu por dois anos na Argentina. Na volta, percebendo que o novo governo inclinava-se para concepções intervencionistas na economia, buscou articular-se com as altas esferas federais. A convicção oposicionista logo se dissipou, quando o incentivo oficial à industrialização tornou-se fato.

A partir de 1930, segundo a economista Rosa Maria Vieira, as idéias protecionistas de Roberto Simonsen convergem para formulações contra o livre cambismo e em defesa do aumento das barreiras protecionistas para a indústria nacional. Ao mesmo tempo, seus textos atacam as soluções de cunho “ortodoxo-monetaristas sugeridas como saídas para a crise econômica”. Entre elas estavam as propostas de “equilíbrio orçamentário e restrições na política de emissão monetária”<sup>64</sup>. Assumindo a defesa de tais bandeiras, as ligações políticas de Roberto Simonsen também mudam.

O grande temor das classes dominantes não era com o governo Vargas, mas com os de baixo, com as manifestações populares. Apesar de reprimidas duramente durante a gestão de Arthur Bernardes, que governou em permanente estado de sítio, entre 1922 e 1926, greves e conflitos de rua eram um espectro permanente a rondar

---

62. Idem, pág. 231

63. Simonsen, Roberto. *As crises no Brasil*. São Paulo Editora Ltda.: São Paulo, 1930, pág. 3, cf. Vieira, Rosa Maria, op. cit., pág. 49.

64. Vieira, Rosa Maria. *O pensamento industrialista de Roberto Simonsen: análise da ideologia*. Dissertação de mestrado, FFLCH USP, mimeo, 1987, pág. 70



as preocupações do empresariado. Vargas logo buscou mecanismos para controlar o movimento dos trabalhadores, combinando a concessão de reivindicações antigas e repressão aberta. A República Velha tivera como marca uma concepção liberal, quase sem regulação entre capital e trabalho. A nova administração, através do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, tentava enquadrar a chamada questão social num projeto mais geral para o país.

Assim, a partir da Constituinte de 1934, consolida-se uma paulatina aproximação entre parcelas do empresariado paulista e a administração formada a partir da Revolução de 1930.

Eleito deputado, Simonsen distancia-se cada vez mais dos setores agrários e torna-se figura de projeção nacional. A defesa de suas idéias agora é feita na tribuna do Congresso Nacional, como nos trechos do discurso que se segue:

A situação de hoje em dia é esta: nação nova tem de ser protegida, pois não dispõe dos aparelhamentos econômicos dos países adiantados, e os mais fracos, os que não dispuserem de tais aparelhamentos, fatalmente terão de perecer na concorrência internacional. Assim, temos de compensar a fraqueza das nações novas com proteção apropriada<sup>65</sup>.

Alegando ter sido “indicado pelas associações de classe de São Paulo ao sufrágio dos delegados dos empregadores do Brasil para representar (...) uma parcela de nossa atividade produtora”, o industrial passa a “desenvolver o pensamento da bancada paulista sobre algumas emendas [legais], referentes à ordem econômica e social”.

Mais adiante, ele sentencia:

O Estado (...) pode estimular e amparar a produção, proteger o trabalho, determinar rumos coordenadores e são para que esses fatores se processem num ambiente de harmonia, reduzindo ao mínimo os atritos criadores dos problemas sociais; nunca, porém, (...) agindo por descabidas intervenções no campo da produção, perturbando e cerceando iniciativas dignas de amparo, fazendo desaparecer os estímulos criadores do processo, quando o Estado ainda não se mostrou tecnicamente capaz de resolver problemas fundamentais de nossa nacionalidade, como os da educação e da valorização do nosso homem<sup>66</sup>.

Tais idéias já haviam sido expostas com mais detalhes na introdução de um de seus livros, mencionado páginas atrás e publicado em 1932:

Intervencionista, nunca o fui para combater leis naturais, mas sim, exclusivamente, com o intuito de criar situações em que o Brasil pudesse aproveitar em seu favor as resultantes dessas leis. Da liberdade ampla no intercâmbio comercial resulta, pela atuação natural de conhecidos fatores, o predomínio dos mais fortes. Vemos, no entanto, brasileiros ilustres subscrevendo teorias e doutrinas lançadas por povos que contando com forte

---

65. Simonsen, Roberto. *Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras*. São Paulo Editora Ltda.: São Paulo, 1934, pág. 43

66. Idem, pág. 12 e 13

aparelhamento comercial só têm vantagens na liberdade absoluta, porque é por intermédio desta que eles dominam os mais fracos nos embates econômicos internacionais<sup>67</sup>.

No mesmo ensaio, ele foca o plano central de seus interesses na proteção à empresa nacional, como mola propulsora do desenvolvimento:

No atual estágio da civilização e da política internacional, não se pode conceber a idéia de nação sem a do protecionismo. Afirmar que o Brasil só pode produzir em condições econômicas o café é pregar a destruição das barreiras aduaneiras, com o intuito fantasista de se conseguir em troca, maiores mercados para a colocação deste produto, é admitir a transformação do país num vasto cafezal, com o desmantelamento de muitas de nossas atividades, com o rebaixamento do padrão de vida e com um grande recuo de nossa civilização. (...) O protecionismo cerceia de alguma forma e por algum tempo a permuta entre as nações, mas traduz uma grande liberdade de produção dentro das fronteiras do país que o adota.<sup>68</sup>

### Referências intelectuais

As idéias de Roberto Simonsen não eram concepções circunstanciais, mas reflexões amadurecidas ao longo do tempo. Quais eram seus referenciais teóricos? Dois economistas em especial eram constantemente citados pelo industrial, como bases de suas convicções. Eles eram o alemão Georg Friedrich List (1789-1846) e o romeno Mihail Manoilescu (1891-1950).

Em seu livro *As finanças e a indústria*, de 1934, Simonsen argumenta em favor do autor alemão:

List delineou o enriquecimento e a industrialização na Alemanha, pregando a abolição das tarifas aduaneiras entre os 39 Estados que vieram a formar o Império Alemão, e a criação de barreiras protecionistas para o exterior, indispensáveis à formação industrial em sua fase incipiente<sup>69</sup>.

Friedrich List foi um dos mais importantes economistas da primeira metade do século XIX. Investindo contra as postulações do livre mercado e elegendo as idéias de Adam Smith como seu alvo principal, List construiu uma pequena, mas contundente obra, composta especialmente por seu *Sistema nacional de economia política* e por centenas de artigos publicados esparsamente.

O centro de suas formulações era a idéia de nação como lócus central da atividade econômica. Defensor da industrialização e entusiasta das estradas de ferro na disseminação do progresso, List batia-se pelo protecionismo estatal para a *indústria infante*, expressão que cunhou. Suas palavras não são nada sutis:

67. Simonsen, Roberto. *À margem da profissão - Discursos, conferências, publicações*. São Paulo: São Paulo Editora Ltda., 1932, pág. 8

68. *Idem*, pág. 14

69. Citado por Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000, pág. 87.

A característica básica deste meu sistema reside na NACIONALIDADE (sic). Toda minha estrutura está baseada na natureza da nacionalidade, a qual é o interesse intermediário entre o indivíduo e a humanidade inteira <sup>70</sup>.

Ao se voltar para o passado, o economista dizia:

Se pesquisarmos a história de Veneza, sem preconceitos, verificamos que, em seu caso, como no de grandes reinos em períodos posteriores, tanto a liberdade de comércio internacional, como as restrições impostas a tal comércio, foram benéficas ou prejudiciais para o poder e para a prosperidade do país, em épocas diferentes <sup>71</sup>.

(...)

Assim, a História demonstra que as restrições à liberdade de comércio não são tanto invenções de mentes meramente especulativas, mas antes conseqüências naturais da diversidade de interesses e dos anseios das nações por independência ou ascendência de poder <sup>72</sup>.

List percebeu o que mais tarde viria a ser conhecido como relações desiguais de troca entre nações, ao avaliar a disparidade de valores entre a produção industrial e a agrícola. Os trechos seguintes indicam o caminho de suas idéias:

Uma nação que só possui agricultura é um indivíduo que em sua produção material trabalha com um braço só. (...) Uma nação que troca produtos agrícolas por produtos manufaturados estrangeiros é um indivíduo com um braço só, sustentado por um braço estrangeiro <sup>73</sup>.

(...)

Um Estado puramente agrícola é uma instituição infinitamente menos perfeita que um Estado agromanufatureiro. Um Estado meramente agrícola será, do ponto de vista econômico e político, sempre dependente dos países estrangeiros, que recebem seus produtos agrícolas em troca de bens manufaturados. Tal nação não conseguirá determinar quanto deve produzir, devendo sempre esperar e verificar quanto os outros desejarão comprar <sup>74</sup>.

(...)

Uma nação manufatureira tem centenas de oportunidades a mais de aplicar a força da maquinaria do que uma nação agrícola. Um aleijado, dirigindo um motor a vapor, pode produzir centenas de vezes mais do que um homem mais forte pode com sua força manual <sup>75</sup>.

Para sanar tais discrepâncias, List propõe uma política francamente intervencionista:

O Estado não somente tem o direito, mas também o dever de impor certas normas e restrições ao comércio (o qual é, em si mesmo, inofensivo), na salvaguarda dos interesses superiores na nação <sup>76</sup>.

---

70. List, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. In *Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pág. 5

71. Idem, pág. 13

72. Ibid, pág. 85

73. Ibid, pág. 113

74. Ibid, pág. 126

75. Ibid, pág. 139

76. Ibid, pág. 117

(...)

O poder político não apenas assegura à nação o aumento de sua prosperidade por meio do comércio exterior e das colônias estrangeiras, mas também lhe garante desfrutar de prosperidade interna, e a própria existência, o que é muito mais importante do que a riqueza material <sup>77</sup>.

Mais à frente, em seu principal livro, o economista defende a importância do mercado interno:

A escola [liberal] não pode negar que o mercado interno de uma nação é dez vezes mais importante para ela do que o seu mercado exterior, mesmo que este último esteja em sua condição mais florescente. (...) O comércio exterior só pode prosperar nas nações que desenvolveram sua indústria interna em alto grau <sup>78</sup>.

O segundo autor que exerceu influência sobre Roberto Simonsen era um contemporâneo seu. Os postulados estavam em *Teoria do protecionismo e da permuta internacional*, do então Ministro da Indústria e Comércio da Romênia, Mihail Manoilescu. O volume possui uma única edição brasileira, de 1931, realizada pelo Ciesp, possivelmente por iniciativa do próprio Roberto Simonsen.

Ao longo de 352 páginas, Manoilescu busca fundamentos científicos para a defesa de suas teses, a partir dos diferentes índices de produtividade nas indústrias dos países ricos e pobres, que seriam fatores de desequilíbrio permanente nas relações comerciais. Para o autor, “O protecionismo representa um dos mais consideráveis fenômenos da vida moderna” <sup>79</sup>. Mais adiante, ele ressalta que a ação “é um ato de vontade, decorrente de medidas conscientes do Estado” <sup>80</sup>.

Manoilescu, em seu texto, ampara-se em List. Mas busca demonstrar que as teorias do economista alemão seriam insuficientes na primeira metade do século XX, pois não bastaria proteger a indústria infante. “Como notam todos os autores, as indústrias nunca confessam que já atingiram a idade adulta. As indústrias são como as mulheres, querem ser sempre moças” <sup>81</sup>.

Um dos mais fortes mecanismos de proteção, segundo o romeno, seriam as tarifas aduaneiras. Além disso, Manoilescu busca provar que:

Não há e nunca houve nada mais enganador e mais desonesto do que a apregoada barateza do livre câmbio e nenhuma classe sofreu mais com ela do que a nossa população operária <sup>82</sup>.

(...)

---

77. Ibid, pág. 129

78. Ibid, pág. 130

79. Manoilescu, Mihail. *Teoria do protecionismo e da permuta internacional*. Centro das Indústrias do Estado de São Paulo: São Paulo, 1931, pág. 11

80. Idem, pág. 12

81. Ibid, pág. 25

82. Ibid, pág. 97

Os livre cambistas enxergam sempre a troca e a vantagem da troca em si mesma. A vantagem ou a desvantagem devem ser procuradas ao mesmo tempo no processo de produção e na comparação que se faz entre os dois processos de produção <sup>83</sup>.

Manoilescu afirmava ser impossível haver uma relação igualitária de troca entre economias com produtividades diversas. Assim, a questão não poderia, como apontava List, se resumir apenas à proteção à indústria infante, mas deveria se voltar às relações de produção entre os países. Com base neste raciocínio, o romeno atacava também as teorias das vantagens comparativas, disseminadas por David Ricardo, segundo a qual, “um país auferir uma vantagem do comércio internacional cada vez que ele importa uma mercadoria que não seja capaz de produzir senão em condições inferiores (a preço mais elevado) às do estrangeiro”<sup>84</sup>. Assim, Manoilescu defende que:

A melhor forma para a utilização das energias nacionais parece ser a multiplicação das indústrias superiores de grande produtividade <sup>85</sup>.

Como conclusão, o economista afirma que:

No dia em que as diferenças entre as produtividades extremas, na órbita da mesma economia nacional, não forem mais tão grandes como são hoje, o efeito da concentração no sentido das atividades mais produtivas que o protecionismo provoca, será menos necessário que hoje <sup>86</sup>.

(...)

A produção industrial, como fonte de renda nacional (e como criação de poder aquisitivo nacional) representa uma proporção cada vez mais forte na produção total das nações <sup>87</sup>.

Manoilescu destaca que o protecionismo “se propõe simplesmente assegurar o mercado interno para certos produtos manufaturados. Favorece, pois, a utilização local das matérias primas, facilitando uma descentralização das indústrias superiores no mundo” <sup>88</sup>. E completa:

A verdadeira independência de um povo só é obtida pela criação de meios industriais que garantam a defesa nacional e a riqueza nacional. Porque, para um povo moderno, a independência não pode ser divorciada da riqueza <sup>89</sup>.

Mihail Manoilescu era uma figura política controversa. Engenheiro voltado para a economia, nasceu no mesmo ano de Simonsen e veio a falecer dois anos depois deste. Tornou-se personalidade proeminente nos debates políticos e econômicos da Romênia dos anos 1930, quando o país, agrário por excelência, batia-se por uma diretriz de plane-

---

83. Ibid, 1931, pág. 96

84. Ibid, pág. 100

85. Ibid, pág. 109

86. Ibid, pág.196

87. Ibid, pág. 240

88. Ibid, pág. 285

89. Ibid, pág. 297.

jamento industrializante. Ao invés de um socialismo entre as classes sociais, que acabasse com as desigualdades, o teórico romeno propunha um “socialismo entre as nações”.

Transitando, em sua vida profissional, entre a iniciativa privada e altos postos da administração pública, Manoiesco tornou-se, como Simonsen no Brasil, o principal defensor da industrialização de seu país. Ao longo da década, mostrou-se simpático ao fascismo italiano e ao nazismo alemão. Em 1937, elegeu-se senador. Foi Ministro das Finanças e titular da pasta das Relações Exteriores.

O historiador estadunidense Joseph L. Love lembra que

Devido a sua simpatia pelo Eixo, os trabalhos de Manoiesco foram banidos pelo regime do pós-Guerra, mas uma geração mais tarde, seus trabalhos econômicos, que anteciparam muitas das reivindicações, aspirações e libelos do Terceiro Mundo, foram mencionados em publicações oficiais como importantes contribuições romenas para a análise do subdesenvolvimento<sup>90</sup>.

O período era extremamente receptivo às idéias heterodoxas de planejamento econômico, após os desastres da crise de 1929. Para Manoiesco, o Estado teria um papel essencial na industrialização dos países da periferia do capitalismo.

De acordo com Joseph L. Love,

Se as ligações políticas do romeno, nos últimos anos da década de 1930, houvessem sido menos estreitamente vinculadas ao fascismo romeno e às aspirações do terceiro Reich (...) sua tentativa de teorizar as trocas desiguais e seu modelo de colonialismo interno [envolvendo indústria e agricultura] poderiam (...) ter exercido maior influência nos países do terceiro Mundo da era do pós-Guerra<sup>91</sup>.

Talvez essa tenha sido a causa das citações de Manoiesco terem desaparecido dos discursos do industrial paulista a partir da segunda metade dos anos 1930.

### **Fazendo escola**

Em 1934, Simonsen envolveu-se em um novo projeto: o de fundar uma instituição de ensino superior que formasse quadros para a elite dirigente paulista. Era a Escola Livre de Sociologia e Política. O ano era o mesmo da materialização de outro projeto das classes dominantes regionais, o da Universidade de São Paulo (USP). Simon Schwartzman assim sintetiza o empreendimento:

A Escola tinha por objetivo formar empresários, líderes políticos e estadistas, e não acadêmicos ou intelectuais. Enquanto a USP se abastecia na França, a Escola de Sociologia trazia uma série de especialistas norte-americanos que, pela primeira vez na história das ciências sociais brasileiras, começaram a falar em métodos quantitativos, ecologia urbana, estudos de comunidade<sup>92</sup>.

90. Love, Joseph L., *A construção do terceiro mundo, Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1998, pág. 183

91. Idem, pág. 231

92. [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_05/rbcs05\\_03.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_03.htm)

A Escola firmou-se como um importante centro de pesquisas e estudos sobre temas até então inéditos no país, como poder local, relações étnicas, grupos imigrantes. Em discurso pronunciado em 18 de dezembro de 1937, como paraninfo na colação de grau dos primeiros bacharéis em ciências políticas e sociais, Simonsen disse o seguinte:

No manifesto inicial, em que lançaram a idéia da fundação desta escola, os intelectuais paulistas registraram: “faltam em nosso aparelhamento de estudos superiores, além de instituições universitárias sólidas, um centro de cultura político social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social”. (...)

[O curso] abrange cadeiras como Ciência Política, Administração Pública, Contabilidade, Finanças Públicas, Economia Internacional, Organização do Trabalho, Serviços Sociais, Economia do Brasil, História Social e Política do Brasil, Psicologia do Trabalho e Educação Nacional <sup>93</sup>.

Apesar de ter sido um dos fundadores e professor ocasional da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o industrial não era exatamente um acadêmico. Suas obras voltavam-se ainda para a ação imediata, visando responder problemas de ordem conjuntural que afetavam o empresariado brasileiro.

Mesmo assim, em alguns artigos e palestras, já nos anos 1920, o industrial demonstrava um amplo conhecimento de História Econômica. Em longo pronunciamento, por exemplo, no Ciesp, em 1º de junho de 1928, Simonsen fizera um abrangente e sintético apanhado da evolução industrial no desenvolvimento das nações. “Em toda a parte, as indústrias são consideradas padrão do adiantamento de um povo”, dizia ele <sup>94</sup>.

Recheado por dados e tabelas, o discurso, juntamente com outros textos de sua autoria, poderia ser visto como um esboço de sua obra maior, a alentada *História econômica do Brasil* que, ao longo de quase 500 páginas, busca dar conta de um período que se estende de 1500 a 1820. Trata-se da primeira obra abrangente a tratar do assunto na historiografia econômica nacional.

O volume, lançado no final de 1937, é uma compilação do curso que ministrou na faculdade, durante período letivo anterior. Neste ano, tornou-se o primeiro titular da cadeira de História Econômica do Brasil. O livro traça um quadro panorâmico dos diversos ciclos econômicos vivenciados pelo país. Não é propriamente um trabalho analítico, como de certa forma seu autor admite, logo na introdução:

Devemos (...) observar que não procuramos nos cingir a sistematizações doutrinárias ou a conceitos metodológicos. Procuramos ser objetivistas, realistas, examinando os fatos econômicos, tais como se apresentaram na formação do Brasil, comentando-os

93. Simonsen, Roberto. *Ensaios sociais, políticos e econômicos*. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: São Paulo, 1943, pág. 13

94. Simonsen, Roberto. *À margem da profissão*. São Paulo Editora Ltda.: São Paulo, 1932, pág. 168

ou comparando-os com o que se processaram concomitantemente em outros povos, esforçando-nos, à luz das realidades econômicas, por saber dos ‘porquês’ dos acontecimentos verificados <sup>95</sup>.

A obra cobre sete pontos, de um total de 25, do programa da cadeira, conforme enunciado em suas páginas iniciais. A totalidade da matéria avançaria até “O Brasil em face da economia mundial”, nas primeiras décadas do século XX. Esta parte mais recente ficaria para outro volume. Se não era exatamente uma compêndio teórico, a obra de Simonsen não deixou de prestar um valor inestimável à historiografia, ao buscar articular uma série de dados e informações até então dispersas de nosso passado econômico e cotejá-los com variáveis sociais e humanas.

Nelson Werneck Sodré lembra que a obra se constituía em um

Trabalho de grupo, coordenado pelo autor e depois destinado a conferências seriadas. Abrange a economia colonial, formando o desenvolvimento em ângulos separados, seja pelos produtos principais, seja pelas áreas de produção <sup>96</sup>.

Quando Caio Prado Júnior lançou *Formação do Brasil contemporâneo*, em 1942, os parâmetros usados são mais claros, em uma obra igualmente abrangente. Além de uma descrição também minuciosa, Prado Jr. realiza entre nós a primeira análise histórica de fôlego baseada no materialismo dialético. O intelectual comunista não cita o trabalho de Simonsen, que teve boa repercussão à época. Mas ambas, juntamente com *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, publicada em 1959, formam as bases da historiografia econômica brasileira.

### **Ditadura**

Em 10 de novembro de 1937, num autogolpe, Getúlio Vargas decreta o Estado Novo, fecha o Senado e a Câmara dos Deputados e cancela as eleições presidenciais previstas para o ano seguinte. Uma nova Constituição é outorgada e o mandato presidencial é prorrogado. As greves são proibidas, a pena de morte é restabelecida e os meios de comunicação são colocados sob censura. Em suma, estabelece-se, no dizer de Darcy Ribeiro, uma ditadura fascista, autoritária e centralizadora. Mantendo sua linha nacionalista e de manutenção da legislação trabalhista, o novo regime persegue opositores, decreta censura à imprensa, extingue os partidos políticos e adota as bases ideológicas do fascismo em ascensão na Europa. O próprio nome Estado Novo vem da ditadura salazarista de Portugal. Ao longo dos anos, especialmente após o início da II Guerra Mundial e das pressões estadunidenses, o regime abranda seu caráter autoritário. Se até 1935 ainda havia uma certa autonomia no movimento sindical, a partir de 1935 e, especialmente, de 1937, a situação é de repressão aberta.

95. Simonsen, Roberto. *História econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1969, pág 20

96. Sodré, N. W. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s. d., pág. 219



Rosa Maria Vieira lembra que a visão industrialista e antiliberal de Roberto Simonsen o levou a acercar-se das ações centralizadoras em curso nos terrenos da política e da economia. O trânsito seria tão radical que, em 1937, o empresário chega a apoiar o golpe ditatorial do Estado Novo.

Justifica a medida autocrática em razão das ‘bases instáveis de nossa economia’, das ‘condições de insegurança e de intranqüilidade provocadas por uma campanha demagógica e insincera’, pelo ‘emperramento criado (...) pela burocracia e (...) pelos processos observados no Poder Legislativo e pelos reclamos de ‘providências de caráter inadiável e necessárias ao progresso do país’<sup>97</sup>.

Em 7 de maio de 1938, após a publicação de *História econômica do Brasil*, Roberto Simonsen faz uma conferência no Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo, nas comemorações do cinquentenário da libertação dos escravos. O título era *As conseqüências econômicas da Abolição*.

É um apanhado interessante, pois Simonsen exhibe farta profusão de números e demonstra um bom conhecimento sobre o tema. Mas a impressão que fica, para quem lê o texto<sup>98</sup>, é a de que o autor busca reavivar, como parte interessada, um debate ocorrido em fins do século anterior. O industrial é contra o trabalho servil. Mas seus argumentos parecem não levar em conta, além da questão social, o avanço econômico embutido na libertação. Embora os fazendeiros escravocratas tivessem perdido capital num primeiro momento, a medida propiciou o início da formação de uma mão de obra assalariada, decisiva para a constituição de um mercado interno e do desenvolvimento capitalista.

Após exibir cifras dando conta de que o número de escravos era declinante no país nos anos anteriores à Lei Áurea, Simonsen detém-se no que considera um fator decisivo:

A face importante da questão era (...) o valor do capital representado pela escravaria. Em 1888 deveria esse investimento atingir cerca de 700 mil contos de réis. Em muitas propriedades agrícolas, o valor dos escravos superava o das terras e de suas benfeitorias.

Em seguida, o conferencista exhibe seus argumentos:

A abolição simples, sem indenização, era não só perturbadora da organização do trabalho em numerosas zonas agrícolas, mas arruinaria ainda muitos proprietários, principalmente os que viviam em regime deficitário, impossibilitando-lhes a obtenção de créditos para o pagamento de salários, que o novo Estado iria exigir.

Sua idéia central é que as decisões posteriores resultaram em sério prejuízo para a economia nacional.

Fez-se uma abolição abrupta, sem indenização aos proprietários e sem a decretação de medidas de amparo e proteção à sorte dos recém libertos<sup>99</sup>.

97. Vieira, Rosa Maria. *O pensamento industrialista de Roberto Simonsen: análise da ideologia*. Dissertação de mestrado, FFLCH USP, mimeo, 1987, pág. 50

98. Publicado em 1943, na coletânea *Ensaio sociais, políticos e econômicos*,

99. Simonsen, Roberto. *Ensaio sociais, políticos e econômicos*. São Paulo: Edição da Fiesp, 1943, pág. 26

Para justificar suas afirmações, o orador daquela noite ainda argumenta:

Havia (...) uma grande zona – no Estado do Rio e no vale do Paraíba – em que os cafezais, em franco declínio, só eram mantidos pela organização escravista, estando os proprietários em grande parte endividados. Aí, a abolição veio apressar uma seleção que teria de se processar com o tempo, registrando-se a ruína rápida da classe (sic) agrícola.

Suas conclusões não apontavam, contudo, para um abalo na economia nacional, mas na mudança do perfil das classes dominantes no país:

Comprovam as estatísticas de exportação que da abolição não resultaram quedas nos valores exportáveis, mas sim um grande deslocamento de fortunas e a ruína de numerosos proprietários agrícolas<sup>100</sup>.

A certa altura, o industrial parece lamentar os rumos da campanha:

Criou-se uma verdadeira onda abolicionista, à qual também se incorporaram idéias e interesses políticos, não admitindo a constituição de um programa inteligente que substanciasse as medidas complementares que se impunham. Entre outras, o amparo e a reeducação do recém liberto e uma justa indenização àqueles que, apoiados na lei, haviam invertido seus capitais em escravos.

Em outra passagem da mesma alocução, Simonsen lembra que os proprietários agrícolas foram “vítimas de verdadeiro confisco de porção considerável de seu patrimônio”<sup>101</sup>. E segue adiante: “A opinião pública e as correntes políticas não toleraram, porém, que se tomassem tais medidas”.

Simonsen toma partido em um jogo já definido. Ao longo da campanha abolicionista – mais especificamente a partir de 1880 – ganhou força nos debates travados no Parlamento e na imprensa do Rio de Janeiro, a vertente que considerava necessária a abolição do trabalho servil, com uma compensação aos senhores de escravos.

Várias causas podem ser arroladas como decisivas para a Abolição, em 1888. Algumas foram episódicas e outras mais abrangentes. É possível concentrar todas numa idéia-mestra: o que inviabilizou o escravismo brasileiro foi o avanço do capitalismo no país. Longe de ser um reducionismo estéril, a frase expressa uma coletânea de contradições que tornam o trabalho servil não apenas anacrônico e antieconômico, mas, sobretudo, ineficiente para o desenvolvimento. Com isso, sua legitimidade passou a ser constantemente questionada.

Tirando parte do Legislativo e fazendeiros da Província do Rio de Janeiro, a escravidão encontrava poucos apoiadores públicos na segunda metade dos anos 1880.

A essência da campanha era clara: a emancipação deveria libertar os cativos sem tocar na ordem econômica vigente, centrada no latifúndio.

A questão da indenização aos senhores era ainda o nó a ser desfeito no debate de alternativas. No mesmo ano da Abolição, parte dos fazendeiros paulistas engrossou apoio

100. Idem, pág. 27

101. Ibid, pág. 28

a um projeto do Barão de Cotegipe, que previa a indenização aos senhores de escravos.

A agricultura do Rio de Janeiro enfrentava uma turbulência, com vários produtores rurais endividados em bancos. A libertação poderia representar uma crise na economia da Província.

Em maio de 1888 foi assinada a Lei Áurea e, 16 meses depois, como consequência direta das contradições que vivia o país, a República. Não veio junto a indenização aos senhores, pois sua força já era declinante no país. Mas viera uma compensação importante: a substituição do trabalho do negro pela mão de obra livre. A chegada desta ao país era subsidiada pelo Estado, que arcava com a maioria das despesas de viagens da Europa ao Brasil e com a hospedagem inicial das famílias que aqui aportavam<sup>102</sup>.

A palestra do industrial parece indicar uma concepção elitista de ordem econômica, apesar de suas preocupações pontuais com o padrão de vida dos trabalhadores.

Roberto Simonsen era um homem elegante, alto e de olhos azuis, com uma aparência aristocrática. Era brilhante em vários ramos de atividade, mas opiniões como aquelas sobre a Abolição geravam certa antipatia à sua figura. O repórter Joel Silveira (1918-2007), por exemplo, produziu uma irônica reportagem na revista *Diretrizes*, de 25 de novembro de 1943, intitulada “Os grã-finos em São Paulo”. Silveira, uma das penas mais afiadas de toda a história da imprensa brasileira, assim descreve o empresário:

“Figura ímpar na elegância dourada de Piratininga é o dr. Roberto Simonsen, proprietário de algumas das mais robustas cifras nacionais. Nas horas vagas, o sr. Simonsen escreve livros, artigos e discursos sobre a ‘promissora situação financeira do Brasil’, da qual ele é um dos sustentáculos. O sr. Simonsen é também conhecido e admirado por seu amor ao vernáculo. Seus discursos e livros são primores de correção gramatical. É verdade que o milionário Simonsen, tão cheio de afazeres lucrativos, não tem tempo para perder com as vírgulas e pronomes. Simonsen possui um gramático especial e particular, o sr. Marques da Cruz<sup>103</sup>, que recebe mensalmente um ordenado convidativo apenas para por em alto estilo as considerações de seu patrão e espalhar nas leis de Cândido de Figueiredo<sup>104</sup> possíveis liberalidades lingüísticas do financista<sup>105</sup>.

### A polêmica

A grande síntese das idéias econômicas de Roberto Simonsen viria a público em agosto de 1944 e em junho do ano seguinte, no âmbito da Comissão de Planejamento Econômico, vinculada ao Conselho de Segurança Nacional. Ela se constitui de duas peças de economia política, que expressam seu pensamento de maneira abrangente.

A conjuntura internacional era definida pelo fim da II Guerra Mundial e por um novo

---

102. Maringoni, Gilberto, *Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)*, tese de doutorado, FFLCH-USP, 2006, págs. 153 a 184

103. Filólogo e escritor.

104. Antônio Cândido de Figueiredo (1846-1925) foi um filólogo, jornalista e escritor português, autor do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*.

105. Silveira, Joel. *A milésima segunda noite da avenida Paulista*. Companhia das Letras: São Paulo, 2001, pág. 23

quadro geopolítico, de absoluta supremacia dos Estados Unidos. Com os dois textos, o empresário acabara travando, sem querer, um debate com Eugenio Gudín, principal economista neoclássico brasileiro e defensor da vocação agrária do país. Liberal extremado, Gudín apontava deficiências estruturais na indústria brasileira, que só sobreviveria a custo de pesados incentivos estatais. O economista, que também se formara em engenharia, buscava desqualificar o trabalho de Simonsen até mesmo em seus pressupostos estatísticos, passando por uma defesa do livre mercado e chegando ao que poderia ser entendido como diretrizes para uma futura ação governamental.

Os documentos de Simonsen tratam de seus temas recorrentes: o planejamento como forma de industrializar o país, a quadruplicação da renda e o estabelecimento de um projeto de desenvolvimento consistente. Instituída em setembro de 1944, a Comissão de Planejamento Econômico teve curta duração. Foi extinta com o fim do governo Vargas, no ano seguinte.

O debate – constituído por dois longos textos de cada autor – tornou-se paradigmático de duas grandes tendências econômicas, no âmbito da burguesia, que se enfrentam desde então, a desenvolvimentista e a liberal.

O trabalho inicial de Simonsen buscava amparar-se nos precários dados oficiais disponíveis para traçar metas e estabelecer critérios para uma política de desenvolvimento. Não se tratava de um anseio individual. O Congresso Brasileiro de Indústria e a Conferência das Classes Produtoras de Teresópolis, realizado em 1944, já havia recomendado “Que a planificação econômica do Brasil seja orientada como técnica econômica e de forma a assegurar, na sua execução, a plena cooperação de todas as atividades produtoras do país”. Ou seja, Simonsen, um dos organizadores do evento, construía uma sólida legitimidade entre seus pares para suas teses.

Vale a pena destacar alguns trechos dos textos do industrial. Em seu primeiro trabalho, “A planificação da economia brasileira”, ele diz:

Impõe-se (...) a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o país de uma estruturação econômica e social, forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis à sua segurança e sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional.

Adiante, ele destaca que:

A planificação do fortalecimento econômico nacional deve, assim, abranger, por igual, o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, como o dos sociais e econômicos, de ordem geral.

Para obter sucesso em suas idéias, Simonsen propunha diretrizes educacionais:

Toda uma série de providências correlatas deveria ser adotada; a montagem de novas escolas de engenharia, a vulgarização de institutos de pesquisas tecnológicas, industriais e agrícolas; a intensificação do ensino profissional. Impõe-se, da mesma forma, a criação de bancos industriais e outros estabelecimentos de financiamento.

Uma imigração selecionada e abundante de técnicos e operários eficientes cooperaria, em larga escala, para prover as diversas atividades, assim como para um mais rápido fortalecimento de nosso mercado interno, pelo alto padrão de consumo a que estariam habituados esses imigrantes.

Ao mesmo tempo, o autor reivindicava o fim de uma política moldada pelas águas do liberalismo:

Caso adotada a planificação intensiva de nossa economia, não será possível a permanência, por um certo prazo, das atuais normas de política comercial. Não seria concebível que, enquanto o país desenvolvesse um formidável esforço no sentido de montar o seu equipamento econômico, fosse ele, em pleno período construtivo, per turbado pela concorrência da produção em massa, de origem alienígena.

Após uma contundente crítica de Gudín, externada em 23 de março de 1945, Simonsen lança sua tréplica, *O planejamento da economia brasileira*. Além das ironias e espetadas verbais, o empresário vai ao ponto:

Na apreciação das evoluções verificadas em vários países, impõem-se, cada vez mais, à nossa consideração, as profundas diferenciações existentes entre as estruturas econômicas e sociais das nações consideradas ricas e das que se encontram em pronunciado atraso.

(...)

Essas soluções [para reduzir as disparidades] demandam a ação intervencionista do Estado, quer no interior do país, através de uma adequada política monetária, social, de obras públicas e de toda uma série de medidas de ordem técnica, quer no ambiente internacional, pela obtenção de mercados que possam manter o ritmo do trabalho em nível conveniente.

A certa altura, Simonsen, um anticomunista convicto, faz uma surpreendente defesa da planificação levada a cabo na URSS:

Na Rússia desenvolveu-se, como em nenhuma outra região, a técnica do planejamento econômico, com caráter nacional. Foi a adoção anterior dessa técnica que facilitou a extraordinária resistência que a nação soviética pode oferecer às invasões de Hitler.

Há de se acentuar que o sistema de governo, a coletivização da propriedade e o planejamento econômico desse país são três coisas diferentes, historicamente entrelaçadas, mas que não têm, lógica ou praticamente, dependência uma das outras.

A Rússia Soviética fará, com maiores facilidades que outras nações, a transição da economia de guerra para a da paz, não porque tenha um governo ditatorial, ou porque todas as suas indústrias são propriedade do Estado, mas em virtude da sua maior experiência no planejamento econômico.

(...)

O planejamento econômico russo no entanto se firmou, em grande parte, nos ensinamentos, na técnica e nos aparelhamentos dos países capitalistas.

Quando se volta para o Brasil, ele é claro:

No Brasil, a fraqueza e a instabilidade econômicas nos levaram a adoção de uma série de

planejamentos parciais e intervencionismos de Estado, sempre reclamados pelos produtores em dificuldades e, quase sempre, mais tarde, por estes mesmos, condenados.

Mais à frente, Simonsen explicita o que entende por planejamento:

O planejamento econômico é uma técnica e não uma forma de governo. Não exclui os empreendimentos particulares. Pelo contrário. Cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada, que esta intimamente ligada ao conceito da propriedade.

Embora Gudin manejasse melhor as categorias da matéria econômica, o discurso de Simonsen é mais político e menos afeito a dogmas conservadores. É bom notar que durante o governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), foi abortada qualquer possibilidade de planejamento econômico, apesar da tentativa do plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), em 1947, jamais implementado plenamente.

### **Os últimos anos**

Com o fim da II Guerra Mundial (1939-1945), o país viveu uma ambigüidade política: externamente lutara pela democracia, ao combater o nazifascismo; internamente, mantinha um regime de força.

Após intensa pressão popular, a ditadura do Estado Novo começou a ceder. As manifestações de protesto espalharam-se pelas principais cidades brasileiras. Em 18 de abril de 1945, Vargas concedeu a anistia a todos os presos políticos. A conjuntura internacional contribuiu para a distensão interna: a derrota da Alemanha em maio e a volta dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutaram na Itália, colocam o regime em xeque. Um golpe militar, comandado pelo general Góis Monteiro, depõe Vargas em 29 de outubro de 1945.

Surgem 16 novos partidos, dos quais se destacam a UDN (União Democrática Nacional, a oligarquia antigetulista), o PSD (Partido Social Democrático, composto por grandes proprietários rurais e pela burguesia urbana que apoiava Vargas) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro, formado pela ala esquerda do getulismo). Em novembro de 1945, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) obtém seu registro legal. Depois de praticamente destroçado durante a ditadura do Estado Novo, a agremiação tornava-se uma corrente política influente, assustando os setores mais direitistas da sociedade.

Nas eleições para a Assembléia Constituinte, em 2 de dezembro de 1945, Roberto Simonsen elege-se senador por São Paulo, pela legenda do PSD, vencendo seu principal oponente, o pintor Candido Portinari (1903-1962), candidato pelo PCB. Na disputa presidencial, vence a direita, na figura do ex-ministro da Guerra de Vargas, Eurico Gaspar Dutra, empossado em janeiro de 1946.

Em entrevista concedida em Roma, em 1979, aos jornalistas Iza Freaza e Albino Castro, o dirigente comunista Diógenes Arruda Câmara denuncia uma suposta fraude na contagem dos votos:

Nós elegemos um senador, que foi o Cândido Portinari, o grande pintor. Ele foi eleito. Basta dizer o seguinte: o Roberto Simonsen, que havia sido apoiado pelo PSD, pelo Getúlio e por todo mundo, estava atrás da votação de Portinari cerca de 50 mil votos. Essa noite ia ser fechada a ata geral das eleições em São Paulo. Na noite seguinte, para surpresa, os quase 50 mil votos de diferença a favor do Portinari haviam passado milagrosamente... ou melhor dito: foram roubados e passados para Roberto Simonsen. Quer dizer: o Roberto Simonsen não foi eleito pelo eleitorado. Foi eleito pelo Tribunal Estadual Eleitoral de São Paulo. O verdadeiro senador eleito foi Cândido Portinari <sup>106</sup>.

Simonsen não se pronunciou, mas Portinari ficaria conhecido como “Senador furtado”<sup>107</sup>

Sob o impulso de mobilizações de massa, o movimento sindical conheceu uma ascensão até 1947, com expressivo aumento do número de greves, auxiliado pelo clima democratizante que se seguiu à queda do regime. Os ventos internacionais do fim da Guerra e o papel desempenhado pela União Soviética no cenário internacional impulsionaram a esquerda em todo o mundo, com reflexos no Brasil.

Com o alinhamento cada vez maior do governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) aos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, os avanços democráticos alcançados na Constituição de 1946 sofreram um retrocesso, meses após sua promulgação. O direito de greve foi abolido no mesmo ano e os salários permaneceram congelados, desde 1942.

Simonsen foi um parlamentar conservador na esfera política. Durante os debates na Câmara Alta, defendeu um dos atos mais polêmicos do governo Dutra, a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro, por suposto atentado à democracia. O registro do PCB é suspenso em maio de 1947, e este volta à ilegalidade. Na ocasião, com oito jornais diários e duas editoras, a agremiação tem suas gráficas empasteladas pela polícia e seus dirigentes passam a ser perseguidos e processados. Na sessão do Senado Federal de 2 de junho daquele ano, Simonsen sobe à tribuna e diz o que se segue:

De há muito, Sr. Presidente, as classes produtoras vêm observando, na esfera nacional, o efeito dissolvente da ação comunista. Obediente a um comando internacional e serva de tática rigorosamente estudada, visa introduzir nas instituições democráticas, políticas, econômicas e sociais verdadeiras cunhas desagregadoras e fatores obstrucionistas de seu mecanismo normal.

(...)

Na verdade, Sr. Presidente, admitir o Partido Comunista no Brasil gozando de todas as prerrogativas asseguradas pela nossa Constituição (...) é concorrer para o destino suicida de nossa democracia.<sup>108</sup>

Não apenas o Senador paulista, mas o empresariado aplaudiu em massa a cassação do Partido Comunista, em uma clara restrição das liberdades democráticas no país.

106. [http://www.vermelho.org.br/diario/2004/0708/0708\\_arruda-fim.asp](http://www.vermelho.org.br/diario/2004/0708/0708_arruda-fim.asp)

107. Balbi, Marília. *Portinari*, Boitempo Editorial: São Paulo, 2003, pág 93

108. Citado por Boschi, Márcia Maria. *Burguesia industrial no governo Dutra (1946-1950)*, Dissertação de mestrado, IFCH Unicamp, Campinas, 2000, págs. 114-115

A atuação parlamentar do novo Senador paulista guiou-se pelos temas ligados ao desenvolvimento econômico. Era, incontestavelmente, o grande formulador de teses que ganhariam legitimidade maior na década seguinte. Como vice-presidente da seção brasileira do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, teve destacada participação na reunião do órgão, realizada em Petrópolis, em outubro de 1947. Na ocasião, defendeu uma ousada idéia: a necessidade de os Estados Unidos apresentarem um Plano Marshall para o desenvolvimento da América Latina. A medida original constituíra-se em uma série de financiamentos e acordos, que totalizavam originalmente cerca de US\$ 13 bilhões (cerca de onze vezes mais em valores do início do século XXI), destinados à recuperação dos países da Europa Ocidental, no pós-Guerra. Não houve acenos concretos por parte do governo de Harry Truman ao apelo brasileiro. O sul do rio Grande não era geopoliticamente tão estratégico a ponto de justificar um auxílio estadunidense dessa natureza.

Mas aconteciam outras articulações focadas no continente. Naqueles meses, a recém-fundada Organização das Nações Unidas (ONU) debatía a constituição de uma instituição especial voltada para a região<sup>109</sup>. No ano seguinte, surgia a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), com sede em Santiago, Chile. Dirigida inicialmente pelo economista argentino Raúl Prebisch e tendo como um de seus principais integrantes o brasileiro Celso Furtado, o órgão avançou nos debates e pesquisas sobre as chamadas relações centro-periferia no mundo capitalista, sobre as relações desiguais de troca e na constatação de que o subdesenvolvimento não era um estágio do desenvolvimento, mas um estado do capitalismo maduro, construído na divisão internacional do trabalho. Para superá-lo, seria necessária a fundamental atuação do Estado. Por outras vias, os economistas da Cepal chegavam a constatações semelhantes às de Roberto Simonsen, sobre os problemas estruturais da região.

O país e o mundo agitavam-se nos novos tempos. Em 1947, o valor da produção industrial brasileira ultrapassava, pela primeira vez na história, o valor da produção agrícola<sup>109</sup>. O planejamento e o intervencionismo eram, paulatinamente, as tônicas adotadas por diversos países na reconstrução de economias arrasadas pela Guerra.

As idéias do empresário paulista tornavam-se correntes no debate econômico.

Embora não participasse diretamente dessas articulações, é bem possível que ele as tivesse em mente quando desceu do carro na avenida Presidente Wilson e dirigiu-se para as apinhadas escadarias do edifício da Academia Brasileira de Letras, com as folhas do discurso que pronunciaria logo mais. A tarde carioca estava bem quente, naquele fatídico 25 de maio de 1948.

---

109. Idem, pág. 9



## Bibliografia

- ARRUDA CÂMARA, Diógenes (entrevista). [http://www.vermelho.org.br/diario/2004/0708/0708\\_arruda-fim.asp](http://www.vermelho.org.br/diario/2004/0708/0708_arruda-fim.asp)
- BALBI, Marília. *Portinari*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000
- BOSCHI, Márcia Maria. *Burguesia industrial no governo Dutra (1946-1950)*. Dissertação de mestrado, IFCH Unicamp, Campinas, 2000
- BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio (org.). *O Brasil republicano História geral da civilização brasileira*, Vol. III. Rio de Janeiro: Difel, 1974
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. Campinas: Unicamp, IE, 1998
- CARONE, Modesto. *Movimento operário no Brasil, 1877-1944*. Rio de Janeiro: Difel, 1979
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Editora Globo, POA, Editora da Universidade de São Paulo, SP, 1975
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*, Cia. Das Letras: São Paulo, 1996
- DULLES, John W. Foster, in *Anarquistas e comunistas no Brasil*, Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1977
- LIMA, Heitor Ferreira. *Mauá e Roberto Simonsen; dois pioneiros do desenvolvimento*, Editora Alfa Omega: São Paulo, 1976
- LIST, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. In *Os economistas*, Abril Cultural: São Paulo, 1983
- LOVE, Joseph L. *A construção do terceiro mundo, Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*, Editora Paz e Terra: São Paulo, 1998
- MANOILESCO, Mihail. *Teoria do protecionismo e da permuta internacional*, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo: São Paulo, 1931
- MARINGONI, Gilberto. *Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)*, tese de doutorado, FFLCH-USP, 2006
- MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1970
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*, Editora Brasiliense: São Paulo, 1965
- RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1986
- SARETTA, Fausto. A política econômica na década de 1920 in *A década de 20 e as*

origens do Brasil moderno. São Paulo: Unesp, 1997

SCHWARTZMAN, Simon. *A força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil*, in [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_05/rbcs05\\_03.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_03.htm)

SILVEIRA, Joel. *A milésima segunda noite da avenida Paulista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

SIMONSEN, Roberto e Gudin, Eugenio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro, Ipea/Infes, 1977

SIMONSEN, Roberto. *À margem da profissão*. São Paulo: São Paulo Editora Ltda., 1932

\_\_\_\_\_. *Ensaio sociais, políticos e econômicos*. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1943

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969

\_\_\_\_\_. *Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras*. São Paulo: São Paulo Editora Ltda, 1934

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976

\_\_\_\_\_. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*,. São Paulo :Círculo do Livro, s. d

VIEIRA, Rosa Maria. *O pensamento industrialista de Roberto Simonsen: análise da ideologia*. São Paulo: Dissertação de mestrado, FFLCH USP, São Paulo, mimeo, 1987

### **Periódico**

*Revista da Indústria*, publicação da FIESP, nº 8, junho de 1948



# *Liberalismo radical*

---

## **Eugenio Gudin e a supremacia do mercado na economia brasileira**

“VIVO BASTANTE porque não bebo água, só vinho. O cemitério está cheio de pessoas que só bebiam água”.

A frase costumava ser repetida por Eugenio Gudin, em tom de blague, às vésperas de completar um século de vida, em 1986. Era uma resposta ao eterno lugar-comum das perguntas sobre o segredo de sua longevidade. Havia certo exagero em suas palavras. O economista, de fato, nunca bebia água. Degustava diariamente pelo menos duas taças de um bom tinto francês ou de algum nacional que tolerasse. Às vezes fazia uma concessão e abria um refrigerante ou se contentava com chás variados. Água nunca. Achava-a sem graça. Bebida, para ele, tinha de ter gosto <sup>110</sup>.

Analogamente, pode-se dizer que sua vida não teve parentesco com a falta de sabor do *precioso líquido*, eufemismo usado pela imprensa dos tempos de sua juventude. Pode-se discordar de suas idéias, detestar suas opções e abjurar seu comportamento em debates públicos. Mas não se pode dizer que sua presença na cena nacional tenha sido insípida, inodora e incolor.

Gudin fez barulho por décadas a fio como o mais importante economista liberal do país. Engenheiro, empresário, jornalista, homem público, introdutor dos cursos de Economia no país e Ministro da Fazenda, no governo Café Filho (1954-1955), o professor, como era chamado, foi um defensor da estabilidade da moeda, do combate à inflação como estratégia de política econômica e da redução da interferência estatal na economia. Este personagem, nascido nos estertores do regime imperial, tornou-se também o principal formulador da direita brasileira em seu ramo de atuação por muitas décadas.

---

110. Informações em ‘O segredo da saúde de Eugenio Gudin’, in *Veja* 931, 9 de julho de 1986

## Gudin assim sintetizava seu pensamento:

A doutrina liberal de hoje pode ser definida como a de abstenção do Estado de toda atividade econômica que possa ser realizada pela iniciativa privada, inclusive os serviços de utilidade pública em regime de concessão e as indústrias de base <sup>111</sup>.

Ancorado em tais princípios, este descendente de franceses consolidou-se como um agressivo polemista, nem sempre refinado e racional. Não eram incomuns seus ataques ao que denominava de “burrice” ou “estupidez” de seus adversários. Opositor dos nacionalistas e dos desenvolvimentistas, entre 1930 e 1964, americanófilo e anti-comunista extremado, Gudin tornou-se uma espécie de líder da corrente ultraliberal, que teve entre seus expoentes, o economista Octavio Gouveia de Bulhões.

Para personalidades da direita, ele era “O pai de todos nós, o mestre da racionalidade”, de acordo com as palavras de Antonio Delfim Netto <sup>112</sup>. Segundo intelectuais de esquerda, como Darcy Ribeiro (1922-1997), Gudin era um “entreguista”, “o patriarca dos testas de ferro” e “defensor apoplético do liberalismo” <sup>113</sup>.

Celso Furtado (1920-2004), que chegou a ter uma convivência cordial com Gudin, o via como “um representante típico das velhas classes dirigentes”. Ao mesmo tempo, dizia, era um “Homem de extraordinária presença”, cujo convívio revelava-se “sobremodo gratificante”. E emendava: “Estava sempre disposto a transigir. Como bom eclético, sabia que a verdade não podia estar totalmente de um lado”. Em suas memórias, o ex-ministro do Planejamento lembra que Gudin, “em toda sua vida ativa, não deixou de ser funcionário de empresas anglo-americanas” <sup>114</sup>. O autor de *Formação econômica do Brasil*, a certa altura, o classifica como “imbuído do determinismo do século XIX” <sup>115</sup>, quando trata dos problemas do subdesenvolvimento. A ortodoxia de Gudin, segundo ele, “insistia em importar fórmulas que ofereciam a dupla vantagem de defender o *status quo* (o que seduzia os políticos das regiões mais atrasadas) e de ter aparência de ‘científicas’, graças à etiqueta que traziam das universidades estrangeiras de grande prestígio” <sup>116</sup>.

Gudin nunca teve receio de assumir posturas abertamente impopulares. Foi contra a criação da Petrobras, crítico feroz da construção de Brasília e firme opositor da realização de uma reforma agrária.

111. Gudin, Eugenio, *Análise de problemas brasileiros*, 1958-1964. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1965, pág. 366

112. In revista *Visão*, 16 de dezembro de 1974, citado por Borges, Maria Angélica, *Eugenio Gudin, Capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: Bienal/Educ, 1996, pág. 221

113. Ribeiro, Darcy. *Aos trancos e barrancos – Como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, nota 1044 e 1088

114. Furtado, Celso, *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985, pág. 142

115. Idem, pág. 160

116. Ibid, pág. 162

Se se proporcionar a posse da terra ao homem do campo que não sabe ler, que não sabe semear, cultivar, fertilizar, combater as pragas etc. e que não dispõe de crédito, ele não terá outra solução senão a de vender a terra que recebeu <sup>117</sup>

Como parte interessada – era um médio proprietário – Gudin buscava isolar a proposta de reforma agrária de um projeto de desenvolvimento econômico e social mais amplo. Para ele, a medida não teria relação com de iniciativas abrangentes.

Suas manifestações políticas mais incisivas vieram ao tempo do golpe de 1964. O economista não via contradição alguma em ser um liberal em matéria econômica e em apresentar-se como um firme incentivador de uma ruptura constitucional, a ponto de ser chamado por Assis Chateaubriand de o “grande general civil de nossa Revolução”<sup>118</sup>, nos tempos em que a derrubada de um governo eleito merecia tal nome. Em 3 de janeiro daquele ano, ele escreveria no jornal *O Globo* uma arenga contundente à gestão de João Goulart (1961-1964), como parte de uma campanha mais geral pela interrupção do processo democrático:

Temos tido governos inertes e governos incapazes, que pecaram largamente por omissão, deixando belas oportunidades para agir em benefício do país. Mas nunca tivemos, de meu conhecimento, na República ou no Império, um governo tão encarniçadamente decidido a destruir, desmoralizar e até substituir tudo quanto neste país existe de organizado.<sup>119</sup>

Gudin não poderia ser classificado como um democrata. Sua defesa de regimes autoritários é clara na seguinte passagem:

Ninguém nega que a ditadura que se substituiu ao caos, quando exercida por homens de capacidade, livres das peias partidárias e das injunções políticas inerentes às democracias, confere aos detentores do poder, durante certo período, uma liberdade de ação excepcional que, inteligentemente utilizava, facilita o restabelecimento da ordem e a realização de uma obra proveitosa de Governo. A ditadura, escrevia eu alhures, é um acordo tácito entre um homem e um povo, em que este abdica, por certo tempo, de suas liberdades e prerrogativas, em troca da promessa de um grande governo <sup>120</sup>.

### **Era no tempo do Imperador...**

A trajetória deste homem de sete instrumentos foi longa. Oriundo de uma família francesa, sua primeira vocação não foi economia, disciplina inexistente no Brasil à época. Foi engenharia.

Seu bisavô aportara no Rio de Janeiro com a família e uma jovem governanta, em 1839. Anos depois, um de seus filhos casou-se com a moça e dessa união nasceu Manoel

117. Gudin, Eugenio. Preliminar sobre a reforma agrária (1966) in *Digesto Econômico*, maio/junho 1986, Associação Comercial de São Paulo, pág 73

118. *Digesto Econômico*, maio/junho 1986, Associação Comercial de São Paulo, pág. 71

119. Citado por Amado, João. Os jornalistas e o golpe de 1964. In: [http://www.midiaepolitica.unb.br/visualizar.php?autor=Jo%C3%A3o%20Amado&id=286#\\_edn16](http://www.midiaepolitica.unb.br/visualizar.php?autor=Jo%C3%A3o%20Amado&id=286#_edn16)

120. Gudin, Eugênio e Simonsen, Roberto. *A controvérsia do planejamento da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Ipeas/Inpes, 1977, pág. 70.

Eugênio Gudín, pai do personagem central dessas páginas <sup>121</sup>.

A família tinha posses. Manoel Eugenio foi mandado à França pelo pai, na década 1870. Ficou sete anos, estudando. Na volta, com um sócio, montou uma firma de importações, a Almeida & Gudín, com negócios também na bolsa de valores.

O jovem interessou-se por uma filha de portugueses, Carlota Fontes, com quem acabou se casando. Tiveram três filhos. O caçula, nascido em 12 de julho de 1886, foi batizado com o nome do pai, Manoel Eugênio.

Cinco anos depois do matrimônio, Carlota ficou gravemente doente e veio a falecer, aos 23 anos de idade. O pequeno Eugenio foi educado primeiramente por uma madrinha, Ana Machado, até seu pai casar-se novamente, quando o garoto tinha seis anos. A noiva, Elvira de Figueiredo, era moça rica, filha do banqueiro Francisco de Figueiredo, agraciado com um título de conde, no final do Império.

Minha infância coincidiu com a infância da República. Pude, desde cedo, acompanhar nossa evolução política e econômica que já então me despertava interesse especial <sup>122</sup>.

Aos nove anos de idade, o garoto começou a estudar no Colégio Brasileiro-Alemão, de Petrópolis, instituição voltada para a elite regional, em regime de internato. Permaneceu ali por cinco anos. Passou pelo Colégio Fluminense antes de ingressar, em 1901, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A graduação em engenharia civil aconteceria aos 19 anos, em 1905. Na formatura recebeu da Congregação a medalha Gomes Jardim, como melhor aluno do estabelecimento.

Logo começou a trabalhar na empresa canadense Light and Power, como um dos responsáveis da construção da represa de Ribeirão das Lajes, próxima ao Rio de Janeiro. Sua tarefa era realizar levantamentos topográficos e determinar o volume da bacia hídrica. O engenheiro permaneceu na companhia por vários anos e participou de diversas obras de vulto.

Dali saltou para um emprego na firma de engenharia Dodsworth & Cia., em 1907, da qual acabou por se tornar sócio. Ao tempo, seu trabalho mais importante estava ligado à canalização do rio Carioca, levada a cabo pela administração do prefeito Pereira Passos, responsável pela reforma urbana da Capital Federal. Em 1910, a empresa passa a realizar serviços em Fortaleza, para onde o rapaz se transfere e coordena a construção da represa de Aracape, encomendada pelo governo estadual. A obra, mais tarde, levaria seu nome. Três anos depois, a companhia vence uma licitação pública para a instalação do serviço de bondes em Recife.

---

121. As informações sobre a vida de Gudín foram tiradas de Abreu, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, págs. 2664-2669; Abreu, Marcelo de Paiva. *Contribuições de Eugenio Gudín ao pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Literatura Econômica n° 6, 1984, págs. 625-644; e Rodrigues, Carlos Henrique Lopes. *Eugênio Gudín e o Liberalismo para o Desenvolvimento Econômico*. In: [http://www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/pdfs/Rodrigues\\_Carlos\\_Henrique\\_Lopes.pdf](http://www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/pdfs/Rodrigues_Carlos_Henrique_Lopes.pdf)

122. Gudín, Eugenio. O discurso do homem de visão 1974. In: *Digesto Econômico*. São Paulo: maio/junho 1986, Associação Comercial de São Paulo, pág. 62

Pelos nove anos seguintes, o jovem vive na capital pernambucana. Trabalhou ativamente na formação da Pernambuco Tramways and Power Co., que contava com a participação de capitais ingleses e tornou-se concessionária também dos serviços públicos de força e luz, gás e telefone do estado.

Ali conhece Follet Holt, presidente da ferrovia nordestina Great Western of Brazil Railway Co., sediada em Londres, que o convida para o cargo de diretor. Em 1925, de volta ao Rio, Gudin foi eleito presidente da Associação das Estradas de Ferro do Brasil, cujas afiliadas eram linhas sob administração particular, como a Paulista, a Leopoldina e a Great Western. Acumularia os dois cargos, até sua empresa ser estatizada pelo governo federal, em 1948. Entre 1929 e 1954 foi também diretor da Western Telegraph & Co. Tornou-se um defensor do transporte ferroviário e da navegação de cabotagem, soluções ideais, segundo ele, para um país continental, como o Brasil.

Com um horizonte aberto pelos projetos de grande envergadura, os interesses do politécnico alcançaram a esfera da economia. Suas primeiras formulações na matéria vieram à luz em 1924, na forma de pequenos textos para *O Jornal*, de Assis Chateaubriand (1892-1968), que conhecera ainda em Recife. O empresário viria a se tornar o todo-poderoso proprietário de Os Diários Associados. A amizade levou Gudin a se tornar, mais tarde, diretor da empresa. Os artigos iniciais resumiam-se a comentários técnicos sobre câmbio, conversibilidade, estabilização e orçamentos. Vem daí um hábito que o acompanharia por toda a vida, o de escrever de forma clara e inteligível, para ser compreendido por um público amplo.

O engenheiro era um autodidata nas matérias que andava escrevendo. Embora a disciplina de Economia Política integrasse o currículo de Engenharia, o curso não fazia grandes incursões na área. O primeiro livro do tema que cativou sua atenção foi *The meaning of money*, de 1909, do editor de *The Economist*, Hartley Withers (1867-1950). A obra, que mereceu inúmeras reedições, era uma história econômica, escrita de um ponto de vista liberal e em estilo jornalístico. Em seguida, percorreu os clássicos como Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e Alfred Marshall (1842-1924).

Gudin colaboraria regularmente com a imprensa por toda a vida. Em 1927, transfere-se para *O Correio da Manhã*, no qual permaneceria até 1954. No final da década, uma proposta de Roberto Marinho o leva a *O Globo*, para o qual escreveria até sua morte.

Muito por conta da projeção adquirida nas páginas da imprensa, Gudin recebe um novo convite, em 1931. Passa a integrar a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, órgão de coordenação econômica criado pelo Ministério da Fazenda. O agora economista fica encarregado de examinar a situação do Ceará.

Ao mesmo tempo em que participava do governo Vargas, apoiou a rebelião liderada pela oligarquia cafeeira, a chamada revolução constitucionalista de São Paulo, em 1932. No ano seguinte, trabalharia na Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil. Em 1935, integraria a Comissão Mista de Reforma Econômica e Financeira,



presidida pelo então Ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa. As atribuições do organismo eram vastas: reordenar o sistema tributário, cortar despesas públicas e dar nova organização às finanças nacionais.

### Primeiro texto

De acordo com a historiadora Maria Angélica Borges, o primeiro texto de fôlego, no qual Gudin expõe suas concepções econômicas, denomina-se *Capitalismo e sua evolução: aspecto econômico do corporativismo brasileiro para um mundo melhor (Ensaio sobre problemas de após-guerra)*<sup>123</sup>. Trata-se de um discurso apresentado na Liga de Defesa Nacional, em 1936. A entidade, fundada 20 anos antes por Olavo Bilac, voltava-se para um nacionalismo conservador e militarista.

Quando Gudin escreve aquelas páginas, o Brasil acabara de ser palco, em novembro de 1935, de um levante comunista, duramente reprimido pelo governo. A essa altura, o fechamento do regime caminhava a olhos vistos.

Em seu texto, ele se refere ao movimento:

Quando na madrugada de 27 de novembro fui informado da tentativa que se processava para subverter, por meios violentos, a ordem econômica, social e política do país, a minha reação imediata de brasileiro foi a de procurar saber qual era, naquele momento, o meu posto de combate na defesa do patrimônio social e moral de minha Pátria. (...) Dentre as possibilidades de organização, nenhuma me pareceu mais indicada do que a que já existia neste núcleo de patriotismo e de cultura cívica que é a Liga de Defesa Nacional<sup>124</sup>.

Gudin era um apóstolo do que ele chamava de *capitalismo naturalista*. Ao que parece, a designação era um outro nome pelo qual chamava o capitalismo liberal. Sua visão é quase linear.

O início de sua fase decisiva [do capitalismo naturalista] pode ser referido ao ano de 1772, em que pela primeira vez se operou a redução do minério de ferro pelo coque metalúrgico. As suas grandes etapas foram a da navegação a vapor, no princípio do século, a da locomotiva, em 1827, a do Conversor Bessemer em 1856, a da eletricidade industrial e a da hulha branca no último quartel do século, a do motor a explosão, do automóvel e da indústria do petróleo em seu último decênio e por fim a do cinema-tógrafo e da aviação no limiar do século XX<sup>125</sup>.

Não há história nesta análise de Gudin, não há sociedade. Há uma sucessão de acontecimentos, meramente mecânica, cuja ligação arbitrária, segundo ele, explicaria o desenvolvimento histórico do capitalismo.

123. Borges, Maria Angélica. *Eugenio Gudin, capitalismo e neoliberalismo*. Tese de doutorado, Faculdade de História PUC-SP, 1995, pág. 27

124. Gudin, Eugênio. *Capitalismo e sua evolução*. Conferência, págs 3 e 4, citado por Maria Angélica Borges, *op. cit.* Pág 27.

125. Idem. Pág 32

As formulações econômicas de Gudin se definiriam melhor no texto *Aspecto econômico do corporativismo brasileiro*, escrito em 1938, “por solicitação da Comissão de Doutrina e Propaganda do Estado Novo”, como ele mesmo avisa na introdução do trabalho.

Em dado momento, a economia mundial parecia ter chegado a um estado de equilíbrio estável, tendo de um lado as nações que dispunham do capital acumulado, da técnica industrial, do combustível carvão e da navegação a vapor e que constituíam o grupo das nações industriais e, de outro lado, aquelas nações que não dispunham desses elementos, mas que podiam oferecer seus produtos agrícolas e suas matérias primas em troca de artigos manufaturados <sup>126</sup>.

O equilíbrio entre oferta e demanda, aludido por Gudin, não seria quebrado por problemas próprios ao funcionamento do sistema, mas por um complexo jogo de forças externo à economia. Isso fica claro no trecho abaixo, em que ele se volta para a situação pós-1929:

A crise em que o mundo ainda hoje se debate não teve outra origem senão a Guerra que durou quatro anos, devastou vidas e riquezas e em que os sacrifícios consentidos pelas nações combatentes atingiram tão flagrante desproporção com os próprios objetivos visados por qualquer delas <sup>127</sup>.

Mais adiante, o autor sublinha que:

A Guerra veio alterar profundamente essas características. De 1914 a 1918 não só deixaram os grandes países industriais de poder abastecer os outros países com os artigos manufaturados de que eram os fornecedores habituais, como passaram a comprar desses outros países produtos agrícolas e matérias primas em muito maior escala do que o faziam anteriormente <sup>128</sup>.

Em certo trecho, ele arrisca-se pela História:

Quem acompanhou a marcha e a evolução do chamado regime capitalista de 1875 a 1914, até rompimento da Guerra Mundial, constatou que o enriquecimento geral prosseguia seu ritmo natural e benéfico, a difusão de capitais se processava com regularidade, as condições de trabalho melhoravam por toda parte, o comércio internacional melhorava todos os anos. E se guerra houve, foi inteiramente gerada pelas paixões e ambições políticas e militares e em que os fatores econômicos menor papel representaram, essa foi a guerra de 1914, que desencadeou sobre o mundo uma das maiores crises econômicas da história<sup>129</sup>.

Gudin faz aqui um exercício típico de teóricos conservadores: separa economia de política. Essa distinção tem raízes nos clássicos do liberalismo econômico.

126. Gudin, Eugênio. *Aspectos do corporativismo brasileiro*, citado por Maria Angélica Borges, *op. cit.* Pág. 37

127. Gudin, Eugênio. *Capitalismo e sua evolução, conferência*, pág. 8, citado por Maria Angélica Borges, *op. cit.* Pág. 42

128. *Idem*, Pág. 42

129. *Ibid*, Pág. 42

### Referências teóricas

Uma das principais referências teóricas de Eugenio Gudín foi a obra do economista francês, Jean-Baptiste Say (1767-1832), *Tratado de Economia Política*. Escrito em 1803, o trabalho é tido como um dos pilares do liberalismo. Say é um seguidor de Adam Smith, embora muitas vezes critique o antecessor. Na obra, entre outras coisas, o autor postula aquela que ficaria conhecida como a Lei de Say, “a oferta cria sua própria demanda”. A frase não é dele, e sim de James Mill (1773-1836), pai de John Stuart Mill (1806-1873). Mas é uma boa síntese do pensamento do autor francês, que explicava melhor o conceito:

Depois de compreender que a demanda dos produtos em geral é tanto maior quanto mais alta for a produção, verdade estabelecida, não obstante seu aspecto paradoxal, não deve exigir muito esforço saber para que ramo da indústria é desejável que a produção se dirija <sup>130</sup>.

Jean-Baptiste Say defendia uma política que, ao fim e ao cabo, colocava a oferta e o investimento na produção como fatores decisivos para a dinâmica da economia. É justamente o oposto do que, mais de um século depois, advogaria John Maynard Keynes, para quem o desenvolvimento se daria a partir do aumento da demanda. Esta se daria através da elevação de gastos públicos, o que possibilitaria, por sua vez, a melhoria dos níveis de emprego e de salários, incentivando a oferta. Aqui reside, possivelmente, o grande nó da discórdia entre os economistas conservadores e progressistas. Não é à toa que Gudín perfilasse seus argumentos ao lado do francês.

Say coloca no papel teses que se tornaram caras aos liberais ao longo dos séculos, como, por exemplo, a já mencionada separação entre economia e política:

Durante muito tempo, confundiu-se a Política propriamente dita, a ciência da organização das sociedades, com a Economia Política, que ensina como se constituem, se distribuem e se consomem as riquezas que satisfazem as necessidades das sociedades. Entretanto, as riquezas são essencialmente independentes da organização política. Desde que bem administrado, um Estado pode prosperar sob qualquer forma de governo <sup>131</sup>.

Em certa medida, é o que Gudín defende em 1936, em sua palestra *Capitalismo e sua evolução*: uma visão estática e “natural” sobre o que seria a economia. Para este tipo de pensamento, a vida e os conflitos de interesses na sociedade em nada interfeririam nos rumos da circulação de riquezas. Se algo influencia nesse equilíbrio geral entre oferta e demanda, se surgem crises, as causas devem ser procuradas fora do âmbito econômico. Voltemos a Say:

É necessário ver as coisas que existem tais como elas são, sob todos os seus aspectos e com todas as suas propriedades, para que elas possam servir de base para raciocínios corretos. (...) A maneira como as coisas existem e a maneira como elas acontecem constituem o que se chama de a natureza das coisas; o único fundamento da verdade é a observação exata da natureza das coisas <sup>132</sup>.

130. Say, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pág. 142

131. Idem, pág. 39

132. Ibid, pág. 40

Não é de todo estranho que postulados como este fossem defendidos em 1803 por um teórico burguês. As “coisas tais como elas são” representam uma tautologia idealista. Parece que Gudin assimilou ao pé da letra tais reflexões, sem fazer mediações históricas à idéia da existência de uma pretensa “natureza das coisas”, mesmo após as contribuições de Hegel e Marx sobre a dialética e as de Lukacs, sobre a consciência. É pouco provável que o brasileiro um dia tenha lido com atenção esses autores, dadas as suas idéias sobre o *capitalismo natural*.

Uma segunda referência intelectual importante de Gudin foi David Ricardo, o mais importante economista do século XIX, depois de Karl Marx (1818-1883). Entre várias contribuições, Ricardo definiu um postulado essencial no estudo da economia internacional, a teoria das vantagens comparativas. Ela é explicitada em seu livro *The Principles of Political Economy and Taxation*.

Ricardo advogava a idéia de que o comércio entre países ou regiões pode ser mutuamente vantajoso, mesmo com a existência de possíveis assimetrias em suas economias. O fator que balizaria tais relações de troca não seria o custo de produção, mas a produtividade média de cada local.

Assim, os países se voltariam para uma especialidade, na qual cada um teria vantagens de eficiência e de produtividade em relação aos demais.

Em seu trabalho, Ricardo procurava demonstrar como seria melhor que Inglaterra e Portugal comercializassem entre si mercadorias diferentes. Portugal notabilizava-se por seus vinhos e a Inglaterra pelos tecidos. Tanto vinhos poderiam ser fabricados na Inglaterra, quanto tecidos em Portugal. No entanto, a produtividade em ambos os casos seria menor. O custo de se fazer vinhos na ilha era maior que no país ibérico. A situação se invertia no caso dos tecidos. Assim, seria vantajoso para ambos usarem o excedente de suas produções de vinhos e tecidos para comercializarem entre si. Portugal apresentava uma vantagem comparativa em relação à Inglaterra na produção de vinhos e esta apresentava a mesma característica no caso dos tecidos. Ambos teriam ganhos comerciais entre si.

A defesa que Gudin fazia da vocação agrária do Brasil, ao longo dos anos 1940 e 1950, tinha como referência essencial a teoria das vantagens comparativas. Um de seus mais importantes admiradores, o ex-ministro do Planejamento Roberto Campos (1917-2001) assim se refere a esta concepção:

Gudin insistia em que o processo industrializante deveria observar as linhas de vantagens comparativas e deveria caber principalmente ao setor privado, sem se relegar a agricultura à posição de vaca leiteira para financiar a industrialização<sup>133</sup>

A teoria das vantagens comparativas foi bastante criticada pelos economistas da Cepal (Comissão Econômica da América Latina, da ONU), no século XX, por dois motivos básicos. O primeiro era não levar em conta o desenvolvimento econômico

---

133. Campos, Roberto, *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994, pág. 240, citado por Borges, Maria Angélica, in: *Eugenio Gudin, capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: Bernal/Educ, 1997, pág. 137

de cada país, o que possibilitava a mudança de suas matrizes produtivas. O segundo eram as relações desiguais de troca entre produtos primários (de baixo valor agregado, produzidos na periferia do sistema) e industriais (de alto valor agregado, fabricados no centro). Essa deterioração constante das relações de troca amplia o desequilíbrio internacional e dificulta o processo de industrialização dos países atrasados. Assim, as *vantagens comparativas* são amplamente desvantajossas para estes últimos.

### Visão de História

Em um texto de 1943, intitulado *Para um mundo melhor*, Gudin exibiria outro aspecto de sua visão sobre a economia europeia do século XIX:

Não havia tempo para cuidar dos problemas de justiça social e nem de uma mais equitativa distribuição de riqueza entre os homens. Tratava-se de conquistar a riqueza e haveria sempre tempo de cuidar, mais tarde, de uma melhor repartição. Foi essa a conjuntura econômica e social que Marx conheceu e profligou na incandescência de seu espírito revoltado <sup>134</sup>.

É curiosa a noção de tempo histórico embutido nesse trecho. A temporalidade aparenta ser impessoal, como se esta, no lugar da vontade humana, impusesse uma determinada agenda. Não há a possibilidade de opções, é o “tempo”, como conceito unidimensional e absoluto, quem determina o processo histórico. Inexiste aqui algo essencial no estudo da História: a percepção dos interesses políticos e econômicos em jogo e as alternativas colocadas no tabuleiro. Sem isso, o que se tem é uma descrição rasa, sem nexos de causalidade entre sujeitos e processos.

O artigo de Gudin é um longo sobrevoos em generalidades, nos quais nenhum conceito é claramente explicitado. Mesmo seu julgamento de Marx denota desconhecimento da obra e do contexto histórico em que viveu o filósofo alemão. Classificar Marx como “espírito revoltado” equivale a examinar a história das idéias por um lado subjetivo e impreciso.

Em outra referência ao autor de *O capital*, a apreciação de Gudin é a seguinte:

Marx, que era judeu, foi em sua juventude poeta e romântico. Sua obra que aqui vou rapidamente comentar sob o exclusivo aspecto econômico, reflete a capacidade de imaginação do poeta, como o espírito messiânico próprio do judeu, que lhe dava o gosto das profecias e dos apocalipses. Na sua ânsia de prever o futuro, Marx não se deteve a analisar e meditar o passado. Se Marx tivesse estudado e meditado a história, teria verificado que as crises econômicas existiram em todos os tempos e em todas as civilizações e que essas crises, como ele presenciou e como as presenciamos hoje, tiveram sua origem em fatores e causas de ordem política e não econômica <sup>135</sup>.

---

134. Gudin, Eugenio. *Para um mundo melhor*, págs. 100-101, citado por Maria Angélica Borges, *op. cit.* Pág. 34

135. Gudin, Eugênio. *Capitalismo e sua evolução*, conferência, pág. 5, citado por Maria Angélica Borges, *op. cit.* Pág. 104

Parece pouco plausível que alguém queira dialogar a sério com a obra de um autor sem entrar no mérito e no sentido intrínsecos a ela. Reduzir um pensador ao caso de sua ascendência étnica ou a características de juventude demonstra a intenção de combater as idéias de alguém pela rama, com base em estereótipos e preconceitos. Não há vestígio de rigor ou cientificidade em reflexões desse tipo. A obra de Marx, que conheceu suas primeiras traduções para o português no início do século XX, é vasta, complexa e marcante nas Ciências Humanas. As polêmicas de Gudín não levavam isso em conta. Muitas vezes, ele optava por desqualificar o oponente e apostar na falta de informação do leitor.

Em algumas de suas análises, o economista carioca aponta dois problemas inerentes ao funcionamento da economia.

Há no Grande Capitalismo, dois grandes vícios, que poderíamos classificar de auto-intoxicações, cujo remédio excede as possibilidades do simples policiamento: o da supressão da concorrência, sustentada pelo monopólio e do malabarismo financeiro desnaturado e especulativo <sup>136</sup>.

Para ele, seria necessário algum tipo de supervisão no sistema: “Este simples policiamento, se adotado a tempo, teria poupado ao capitalismo algumas das mais violentas críticas que lhe foram assacadas”.

Gudín não vai longe em suas análises. Quando olha para trás, suas conclusões são singulares. A própria revolução industrial parece não ter existido, tudo não passaria de uma monótona sucessão de invenções, sem conexão entre si e com o mundo que as cercava.

Voltemos às suas análises sobre as causas da crise de 1929. Para ele não existe uma crise de superprodução em um sistema tão perfeitamente autorregulado.

Dentre os múltiplos diagnósticos das origens da crise, cujos efeitos ainda perduram, nenhum adquiriu tão largos foros de verdade como o de uma suposta superprodução, decorrente do excesso de aparelhamento mecânico e industrial, produto do regime capitalista <sup>137</sup>.

Logo adiante, ele emenda:

Verificado o incontestável desequilíbrio entre a capacidade de produção e o consumo real, conclui-se, por um raciocínio apriorístico, que o mal reside no excesso de produção. É uma simples conclusão de sentimento e de palpite, que não resiste, no entanto, a qualquer análise <sup>138</sup>.

Em seguida, Gudín mostra a chave de sua análise sobre a hecatombe econômica:

O estudo, já tantas vezes feito, do ritmo da produção nos últimos 30 anos, demonstra claramente, para cada espécie dos principais produtos, que este ritmo manteve-se qua-

136. Borges, Maria Angélica. *Eugenio Gudín, capitalismo e neoliberalismo*. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de História da PUC-SP, 1995, pág.. 45.

137. Gudín, Eugênio. *Capitalismo e sua evolução*, conferência, pág. 45, citado por Maria Angélica Borges, op. cit. Pág.62

138. Idem, Pág.. 62

se constante e sem qualquer aceleração nos anos que precederam a eclosão da crise <sup>139</sup>.

O antigo engenheiro faz, a seguir, um tortuoso raciocínio, citando estudos da “Brookings Institution, de Washington, com recursos supridos pela Laura Falk Foundation”. Dizendo ter a instituição “dedicado anos de estudos e de paciente investigação”, chegou-se à seguinte conclusão:

Que, para o suprimento de toda a população americana mercadorias e artigos que o Departamento de Agricultura considera essenciais a um ‘standard’ de vida razoável do povo americano, seria necessário aumentar de 75% a capacidade máxima atual de produção do parque industrial dos Estados Unidos <sup>140</sup>.

A conclusão de Gudin é:

A verdade é pois que o povo mais rico do mundo, o americano, ainda está longe de ter atingido um grau de riqueza, de renda nacional, de poder aquisitivo capaz de garantir a todos um nível de existência razoável e modesto. Não há excesso algum de produção. Ao contrário, os meios de produção atuais, mesmo se integralmente utilizados, seriam insuficientes para atender as necessidades normais e modestas da população <sup>141</sup>.

Gudin não via desequilíbrios entre oferta e demanda. O raciocínio parece vir da Lei de Say. Se a equação falha, o problema estaria fora da alçada econômica. O economista levava a idéia da inexistência de um sistema produtivo ao paroxismo. As partes se explicariam por si mesmas, isoladas do todo, como se tal fosse possível. Para ele, o que falta é “poder aquisitivo e riqueza”, sem se preocupar em apontar como esta seria gerada.

O professor via a sociedade formada por entes estanques, como a política e a economia, observa Maria Angélica Borges. “Gudin preserva cada fator dentro de sua própria autonomia. Sendo assim, segundo ele, o fator econômico ia muito bem, não havia crise no sistema; logo, foi o fator político o responsável pelo desemprego. Este fator tomou corpo na I Guerra Mundial, sendo esta o porquê de tudo” <sup>142</sup>.

Tal era o ritmo da economia humana sob o regime capitalista, que só depois da Guerra veio conhecer o problema do desemprego <sup>143</sup>.

Com base em tais reflexões, Gudin exhibe mais uma vez sua profissão de fé:

Para a filosofia liberal, o ideal é o mercado em livre-concorrência e a modalidade dos fatores de produção, é a produção regulada pelo sufrágio ininterrupto dos preços traduzindo a demanda efetiva de mercadorias e serviços. Para a filosofia liberal, o sistema econômico é o caminho da democracia. Para a filosofia coletivista, o ideal é um plano perfeito imposto por uma autoridade onipotente. Para filosofia coletivista, é o Estado Totalitário (sic). A diferença entre as duas filosofias é radical e irreconciliável <sup>144</sup>.

139. Ibid, Pág.. 63

140. Ibid, Pág.. 63

141. Ibid, Pág.. 62

142. Borges, Maria Angélica, *op. cit.* Pág. 69

143. Idem., Pág.. 70

144. Gudin, Eugênio. *Por um mundo melhor*, pág. 174, citado por Maria Angélica Borges, *op. cit.* Pág.. 84

A economia, segundo este pensamento, é algo a ser examinado como uma experiência de laboratório, apartada de seu meio. Para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo,

A economia científica foi e continua sendo a arma por excelência do pensamento liberal, para condenar, às trevas do irracionalismo e ao submundo das perversões antinaturais, os movimentos e as idéias que tentam escapar do juço e do julgamento das chamadas leis de mercado <sup>145</sup>.

### Trajatória ascendente

Com uma crescente produção bibliográfica, Gudin seguiu uma trajetória ascendente e veloz como homem público. Ele foi um dos precursores do ensino de Economia no país. Em 1937, foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Economia Política. Como fruto dessas articulações, no ano seguinte, era criada, por um grupo de intelectuais e professores do qual ele fazia parte, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, no Rio de Janeiro, a primeira do gênero no país. Era uma instituição privada, na qual Gudin lecionava a disciplina de Moeda e Crédito. Em 1944, a convite de Gustavo Capanema, Ministro da Educação, ele redigiria o projeto de lei que institucionalizava o curso. Mais tarde, a unidade seria incorporada à Universidade do Brasil e atualmente constitui-se no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Gudin ali lecionou por duas décadas, até se aposentar, em 1957.

Ainda em 1937, ano do endurecimento do governo Vargas, com a criação do Estado Novo, Gudin tornou-se membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), vinculado ao Ministério da Fazenda. O órgão visava centralizar a fiscalização e o controle das finanças dos diversos entes federados e fortalecer a administração federal. As atribuições do CTEF envolviam ainda a supervisão de operações em energia, política tributária, legislação bancária e monetária, além de traçar definições sobre política energética, endividamento externo e financiamento industrial.

Homem prático, Gudin “Era um brilhante jornalista, mas inseguro no debate de temas teóricos”, lembra Celso Furtado <sup>146</sup>. Seus livros são antes manuais ou compilações, baseados em formulações preexistentes. Desta classificação não escapa nem mesmo sua principal obra, *Princípios de economia monetária*, cuja primeira edição é de 1943. O livro sofreria inúmeros acréscimos e alterações ao longo do tempo e acabaria por se tornar uma das obras de Economia mais difundidas do Brasil.

Não se trata de um trabalho objetivando alguma polêmica, mas de um compêndio em dois volumes para alunos de cursos superiores. Escrito em linguagem ágil e acessível para os não iniciados na matéria, *Princípios de economia monetária* viria a preencher a lacuna, existente à época, de obras gerais sobre Economia. Gudin excursiona pela história da moeda, pelas origens do sistema bancário, do mercado, envereda pela teoria quantitativa, pelas variações cambiais e detém-se em uma de suas obsessões, a inflação.

145. Belluzzo, Luiz Gonzaga. Prefácio. In: Borges, Maria Angelica, Eugenio Gudin, *capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: Bernal/EDUC, 1997, pág. 12

146 Furtado, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985, pág. 142



O autor começa explorando o significado e as origens da moeda, “um precioso instrumento de progresso econômico”<sup>147</sup>, para abrir seu leque em direção aos bancos, ao mercado monetário, às teorias das variações cambiais, até as políticas monetárias e econômicas mais conhecidas. John Maynard Keynes é o autor com maior número de citações na obra. Gudin foi, provavelmente, o pioneiro na divulgação dos trabalhos do economista inglês entre nós. Detalha, em especial, suas postulações sobre a demanda e a preferência pela liquidez. O brasileiro faz objeções à política de pleno emprego defendida por Keynes, por discordar de sua eficácia. Para Gudin “O ideal seria que a expansão da produção de bens de capital e de bens de consumo resultasse em um equilíbrio harmônico, em situação de pleno emprego”<sup>148</sup>. Ou seja, uma visão oposta à de Keynes. Segundo Gudin, o Brasil vivia uma situação de hiperemprego. A apreciação geral do economista brasileiro sobre o inglês é direta:

Não se pode deixar de levar o muito de confusão que ele trouxe ao debate dos problemas econômicos, com sua inflação de terminologia, de definições e raciocínios rebuscados e labirínticos, só tolerados pelo prestígio do autor<sup>149</sup>.

Estamos diante de um conservador eclético, que passa por Keynes, Ricardo, Say e Adam Smith para compor sua visão monetarista.

### **Dois grandes linhas**

A arraigada concepção liberal de Gudin seria confrontada por pelo menos dois embates importantes, no início dos anos 1940.

No I Congresso Brasileiro de Economia, realizado em 1943, no Rio de Janeiro, Gudin teve participação marcante. O evento foi presidido por João Daudt d’Oliveira e estavam presentes Octavio Gouveia de Bulhões, Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi e inúmeros empresários, funcionários públicos, professores e intelectuais, num total de 234 participantes.

O encontro sugere a necessidade de uma coordenação estatal para as iniciativas econômicas em relação à indústria, ao comércio e à área financeira. Tem lugar ali, o debate entre as duas grandes vertentes da economia brasileira, uma intervencionista e outra liberal. Segundo Ib Teixeira, Gudin critica a proposta e pede que o país se defina entre

o capitalismo de Estado, com regime totalitário e supressão da propriedade privada dos meios de produção, ou a democracia política e a economia liberal. (...) Em resposta a Simonsen, líder da corrente defensora do intervencionismo, dizia Gudin: ‘A bandeira que precisamos levantar no Brasil não é a de um plano e sim a da produtividade, não só na indústria, mas em todas as demais atividades econômicas’<sup>150</sup>.

---

147. Gudin, Eugênio, *Princípios de economia monetária*. Rio de Janeiro: Agir, 1979, pág. 27

148. Idem, pág. 204

149. Ibid, pág. 215

150. Teixeira, Ib. In: *Digesto Econômico*, maio/junho 1986, Associação Comercial de São Paulo, pág. 11

Meses depois, em julho de 1944, Eugenio Gudin integraria a delegação brasileira na Conferência Monetária Internacional de Bretton Woods, nos Estados Unidos, na qual, sob os impulsos do fim da Guerra, foi traçada uma nova articulação da economia mundial. Os principais órgãos multilaterais ali criados foram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais tarde conhecido como Banco Mundial. Além disso, por imposição dos Estados Unidos, o dólar ficaria sacramentado como moeda internacional.

Passaria a vigorar uma espécie de liberalismo controlado pelo Estado e um discurso anti-protecionista, legitimado pelo poderio dos EUA. Abria-se uma era, como lembra Eric Hobsbawm, “do livre comércio, livres movimentos de capital e moedas estáveis que os planejadores do tempo da guerra tinham em mente”<sup>151</sup>. Um novo ciclo histórico teria início.

Marcelo Paiva Abreu lembra que “Em seguida à Conferência, Gudin visitou [a Universidade de] Harvard, em companhia de Octávio Bulhões, sendo apresentado a [Gottfried von] Haberler (1900-1995), austríaco, especialista em comércio internacional), bem como a outros economistas. A partir daí (...), multiplicaram-se os contatos com economistas do hemisfério norte, os quais viabilizaram o programa de professores visitantes da Fundação Getúlio Vargas”, criada naquele mesmo ano”<sup>152</sup>.

Gudin também participaria da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), subordinada ao Conselho de Segurança Nacional, criada em maio de 1944. Apesar do nome, o órgão era composto por membros abertamente contrários ao planejamento econômico. Possivelmente o dispositivo fora criado, no entender do próprio economista em entrevista posterior, como contraponto ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Este era integrado majoritariamente por empresários do setor produtivo.

Quando, em agosto daquele ano, Roberto Simonsen apresenta um projeto definindo o planejamento como forma de proteger e estimular a indústria, Gudin mostrou viva contrariedade. O documento do industrial paulista fora encaminhado ao presidente Vargas e propunha a criação de órgãos estatais de planejamento.

Em março de 1945, Gudin apresenta o texto *Rumos de política econômica*. Após uma longa recapitulação sobre os termos empregados por Simonsen e a categorização de seus pleitos junto ao governo federal, professor afirma não divergir “dos objetivos gerais visados no relatório”<sup>153</sup>. Em seguida, ele emenda:

No tocante, porém, aos métodos a adotar, à análise da conjuntura econômica que se quer remediar e aos princípios gerais a que deve obedecer a política econômica, não posso (...) acompanhar a orientação do ilustre relator do plano econômico. (...)

151. Hobsbawm, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pág. 270

152. Abreu, Marcelo de Paiva. *Contribuições de Eugenio Gudin ao pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Literatura Econômica, n.º 6, 1984, págs. 629-630

153. Gudin, Eugenio e Simonsen, Roberto. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea / INPES, 1977, pág. 54

O conselheiro Roberto Simonsen filia-se (...) à corrente dos que veem no ‘plano’ a salvação de todos os problemas econômicos, espécie de palavra mágica que a tudo resolve, mística de planificação que nos legaram o fracassado ‘New Deal’ americano, as economias corporativas da Itália e de Portugal e os planos quinquenais da Rússia. Não compartilho dessa fé <sup>154</sup>.

Ao longo de um alentado documento de 98 páginas, o economista visa desconstruir uma a uma as postulações de seu oponente, afirmando ser necessário a eliminação paulatina dos mecanismos estatais de intervenção na economia. Defendia a livre circulação de capitais estrangeiros no país e a igualdade de tratamento entre este e o capital nacional. Advogava o fim das restrições de remessa de lucros das empresas estrangeiras aqui instaladas. Gudin preconizava ainda uma política austera de combate à inflação, com redução de investimentos públicos e contração do crédito. O apoio à indústria deveria ser feito àquelas compatíveis com os recursos do país.

O documento motivou uma resposta dura e fundamentada de Simonsen, em junho. Ao longo de 62 páginas, o empresário, entre outras coisas, acusa Gudin de ser contra a indústria nacional e de mutilar transcrições de seu documento. Em 24 de agosto, este último escreveria uma longa carta à Comissão de Planejamento Econômico, na qual alega que “Eu não faço nem nunca fiz guerra à indústria nacional” <sup>155</sup>.

Três décadas depois, em artigo publicado no jornal *O Globo*, intitulado “A megaloplia”, ele voltaria ao tema:

Não conheço um só exemplo de uma sociedade predominantemente coletivista ou de planejamento central em que o cidadão comum tenha conseguido uma melhoria substancial e persistente nas suas condições de vida. (...)

O Estado tem por certo sua função na economia do país. Ninguém jamais disse e eu ainda menos, que as obras e serviços correspondentes à infra-estrutura (transportes, saúde, educação, previdência etc.) não devem ser programados e estudados. (...)

O que se pede é: 1º. Que o governo limite seu campo de ação econômica ao supletivo; 2º. Que deixe a iniciativa privada trabalhar sem emperrá-la com dezenas de exigências e delongas burocráticas e sobretudo com controles <sup>156</sup>.

Com a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, extinguiram-se os órgãos de planejamento, pelos quais o debate prosperara. Em 2 de dezembro, elegeu-se presidente da República o general Eurico Gaspar Dutra (1883-1974). Sua gestão, bafejada pelos ventos da Guerra Fria, representou uma maior aproximação com os Estados Unidos. Mesmo assim, as propostas protecionistas tiveram curso no âmbito de um novo organismo federal, o Conselho Técnico de Economia e Finanças. Surgiu a proposta da criação do Banco de Crédito Financeiro Industrial, além de proteção

---

154. Idem, pág. 54

155. Idem, pág. 229

156. Gudin, Eugenio. A megaloplia, *O Globo*, 26.06.76, in: *O pensamento de Eugenio Gudin*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978, págs. 42 a 45

à indústria de base. Mais uma vez, Gudin opôs-se frontalmente às medidas, considerando-as lesivas ao consumidor, por investir em empresas ineficientes. E alertava:

Se é para a democracia e a economia liberal que desejamos caminhar, então urge mudar de rumo e, ao invés de ainda mais ampliar o campo industrial do Estado, devemos ao contrário fazer voltar à economia privada as empresas industriais em mãos do governo<sup>157</sup>.

Ainda no governo Dutra, o economista participou, a convite do Presidente da República, da comissão que elaborou o anteprojeto do Estatuto do Petróleo, “raiz de importante controvérsia em torno do monopólio estatal do petróleo, do qual resultaria a criação da Petrobrás, em 1953. Gudin, na época, discordou das restrições impostas ao capital privado nacional e estrangeiro”<sup>158</sup>, lembra Marcelo de Paiva Abreu. O anteprojeto, concluído em novembro de 1947, declarava como de utilidade pública e de exclusiva competência da União a pesquisa e a lavra de jazidas, o refino do petróleo nacional ou importado, bem como o comércio e o transporte de petróleo e derivados.

Gudin fez coro com dois consultores estadunidenses contratados pelo governo brasileiro para assessorar definições legais na área de energia, Herbert Hoover Jr. e Alan Curtice. Ambos defendiam o fim às restrições ao capital estrangeiro no setor. O primeiro era filho do ex-Presidente Herbert Hoover, cujo mandato, entre 1929 e 1933, coincidiu com o início da Grande Depressão. Defensor de iniciativas liberais diante do desastre, o mandatário veria sua popularidade evaporar-se rapidamente, o que provocou a derrota dos Republicanos em 1932.

O anteprojeto foi enviado ao Congresso em 1948, em meio a grande polêmica. A partir daí, avolumou-se a campanha popular pela criação da Petrobras, afinal concretizada em 1953, através da lei do monopólio estatal do petróleo. Tanto a lei quanto a estatal enfrentaram ácida oposição de Gudin.

### Academia

Em 1946, Gudin implantou um centro de estudos econômicos na Fundação Getúlio Vargas (FGV), criada dois anos antes. Logo, o centro transformou-se no Núcleo de Economia, dirigido pelo economista e voltado ao estudo das contas nacionais.

Como bem sintetiza Ricardo Bielschowsky,

O principal núcleo de militância intelectual dos economistas neoliberais foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pouco depois de sua criação, em 1944, os economistas Eugênio Gudin e Octavio Gouvêa de Bulhões lograram formar uma sólida divisão de pesquisas econômicas que, em 1950, ganhou o nome de Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). A partir de 1948, a equipe passou a editar a *Revista Brasileira de Economia*, que foi a primeira publicação acadêmica brasileira de bom nível no campo da Economia. Em 1952, a equipe passou a controlar a outra importante revista da FGV,

157. *Digesto Econômico*, maio/junho 1986, Associação Comercial de São Paulo, pág. 12

158. Abreu, Marcelo de Paiva. *Contribuições de Eugenio Gudin ao pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Literatura Econômica, n° 6, 1984, pág. 630

ou seja, a *Conjuntura Econômica*, que desde sua primeira edição, em 1947, estivera sob a direção de intelectuais de linha desenvolvimentista. O grupo teve também marcada influência sobre o ensino de Economia no país. Gudin e Bulhões introduziram o primeiro programa de curso superior dirigido exclusivamente à Ciência Econômica e foram, na Universidade do Brasil (depois UFRJ), os líderes intelectuais da Faculdade de Economia, isoladamente a mais importante do país por muito tempo. Vários outros economistas do grupo Gudin-Bulhões também lecionaram nessa Faculdade <sup>159</sup>.

Gudin era o que se chamava em outros tempos de “inimigo figadal” do planejamento. Em abril de 1951, ele voltaria ao tema no artigo “Planejamento econômico”, publicado na revista *Digesto Econômico*:

PLANO é a grande panacéia do nosso tempo (...). Planificar é o remédio milagroso de nossos dias; o prestígio da palavra é tão grande que sua simples menção é considerada como solução de todos os problemas econômicos. (...) Em economia liberal, o planejamento da produção é ditado pela procura e por seus índices, que são (a curto prazo) os preços, atuais, e antecipados <sup>160</sup>.

A par disso, Gudin investia pesadamente contra o que chamava de “estatização da economia brasileira”:

O Estado tem no Brasil o controle da enorme maioria da rede ferroviária e de quase toda a navegação mercante. Estradas de ferro, navegação, portos, siderurgia, minérios de ferro, petróleo, fábricas de motores, são atividades hoje quase inteiramente açambarcadas pelo Estado. Essa ampliação da atividade do Estado não foi, como em outros países, o resultado de um propósito ou de um plano político. Foi, geralmente, o produto da incapacidade política e administrativa do Estado, que acabou por tornar inviável a direção privada das respectivas empresas e a forçá-las a entregar-se ao Estado <sup>161</sup>.

### A volta de Vargas

Em 1950, Getúlio Vargas volta à presidência, pelo voto direto, após uma campanha em que prometera desenvolvimento industrial e ampliação dos direitos trabalhistas. Uma de suas primeiras medidas, após a posse, foi acabar com a exigência do atestado ideológico para os participantes de eleições sindicais. Há um aumento sensível da atividade trabalhista e o país vê crescer novamente o movimento social, amortecido por vários perseguições, prisões e restrições durante o mandato de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

A política inicial do governo foi nitidamente contracionista, com um viés nacionalista, para fazer frente a uma aceleração do processo inflacionário e a seguidos déficits nas contas públicas, herdados da gestão anterior. A meta era equilibrar o orçamento, combater a inflação e, em um segundo momento, realizar uma política desenvolvimentista. A taxa de câmbio foi mantida sobrevalorizada. O lado pretensamente favorável estava

159. Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995, Págs. 38-39

160. Apud Maria Angélica Borges, *op. cit.* Pág 157

161. Gudin, Eugenio. *Planejamento Econômico*. São Paulo: *Digesto Econômico*, abril de 1951, pág. 36

nas sucessivas altas no preço do café no mercado internacional. Mas a sobrevalorização cambial elevava os preços de exportação e reduzia as vendas de café.

Nesse quadro, a partir de 1952, as exportações entraram em queda, a balança comercial apresentou seguidos déficits e as reservas cambiais praticamente se esgotaram. No ano seguinte, o país viveu uma aguda crise cambial. Com inflação em alta, o governo tomou, no início de 1954, uma decisão arrojada, através de seu Ministro do Trabalho João Goulart: elevar em 100% o salário mínimo. Tal índice ia além do percentual de 53%, tido como suficiente para recompor o pico anterior <sup>162</sup>. A medida descontentou vários grupos empresariais.

Ao mesmo tempo, o governo buscou atacar a crise cambial, restabelecendo o monopólio do câmbio pelo Banco do Brasil, que à época assumia algumas das tarefas próprias de um banco central. No ano anterior, o PIB apresentara um crescimento de 4,7% e a inflação saltara de 12% para 20,5% <sup>163</sup>.

Gudin se opõe vigorosamente ao aumento, que, segundo ele, serviria para estimular a inflação. Além disso, o economista avaliava a situação da seguinte maneira:

A fase intensa da industrialização brasileira data dos princípios dos anos 50, no governo Getúlio Vargas. Foi mais um produto do acaso do que de qualquer programação. Resultou da combinação de inflação com câmbio acorrentado. (...)

A subvenção indiscriminada e tentadora, através de uma taxa de câmbio baixíssima, que reduzia de cerca de 50% o custo dos equipamentos importados e que se aplicava indiferentemente às indústrias de transformação como às de bens de produção (maquinaria para as fábricas), sem qualquer planejamento, deu lugar a um parque industrial desequilibrado. Os altos custos de produção das indústrias de transformação recaíam diretamente sobre o consumidor, mas os dos bens de produção recaíam sobre as indústrias de transformação que, para reformar ou melhorar seu equipamento, tinham de pagar preços muito mais altos do que os importados, o que por demais onerava seu capital e sua rentabilidade <sup>164</sup>.

### **Novas influências**

No início dos anos 1950, Gudin recebera duas novas influências intelectuais. A primeira delas vinha de um economista da Escola de Chicago, monetarista e duro crítico de Keynes, chamado Jacob Viner (1892-1970). Suas pesquisas principais estavam focadas em questões do comércio internacional e na história do pensamento econômico.

O economista Julian Chacel, da FGV, assim testemunha sua aproximação com o estadunidense:

À época (...), Gudin estava encantado pelas idéias de Raúl Prebisch, por quem nutria grande respeito, desde os tempos em que este ocupara a presidência do Banco Central

162. Bessermann Vianna, Sérgio, e Vilella, André. O pós-Guerra (1945-1955). In: *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus Editora, 2005, pág. 35

163. Idem, págs. 28-40

164. Gudin, Eugenio, *O pensamento de Eugenio Gudin*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978, pág. 279

da República Argentina. Jacob Viner, que tinha vindo ao Rio de Janeiro para dar um ciclo de conferências, refutou, um a um, os argumentos de Prebisch sobre a deterioração secular das relações de troca e conquistou em definitivo a mente lógica de Gudin <sup>165</sup>.

Uma segunda influência foi a do “eminente e conhecido Professor [Friedrich] Hayek (1899-1992)” <sup>166</sup>. Embora à época não traduzida para o português e com repercussões limitadas em tempos de supremacia do Estado de Bem Estar Social, a obra *O caminho da servidão*, do economista austríaco, fora lida pelo brasileiro. Certas passagens, como a seguinte, devem ter cativado Gudin:

Pouco tempo antes do aparecimento de *O caminho da servidão* (...), o planejamento econômico mais extremado havia sido defendido a sério, e o modelo russo recomendado como exemplo por homens que em breve desempenhariam papel importante na vida pública. (...) Basta mencionar que em 1934 o recém-criado National Planning Board dedicou enorme atenção aos exemplos de planejamento fornecidos por estes quatro países: Alemanha, Itália, Rússia e Japão. Dez anos mais tarde, havíamos aprendido a nos referir aos mesmos países como “totalitários” <sup>167</sup>.

Para Roberto Campos, o primeiro Ministro do Planejamento do regime militar,

Gudin foi um dos poucos economistas brasileiros que não se deixaram seduzir nem pelo keynesianismo nem pelo estruturalismo, popularizado este na década de 50 pela Cepal. (...) Gudin permaneceu impérvio às duas grandes idiossincrasias da Cepal: a propensão ao intervencionismo estatal e ao “dirigismo” planificador <sup>168</sup>

A visão de Gudin sobre a comissão da Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1948, seria expressa em um artigo publicado no jornal *O Globo* muito tempo depois, em 20 de setembro de 1974:

O que se gerou depois da II Guerra e do Plano Marshall foi uma mística do planejamento, palavra mágica que tudo resolve e sem a qual nada se faz. Essa mística desenvolveu-se especialmente na nossa América Latina, para a qual as Nações Unidas haviam criado, com a melhor das intenções, uma Cepal, que não tinha o que fazer e que na realidade nada fez que prestasse <sup>169</sup>.

### O subdesenvolvimento

No clima de disputas acirradas da segunda administração Vargas, Gudin busca solidificar um campo conservador em várias frentes da Economia. No plano internacional, a descolonização dos países da África e da Ásia estava na ordem do dia no

165. Citado por Ib Teixeira in *Digesto Econômico*, maio/junho 1986, Associação Comercial de São Paulo, pág. 11

166. Gudin, Eugenio. *Inflação, importação e exportação. Café – crédito – desenvolvimento – industrialização*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1959, pág. 251

167. Hayek, Friedrich. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990, pág. 14

168. *Digesto Econômico*, maio/junho 1986, Associação Comercial de São Paulo, pág. 28

169. Gudin, Eugenio. *O pensamento de Eugenio Gudin*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978, pág.345

pós-Guerra. A luta pela soberania das riquezas naturais era uma das pedras de toque das campanhas nacionalistas na periferia do capitalismo.

Em setembro de 1952, Gudin publica um artigo na *Revista Brasileira de Economia*, intitulado *O caso das nações subdesenvolvidas*. Ali, ele explicita várias divergências com as teses da Cepal. O órgão focava suas análises na assimetria das relações centro-periferia, nas relações desiguais de troca e buscava explicações ao subdesenvolvimento na própria dinâmica do capitalismo. A Cepal incorporou também uma orientação nacionalista e keynesiana às suas formulações, sublinhando a necessidade de um papel ativo do Estado para o desenvolvimento.

No texto para a *Revista*, o economista brande teses portadoras de um determinismo geográfico que chegou a ter algum apelo no século XIX. Para Gudin, não há relações desiguais de troca entre países industrializados e aqueles de produção primária e não há problemas nas relações centro-periferia. O que há seriam limitações da própria natureza. Vejamos suas palavras:

Se a civilização ocidental se desenvolveu invariavelmente fora da zona tropical, se o clima constituiu sempre um fator capital de metabolismo orgânico do homem, com repercussão direta no desenvolvimento econômico, se a grande agricultura é sinônimo de planície, se o obstáculo das cordilheiras erigidas pela natureza sempre dificultou a conquista da terra pelo homem enquanto que os rios facilmente navegáveis a facilitaram, se os países que dispuseram de carvão de boa qualidade e de petróleo fácil encontraram nesses elementos físicos precioso elemento de prosperidade, não há como negar que o desenvolvimento econômico é primordialmente função do clima, dos recursos da Natureza e do relevo do solo <sup>170</sup>.

A explicação permeia todo o artigo. E o autor segue em frente:

São compreensíveis a irritação e a impaciência dos países pobres, porque, por muito que eles se esforcem, não conseguem, por vezes, desvencilhar-se do atoleiro da pobreza. Há como que um círculo vicioso; o desenvolvimento exige capital e a acumulação de capital exige economias e sacrifício; mas o crescimento da população e a baixa renda nacional não permitem uma acumulação suficiente para que o país consiga alçar-se por seus próprios meios a um plano econômico mais alto <sup>171</sup>.

Tais argumentos não podem ser tomados como contribuição teórica séria. Trata-se de uma peça de agitação de concepções conservadoras, sem rigor científico algum. Celso Furtado ironiza este documento em *A fantasia organizada*. Segundo ele, o “Prof. Gudin”, ao advertir os leitores que a civilização ocidental se desenvolvera unicamente fora da zona tropical, “era como se nos estivesse lembrando, delicadamente, que somos um povo de segunda classe”. E completa:

Clarificando o horizonte doutrinário, o Prof. Gudin voltava-se para a Cepal, essa instituição

170. Gudin, Eugenio. *O caso das nações subdesenvolvidas*, in *Revista Brasileira de Economia*, setembro de 1952, pág. 50

171. Idem, pág. 65



extraviada, e ditava o que lhe convinha fazer: primeiro preocupar-se com a inflação, pois o ‘hiperemprego (sic) reduzir apreciavelmente o volume da produção em relação ao que ele seria com um desemprego moderado’; segundo, combater o ‘nacionalismo, manifestação de burrice coletiva numa época em que o imperialismo econômico já está enterrado com todos os sacramentos’; terceiro, preocupar-se com a excessiva proteção ao produtor ineficiente, o que permite e dá lugar a um tão grande desperdício de fatores escassos’. Tudo estava dito <sup>172</sup>.

Furtado conta ter tomado uma decisão. “Depois do artigo do Prof. Gudin (...), convenci-me de que era indispensável que criássemos uma nova revista, o que somente se concretizaria algum tempo depois” <sup>173</sup>. Seria a *Revista Econômica Brasileira*, lançada no início de 1955. As divergências entre a direita liberal e os nacional-desenvolvimentistas alargavam-se.

Vale notar que, em 1954, surgia em São Paulo uma contribuição original ao debate sobre o desenvolvimento. Embora não tenha alcançado grande repercussão, o texto *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, do intelectual comunista Caio Prado Jr. (1907-1990) trazia uma visão de esquerda sobre a questão. Prado Jr. concordaria com algumas teses cepalinas e keynesianas – especialmente no que toca à centralidade do mercado interno – e iria além. Pregava a necessidade de medidas como o monopólio estatal do comércio exterior e a realização de uma reforma agrária no país <sup>174</sup>.

As idéias de Gudin acerca da situação regional seriam detalhadas em um capítulo de *Inflação, importação e exportação. Café – crédito – desenvolvimento – industrialização*, livro publicado em 1959:

Sob os auspícios da Cepal e da Direção Executiva da Sumoc, acaba de realizar-se no Rio de Janeiro uma conferência com o propósito de promover a criação de uma união de pagamentos latino-americana, medida preparatória da criação de um futuro mercado regional latino-americano <sup>175</sup>.

O professor adiciona:

Não me parece que se possa aplicar ao caso da América Latina a solução adotada para a Europa Ocidental. As condições não são as mesmas e nem mesmo semelhantes <sup>176</sup>.

Em suas argumentações, as dificuldades estavam no fato de que

70% a 75% do total das exportações das nações da EPU (União Européia de Pagamentos) já se destinavam aos próprios países desta área. (...) No caso da América Latina, aquela percentagem baixa de 70% para 10% <sup>177</sup>.

Gudin deplora o fato de não haver complementação entre as cadeias produtivas dos

172. Furtado, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985, pág. 157

173. Idem, pág. 163

174. Ver de Paula, João Antonio de. *Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro*. In: [http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/\(29\)joao\\_antonio.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/(29)joao_antonio.pdf)

175. Gudin, Eugenio. *Inflação, importação e exportação. Café – crédito – desenvolvimento – industrialização*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1959, pág. 177

176. Idem, pág. 177

177. Ibid, pág. 178

países, para tirar de cena a idéia de mercado comum. Em seu lugar advoga a manutenção de outra parceria:

Os Estados Unidos aproveitam de nossas boas condições para produzir café e nós das vantagens que eles têm na produção de maquinarias <sup>178</sup>.

As vantagens comparativas seriam imutáveis, não haveria industrialização possível que modificasse os termos dessa equação; não havia em 1943 e não existiriam dezesseis anos depois. A partir daí, os problemas colocam-se como insolúveis, a começar pelo câmbio. À falta de soluções, a melhor saída era deixar tudo como estava.

Quais as perspectivas dos países da América Latina de equilíbrio do balanço de pagamentos e de relativa estabilidade de taxas cambiais? Decerto as mais precárias, a começar pelo Brasil<sup>179</sup>.

E adiante sentencia:

Na América Latina, onde a situação monetária e de balanço de pagamentos dos países mais importantes é bastante precária, não me parece haver clima para uma União de Pagamentos<sup>180</sup>.

No plano político, Vargas incentiva, nos anos de 1952 e 1953, a população a tomar parte ativa na campanha “O petróleo é nosso”, que culminaria com a fundação da Petrobras. Outro empreendimento público que marcou a segunda gestão varguista foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952.

As medidas oficiais despertam a ira dos setores mais conservadores das classes dominantes e das forças armadas. A UDN (União Democrática Nacional) e boa parte da imprensa articularam uma verdadeira campanha de acusações contra a administração pública.

A orquestração adquiriu tons nitidamente golpistas quando envolveu setores militares. Gudin era um dos que engrossava esse coro, pelas páginas dos jornais.

Em meio à intensa crise, Getúlio Vargas suicida-se, em 24 de agosto de 1954.

### **Ministro**

O vice-presidente João Café Filho assumiu o governo na mesma data da morte de Getúlio, em 24 de agosto de 1954. Seu ministério privilegiaria figuras oriundas da direita antivarguista. Um dos primeiros nomes a ser lembrado foi o de Eugênio Gudin, empossado no Ministério da Fazenda, no dia seguinte. O udenista Clemente Mariani foi por ele indicado para a presidência do Banco do Brasil. E um velho companheiro seu, Octávio Gouveia de Bulhões, foi nomeado para a direção da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), órgão que fazia às vezes de banco central. Todos tinham as bênçãos da UDN. Era o auge da carreira do professor como homem público.

---

178. Ibid, pág 178

179. Ibid, pág. 180

180. Ibid, pág. 181

Seu discurso de posse revela, no essencial, a manutenção de suas idéias a respeito das raízes da inflação brasileira, já formulada em *Princípios de economia monetária* e repetidas *ad nauseam* nos seus escritos:

O governo Café Filho, ao qual cabe terminar o mandato presidencial do quinquênio 1951-1956, não se apresenta à Nação como um governo de realizações e empreendimentos. Entende, ao contrário, que os sintomas de mal-estar econômico provem do excesso de iniciativas e empreendimentos em quase todos os setores do sistema econômico nacional, a par de uma procura também excessiva de mercadorias e serviços para consumo, por uma despesa superior às possibilidades materiais do país e sustentada por injeções monetárias cujo ritmo importa, urgentemente, reduzir<sup>181</sup>.

As dificuldades enfrentadas pelo novo governo refletiam-se especialmente na deterioração da posição do balanço de pagamentos – resultado da contração das exportações de café, que começara a se manifestar a partir do início de 1954 e do aumento substancial do nível de importações em relação a 1953 – e na aceleração inflacionária, a partir de 1953. A decorrência foi a adoção de políticas ortodoxas de combate à inflação, através da restrição ao crédito, cortes nas despesas públicas e enxugamento da liquidez monetária<sup>182</sup>.

Um mês após a posse, o Ministro chega a Washington, tentando obter empréstimos junto ao Federal Reserve. Sem conseguir, recorre a bancos privados estadunidenses. De acordo com Marcelo de Paiva Abreu, “Certamente, a ortodoxia da visão de Gudin facilitaria seu trânsito nos meios financeiros norte-americanos”<sup>183</sup>.

O resultado das medidas adotadas foi uma freada na atividade produtiva. Vários setores industriais entraram em crise e houve tensão nos meios financeiros. Dois bancos paulistas quebram no final de 1954.

Por essa época, Gudin normatiza a Instrução 113 da Sumoc. Através dela, incentiva-se a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, visando impulsionar investimentos produtivos no país. Apesar da contrariedade de setores nacionalistas, o dispositivo foi mantido no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), como facilitador da entrada de capitais externos para o Plano de Metas e para a indústria automobilística.

Vendo sua administração perder apoios rapidamente, por conta da situação econômica, Café Filho busca acordos com lideranças regionais. Negocia com Jânio Quadros, então governador de São Paulo (1955-1959), um afrouxamento na política monetária, que causava graves turbulências na região mais desenvolvida do país. Isso implicava entregar o Banco do Brasil e outros postos chave da área econômica a representantes da indústria paulista. Gudin discorda frontalmente das articulações que, segundo ele, colocariam em risco seus planos de estabilização.

---

181. Abreu, Marcelo de Paiva. *Contribuições de Eugenio Gudin ao pensamento econômico brasileiro*, in *Literatura Econômica* n.º. 6, Rio de Janeiro, 1984, pág. 630

182. Idem, pág. 630

183. Ibid, pág. 631

Ao fim de oito meses, o economista pede demissão do cargo, em 3 de abril de 1955. Com ele, deixam o governo todos os seus indicados.

Em 1959, em seu livro *Inflação, importação e exportação, Café – crédito – desenvolvimento – industrialização*, ele assim avaliaria sua passagem pelo poder:

Quando o presidente Café Filho assumiu o governo, havia menos de dois meses que se tinha posto em vigor a duplicação do salário mínimo, que empurrava inexoravelmente para cima todos os custos de produção e, portanto, os preços. (...) Pois bem, ao fim de poucos meses de uma política monetária adequada, a alta dos preços arrefecia sensivelmente <sup>184</sup>.

Sem ter conseguido implantar plenamente suas diretrizes, ele voltaria ao tema, nos anos 1970:

Em uma difícil conjuntura, tanto inflacionária como cambial, o ministro-economista recusou-se a tolerar a interferência, mesmo justificada, da política na execução de seus planos e deixou o cargo <sup>185</sup>.

Mais uma vez Gudin expressava uma idéia cara aos conservadores, a necessidade de se separarem áreas pretensamente técnicas das injunções políticas. No livro de 1959, ele arrola as medidas adequadas, a seu ver, para se debelar um processo inflacionário:

A cura da inflação é bem menos difícil do que parece. Requer apenas um timoneiro bem seguro de seus rumos e dotado de caráter e energia, além, é claro, de um presidente que lhe dê o mais decidido apoio. (...)

Penso que tudo se pode resumir em cinco itens:

- 1º. Revigoração da instrução nº 108 da Sumoc, segundo a qual os bancos só podem dar aplicação a 50% dos novos depósitos, isto é, 50% do excesso dos depósitos, acrescidos de agora por diante, recolhendo-se os outros 50% à Sumoc (e não ao Banco do Brasil);
  - 2º. Estabelecimento de ‘tetos’ do máximo de crédito em cada carteira do Banco do Brasil, sem que isso importe em fixar esses tetos abaixo do nível atual;
  - 3º. Combater por todos os meios, inclusive os mais corajosos, os déficits dos orçamentos da união e autarquias, sem descurar dos Estados; é o mais duro de executar;
  - 4º. Conter os aumentos de salário-mínimo nas proporções do aumento do custo de vida a partir do após guerra, como recomendou o Conselho Nacional de Economia, em princípios de 1954;
  - 5º. Não tentar realizar obras novas e investimentos além do que permitam os recursos da economia privada e das disponibilidades governamentais <sup>186</sup>. (...)
- Não é possível um programa de combate eficiente à inflação sem o controle da expansão do crédito bancário <sup>187</sup>.

184. Gudin, Eugenio. *Inflação, importação e exportação. Café – crédito – desenvolvimento – industrialização*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1959, pág. 41

185. Gudin, Eugenio. *O pensamento de Eugenio Gudin*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1978, pág. 202

186. Gudin, Eugenio. *Inflação, importação e exportação. Café – crédito – desenvolvimento – industrialização*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1959, pág. 42

187. Idem, pág. 77

Há um economicismo exacerbado em suas diretrizes, que só poderiam ser plenamente implantadas caso as pressões políticas e sociais de toda ordem fossem suprimidas. Vale dizer que só poderiam se concretizar em uma situação de grande torpor da sociedade. Uma das maneiras de se viabilizar isso se dá com a suspensão da vida democrática. É essa a decorrência da separação teórica entre política e economia e é esta a razão pela qual a direita tem tanto apreço a tal concepção.

### A questão social

A visão de Gudin dá pouca importância ao enfrentamento de qualquer questão social. Parte de suas contrariedades com os dois governos Vargas vem da adoção de medidas como a criação dos direitos trabalhistas. E as vertentes nacionalistas e sociais do getulismo também eram intoleráveis para ele e para frações das classes dominantes.

Em artigo publicado em janeiro de 1950 na revista *Digesto Econômico*, da Associação Comercial de São Paulo, o antigo engenheiro, em meio a críticas à conduta econômica do primeiro governo Vargas (1930-1945), afirma:

Acresçam as leis trabalhistas, que davam aos operários da cidade todos os direitos, inclusive o da indisciplina e o da vadiagem, companheiros inseparáveis da inflação e do hiperemprego<sup>188</sup>.

Gudin vale-se da obra de Friedrich Hayek, *O caminho da servidão*, para atacar o “regime da proteção do indivíduo pelo Estado, desde o berço até o túmulo”. Em seu livro *Inflação...*, de 1959, sua posição era cristalina:

Se o indivíduo se sente inteiramente amparado em tudo o que diz não só com a garantia do emprego como com a saúde, sua e da família, a educação dos filhos, a aposentadoria, etc., por que motivo e em benefício de quem ele vai se esforçar? Para quem? Para quem?<sup>189</sup>

### A fama

Por conta de suas idéias e de suas articulações com parcelas do grande empresariado, dos grandes bancos e com o capital estrangeiro, Gudin seria acusado por setores nacionalistas e de esquerda de ser contrário ao desenvolvimento. Tudo indica que isso o incomodava. No final de *Inflação...*, ele busca se explicar, em letras maiúsculas:

Vários outros textos (...) poderia eu citar para destruir a BALELA, QUE POR AÍ SE REPETE, DE SER EU CONTRÁRIO À INDUSTRIALIZAÇÃO<sup>190</sup>. (...)

Não é contra a boa e sim a MÁ INDÚSTRIA que eu me insurjo, entendendo por ‘má’ a indústria que CONTRIBUI, POR UM PERÍODO INDEFINIDO, PARA PIORAR EM VEZ DE MELHORAR O PADRÃO DE VIDA da população.<sup>191</sup>

188. Citado por Maria Angélica Borges, *op. cit.* Pág. 139

189. Gudin, Eugenio. *Inflação, importação e exportação. Café – crédito – desenvolvimento – industrialização*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1959, pág. 252

190. Idem, pág. 205

191. Idem, pág. 206

O professor já havia se insurgido contra a idéia que se disseminava sobre ele em artigo publicado na edição de setembro de 1954 da *Revista Brasileira de Economia*. O texto era intitulado “Produtividade”. Após destacar a elevada eficiência dos países industrializados, ele destaca que:

Isso não quer absolutamente dizer que eu seja contrário á industrialização e favorável a um Brasil predominantemente agrícola. Nem o Brasil é um país talhado por Deus para a Agricultura. Pobre de férteis planícies agrícolas e dotado de alguns elementos para a Indústria, não pode ser um país de vocação unicamente agrícola. (...). Eu sou contrário é a essa indústria preguiçosa, que amassa fortunas para uma minoria de privilegiados, à custa do consumidor, num regime de preços altos e produtividade muito baixa. Meio século após termos entrado (com a Light e Jorge Street) no caminho da industrialização, não exportamos sequer um produto industrial. Só se exporta o que se produz bem<sup>192</sup>.

### **Fora do poder, mas na política**

No governo Juscelino Kubitschek, Gudin seguiria como membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), do qual era membro desde 1937. Em 1956 é eleito, em Roma, diretor da Associação Econômica Internacional, que presidiria dois anos depois. Em 1957, aposenta-se do cargo de professor na Universidade do Brasil. No ano seguinte, passaria a colaborar regularmente com o jornal *O Globo*, no qual se manteria até o final da vida.

Gudin colocou-se em franca oposição à política econômica da administração JK e à corrente desenvolvimentista, cuja figura proeminente era Celso Furtado. O desenvolvimentismo seria um aliado do nacionalismo e ambos gozavam da antipatia do velho economista, que acusava tais diretrizes de inflacionárias. Nem mesmo a principal realização de Kubitschek seria poupada:

A mudança de capital foi, como todos estão vendo, uma loucura, que já custou a este pobre país, até agora, quase um bilhão de dólares, sem falar no plano administrativo<sup>193</sup>.

Em 1959, Gudin publica *Inflação, importação e exportação. Café – crédito – desenvolvimento – industrialização*, já mencionado páginas atrás. O autor busca fazer, nesse pequeno livro, uma síntese de suas idéias sobre temas que lhe são caros. Ao mesmo tempo, tenta realizar, em uma obra de divulgação, com linguagem direta e acessível, uma justificativa de suas ações à frente do Ministério da Fazenda.

Não se trata de um volume acadêmico, mas de um instrumento de luta política, com partes que beiram o panfletário.

Logo no início, quando fala do problema inflacionário, o autor volta-se, de maneira quase exclusiva, para sua modalidade de demanda.

192. Gudin, Eugênio. *Produtividade*, in *Revista Brasileira de Economia*, ano 8, número 3, setembro de 1954, página 22.

193. Gudin, Eugenio. *Análise de problemas brasileiros, 1958-1964*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1965, Pág. 152

Inflação é um Estado de coisas em que se criaram ‘direitos de haver’ em quantidade maior do que a das mercadorias e serviços que podem ser ‘havidos’ aos preços vigentes.(...) Não há nada de misterioso nisso. Se forem emitidos mais direitos de haver do que a quantidade de coisas a serem ‘havidas’ aos preços correntes, é muito simples: os preços sobem porque os muitos portadores dos direitos de haver vão disputar entre si o exercício do direito de comprar o que lhes foi prometido <sup>194</sup>.

Para Gudin, a inflação é um fenômeno monetário, com uma causa básica, o excesso de moeda em circulação na economia. Seu mal estaria em desorganizar a vida econômica, concentrar investimentos, penalizar setores da sociedade em detrimento de outros, desviar investimentos importantes para ativos de pouco risco, como o mercado imobiliário, e provocar a alta da taxa de juros. Inflação de custos, em seu raciocínio, seria gerada por elevações salariais.

O autor, como grande parte da direita brasileira, exhibe uma truculência notável em suas polêmicas. Busca desqualificar seus oponentes, atacando suas supostas características pessoais. Em alguns momentos, um lapso coloca sua argumentação no terreno da auto ironia. O primeiro capítulo da terceira parte da edição de 1959 de seu livro *Inflação... intitula-se* “A infração e a burrice nacional”. Assim mesmo, com “r”. A ortografia voltou-se contra o crítico da burrice. Somente conferindo-se no índice, percebe-se o erro de digitação. Nessa curta seção, o economista expõe suas teses:

O desenvolvimento econômico feito com a inflação é uma descoberta indígena. (...) É preciso vir à América do Sul pra aprender que o melhor meio de promover o desenvolvimento econômico de um país é pintar papel-moeda. Por isso é que dizia o saudoso e eminente engenheiro João Teixeira Soares, cuja estátua ali está na praça Mauá, que, quando brasileiro dá para ser burro, não há quem lhe leve a palma <sup>195</sup>. (...) A inflação não resulta do pleno emprego, isto é, da utilização tão completa quanto possível dos fatores de produção do país. Ela resulta é do que eu chamei de burrice, ou seja, de tentar fazer mais do que é possível com os fatores de produção de que o país dispõe.

Gudin faz ironias e busca destratar as idéias que lhe são contrárias. Ao mesmo tempo, ele não mede palavras para se autoelogiar.

Ninguém combateu mais ferozmente a inflação do que eu quando no Ministério <sup>196</sup>.

Sua ira não se dirigia apenas aos que dele discordavam em matéria econômica. Gudin chegou às raias da caricatura em seu combate, juntamente com a direita golpista, da política externa independente, formulada pelo Ministro das Relações Exteriores dos governos Janio Quadros e João Goulart, Francisco San Thiago Dantas (1911-1964). Anticomunista extremado, o economista assim via as relações internacionais brasileiras, em artigos publicados n’ *O Globo*:

194. Gudin, Eugenio. *Inflação, importação e exportação. Café – crédito – desenvolvimento – industrialização*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1959, pág. 14

195. Idem, pág. 92

196. Ibid, pág. 94

Sejam quais forem as falhas dos Estados Unidos no exercício da liderança do Ocidente (...), a verdade é que a História não registra um exemplo de generosidade internacional comparável à dos Estados Unidos (8 de março de 1961) <sup>197</sup>.

Sem os Estados Unidos, estaria a América Latina indefesa diante das infiltrações comunistas. Os Estados Unidos são hoje, com a Europa Ocidental, o baluarte da defesa militar de nossa civilização (27 de junho de 1962) <sup>198</sup>.

A partir da renúncia de Janio Quadros, em 25 de agosto de 1961, o país vive um impasse. Os ministros militares, apoiados pelos setores de direita, no empresariado e na mídia, não querem a posse do vice, João Goulart. O ódio por conta de sua atuação durante o segundo governo Vargas seguia vivo. Em meio a grandes mobilizações – especialmente a liderada por Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul – Goulart assume o poder no dia 7 de setembro, em um regime parlamentarista, aprovado às pressas pelo Congresso. A redução dos poderes do Executivo tornou a situação palatável para vários membros das elites, que ensaiavam, desde então, uma quebra da institucionalidade.

Gudin era um deles.

### No ataque

Nessa época, as investidas do economista contra o governo e seus aliados atingem ares de verdadeira cruzada. Seus artigos na imprensa não primam pelo rigor. O importante era intimidar os oponentes. Os dois exemplos abaixo são expressivos. O primeiro intitula-se “Remessa de lucros” e foi publicado em 22 de março de 1961, em *O Globo*:

Há no Congresso mais de vinte projetos de lei que, sob uma ou outra forma, visam a legislar restritivamente no tocante ao capital estrangeiro (...) A idéia dominante é muito semelhante à do mecanismo da rateioira. O capital pode entrar. Sair é que não. Se lucrar, não poderá dispor livremente de seus lucros. E se quiser voltar ao país de origem ficará sujeito ao veto parcial ou total estipulado em lei. (...) A avalanche de projetos nesse sentido só se explica por uma motivação EMOCIONAL OU IRRACIONAL. Na realidade é uma mistura das duas. É um produto genético do nosso NACIONAL-COMUNISMO, híbrido de comunismo verdadeiro, de seu parceiro, o socialismo de Estado e de um grupo de inocentes-úteis cuja característica dominante é a burrice <sup>199</sup>.

O outro é “A balela das reformas de base”, de 18 de outubro de 1961, escrito apenas quarenta dias após a posse de Goulart:

Recorrendo mais uma vez à morfina, apelam os partidos políticos que apóiam o sr. Tancredo Neves (ou o sr. Goulart?) para o slogan das REFORMAS DE BASE, a saber, especialmente, a Reforma Agrária, a Remessa de Lucros para o Exterior, a Lei Antitruste, às quais alguns acrescentam a nacionalização (confisco?) de empresas de mineração e de serviços públicos.

197. Gudin, Eugenio. *Análise de problemas brasileiros, 1958-1964*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1965, Pág. 126

198. Idem, Pág. 143

199. Ibid, Pág. 327



É preciso ser inteiramente (não parcialmente) imbecil para acreditar que “essas reformas”, quase todas desaconselháveis, aliás, posam ter qualquer influência sobre o progresso econômico ou social do país <sup>200</sup>.

Gudin faz a propaganda pela quebra da legalidade institucional. Um de seus alvos preferenciais era Celso Furtado, que havia assumido um ministério novo, o do Planejamento. Sua elaboração do Plano Trienal representava o ponto alto do nacional-desenvolvimentismo.

Em novembro de 1962, Gudin dirige sua pena contra o ex-diretor da Cepal, em uma série de colunas, sempre n’*O Globo*. De saída, a sua característica tática de desqualificação:

Celso Furtado não acredita na existência e na utilidade de princípios científicos fundamentais de Análise Econômica. (...). Os estudos econômicos passariam assim a ter um caráter muito mais político, histórico e até literário e opinativo, do que analítico. (...) Isso explica que nos livros de Furtado raramente se encontre um estudo, já não direi econométrico, mas simplesmente quantitativo <sup>201</sup>.

Em outro artigo, ele vai ao ponto de seu descontentamento:

Celso Furtado dá muito mais valor ao Estado do que à iniciativa privada, o que não condiz bem com o texto constitucional a que se deve subordinar o governo de que ele faz parte. (...) Tem-se a impressão, ao ler o sr. Celso Furtado, que S. Exa. vive em Sirius ou em Altair <sup>202</sup>.

A partir daí, o professor tira as seguintes conclusões:

Se o Sr. Celso Furtado quer, de fato, como parece, preparar a revolução totalitária da esquerda, através da pré-revolução em marcha, ao menos que procure fazê-lo sem agredir tão violentamente os princípios mais comezinhos da análise econômica <sup>203</sup>.

## O golpe

Gudin apoiou com vivo entusiasmo o golpe de 1964 e a instalação da ditadura. Em artigo publicado n’*O Globo*, em 16 de outubro de 1970, ele assegurava que:

A Revolução de 64 no Brasil não tem qualquer analogia com golpe de Estado. Foi, pode-se dizer, uma revolução nacional. Foi uma medida de salvação pública, promovida pela avalanche da opinião do país e apoiada nas Forças Armadas, contra a subversão de poderes e valores humanos, contra o solapamento sistemático da hierarquia, contra o caos econômico e financeiro e contra a desordem social <sup>204</sup>.

Qual era o grande problema do país, para ele? A resposta está no texto “O retorno ao regime constitucional”, de 23 de janeiro de 1970:

---

200. Ibid, Pág. 129

201. Ibid, Pág. 424

202. Ibid, Pág. 424

203. Ibid, Pág. 427

204. Ibid, pág. 84

Para mim, bem como para os analfabetos políticos de minha categoria, a única medida capaz de melhorar os padrões de nosso poder legislativo é, como dizia o saudoso Francisco Campos, a reforma do eleitorado. Mas essa exige dezenas de anos para se realizar<sup>205</sup>.

Ao longo dos anos, especialmente após o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), lançado em fins de 1974, seu entusiasmo com o regime se arrefece. Aos poucos, Gudin volta a reclamar contra “a estatização da economia brasileira”. Seus argumentos, mais uma vez, são diretos:

“Vivemos”, disse eu, [em uma palestra] “em princípio, em sistema capitalista. Mas o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos comunistas. Setores industriais, como o de energia elétrica, siderurgia, petróleo, navegação, portos, estradas de ferro, que nos Estados Unidos estão nas mãos das empresas privadas, foram no Brasil absorvidas pelo Estado. Bem assim, em grande parte, a rede bancária que controla o crédito para as empresas privadas”.<sup>206</sup>

### Os últimos anos

Nos últimos anos de vida, suas aparições públicas tornam-se raras. É solicitado para entrevistas, um documentário sobre sua vida é realizado, em 1983, e sua colaboração para a imprensa continua. Quando completa 100 anos, em 12 de julho de 1986, recebe várias homenagens. Mas, praticamente não sai de casa:

Com a saúde muito abalada, Gudin passou a semana recolhido a um quarto de seu enorme apartamento de Copacabana, oscilando entre momentos de lucidez e horas de torpor. Nenhuma doença em particular o atacava<sup>207</sup>.

Acamado, na maior parte dos meses seguintes, Gudin engasga no jantar da quarta feira, 22 de outubro. Os parentes, às pressas, o levaram para o Centro de Tratamento Intensivo do Hospital Prontocor, na Lagoa. Morreria dois dias depois, em 24 de outubro de 1986.

O último artigo, publicado em março daquele ano, n' *O Globo*, era sintético. Rasgava elogios ao governo, pelo plano Cruzado, e atacava a política de imposto territorial do governo do Rio de Janeiro.

A opinião pública brasileira está compreendendo e aplaudindo o Presidente Sarney (...) por este seu ato tão feliz e corajoso.

Uma semana antes de morrer, o economista comentou ao seu médico Mário Moreira a principal característica do plano de estabilização em vigor: “Em regime capitalista, o congelamento não se mantém”<sup>208</sup>.

Gudin deixou viúva sua terceira mulher, Violeta de Azevedo Cunha.

205. Gudin, Eugenio. *O pensamento de Eugenio Gudin*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1978, pág. 183

206. Idem, pág. 412

207. Uma vida na história. In: *Veja* 931, 9 de julho de 1986, pág.50

208. Informações de *Veja, Para a História*, no. 947, 29 de outubro de 1986, pág. 119

### O depois

O termo neoliberalismo foi difundido a partir da segunda metade dos anos 1970, nos Estados Unidos. Até o final da década seguinte, a palavra não apresentava a conotação negativa que viria a conhecer mais tarde<sup>209</sup>. Era um vocábulo ausente do debate econômico nos períodos mais ativos da vida de Eugenio Gudin. Ele gostava de se definir como adepto do *novo liberalismo*, uma espécie de atualização do liberalismo do século XIX<sup>210</sup>.

Suas orientações econômicas tiveram vida curta na história brasileira. Pode-se dizer que conheceram plena vigência apenas nos poucos meses de 1954 e 1955, quando foi ministro, e a partir de 1994. Não foram épocas tranquilas. Na última década do século XX, o país vendeu várias empresas estatais e ativos públicos, amealhando um total de R\$ 85,2 bilhões, em valores de 1999<sup>211</sup>. A economia nacional tornou-se mais vulnerável, chegando a quebrar três vezes, entre 1994 e 2002.

Um dos mais notáveis discípulos de Gudin, o ex-ministro Mario Henrique Simonsen (1935-1997), escreveu um artigo em sua homenagem, logo após o falecimento de seu mestre:

Que o Brasil se transformou na oitava economia do mundo ocidental desrespeitando muitos dos conselhos de Gudin é questão fora de dúvida. E o que aconteceria se esses conselhos tivessem sido seguidos à risca? Eis uma questão aberta à polêmica, como toda tentativa de reconstrução de mundos alternativos. Para os estruturalistas, o Brasil teria abdicado do crescimento em troca da estabilidade de preços. Para os ortodoxos, teríamos embarcado num modelo de crescimento extrovertido, à semelhança do Japão, com resultados muito melhores em termos de produto, estabilidade de preços e distribuição de renda. Para os dialéticos, a questão é ainda mais complicada, pois a função do crítico é contrapor à tese uma antítese e não necessariamente oferecer uma síntese. Nessa visão, se o problema do Brasil no pós guerra fosse a estagnação, e não a inflação, o pragmatismo de Gudin talvez o tivesse colocado numa explícita postura desenvolvimentista<sup>212</sup>.

São suposições. O Brasil desenvolveu-se, apesar das idéias de Gudin.

---

209. Veja-se, por exemplo, o artigo *A opção neoliberal*, de João Paulo dos Reis Velloso, na revista *Digesto econômico* nº 318, maio-junho 1986, págs. 36-37. Para o ex-Ministro do Planejamento dos governos militares, “Existem hoje, no País, condições objetivas para, dentro de uma idéia neoliberal em economia, fazer a síntese e até mesmo transcendê-las – de duas correntes que tradicionalmente conflitavam, representadas no duelo de 1946 (sic), pelas posições de Roberto Simonsen e Eugenio Gudin”.

210. Ver Borges, Maria Angélica, *op. cit.*, pág. 80

211. Biondi, Aloysio. *O Brasil privatizado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, pág. 68

212. Simonsen, Mario Henrique, Cem anos em alta rotação, *Veja* 931, 9 de julho de 1986, pág 57

## Bibliografia

- ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001
- ABREU, Marcelo de Paiva. *Contribuições de Eugenio Gudin ao pensamento econômico brasileiro*, in *Literatura Econômica* no. 6. Rio de Janeiro, 1984
- AMADO, João. In *Os jornalistas e o golpe de 1964*, [http://www.midiaepolitica.unb.br/visualizar.php?autor=Jo%C3%A3o%20Amado&id=286#\\_edn16](http://www.midiaepolitica.unb.br/visualizar.php?autor=Jo%C3%A3o%20Amado&id=286#_edn16)
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999
- BORGES, Maria Angélica. *Eugenio Gudin, capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: Bional/Educ, 1997
- BESERMANN VIANNA, Sérgio, e Vilella, André. O pós-Guerra (1945-1955). In *Economia brasileira contemporânea* (Giambiagi et al, org.). Rio de Janeiro: Campus Editora, 2005
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995
- BORGES, Maria Angélica, *Eugenio Gudin, capitalismo e neoliberalismo*, Tese de doutorado apresentada na Faculdade de História da PUC-SP, 1995
- FURTADO, Celso. *A fantasia organizada. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985
- GUDIN, Eugenio e Simonsen, Roberto. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea/INPES, 1977
- GUDIN, Eugenio. *Análise de problemas brasileiros, 1958-1964*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1965
- \_\_\_\_\_. *Inflação, importação e exportação. Café – crédito – desenvolvimento – industrialização*. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1959
- \_\_\_\_\_. *O pensamento de Eugenio Gudin*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1978
- \_\_\_\_\_. Planejamento Econômico, in *Digesto Econômico*. São Paulo: Associação Comercial de São Paulo, abril de 1951
- \_\_\_\_\_. Preliminar sobre a reforma agrária in *Digesto Econômico*. São Paulo: Associação Comercial de São Paulo, maio/junho 1986
- \_\_\_\_\_. *Princípios de economia monetária*. Rio de Janeiro: Agir, 1979
- \_\_\_\_\_. Produtividade, in *Revista Brasileira de Economia*, ano 8, número 3, setembro de 1954

HOBBSBAWM, Eric, *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

LOPES RODRIGUES, Carlos Henrique. *Eugênio Gudin e o Liberalismo para o Desenvolvimento Econômico*, [http://www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/pdfs/Rodrigues\\_Carlos\\_Henrique\\_Lopes.pdf](http://www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/pdfs/Rodrigues_Carlos_Henrique_Lopes.pdf)

RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos – Como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983

### **Periódicos**

*Digesto Econômico*, maio/junho 1986, Associação Comercial de São Paulo

*Veja* 931, 9 de julho de 1986

*Veja*, 947, 29 de outubro de 1986

# *A controvérsia*

---

**A seguir, os principais trechos dos textos de Roberto Simonsen e de Eugenio Gudín, divulgados na Comissão de Planejamento Econômico, em 1944 e 1945.**

## **Simonsen lança a questão**

O PRIMEIRO DOCUMENTO da controvérsia do planejamento é um artigo de Roberto Simonsen, apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 16 de agosto de 1944. O título era *A planificação da economia brasileira* e nele o autor buscava justificar a necessidade da intervenção estatal naquele estágio do desenvolvimento local das forças produtivas. Em suas linhas iniciais, Simonsen argumentava sobre a necessidade de se elevar a renda nacional:

É realmente ilusório o enriquecimento de muitas Repúblicas latino-americanas no período da guerra. Por um recente estudo do Sr. Howard, técnico da Comissão de Fomento Interamericano, verifica-se que, em números globais, comparadas as cifras referentes aos anos de 1938 e 1942, diminuiu o volume de materiais e matérias-primas exportadas das Repúblicas ibero-americanas para os Estados Unidos. O que se registrou, realmente, foi um aumento na exportação de alguns artigos e um considerável acréscimo em muitos dos preços.

Examinando-se as estatísticas da importação, nos Estados Unidos, do minério de ferro, cobre, minério de zinco, minério de manganês, minério de cromo, concentrados de estanho, minério de tungstênio, minério de antimônio, cristais de rocha, mica, nitrato de sódio, borracha, madeira de balsa, algodão em bruto, fibras (henequém e sisal), cinchona, caroço de mamona, caroço de algodão, amêndoa de babaçu, óleo de oiticica, conclui-se que, em 1942, aquele país importou mais cobre, minério de manganês e cromo, borracha, madeira de balsa, sisal, henequém e cristais de rocha. Desses, apenas três artigos tiveram a sua exportação elevada em mais 100%: o minério de cromo, os cristais de rocha e a madeira de balsa.

Os preços, porém, subiram de 451% nos cristais de rocha, 154% na mica, 200% no óleo de oiticica, 67% no minério de ferro, 20% no minério de manganês, 73% no minério de antimônio e 213% na borracha <sup>213</sup>.

(...)

Acentua Howard que assim como as minas, a indústria e a agricultura norte-americanas terão que enfrentar nos mercados mundiais os artigos produzidos com os menores salários em vigor nos países europeus, na África e do Oriente, também a agricultura, a mineração e a indústria das demais Repúblicas do nosso hemisfério terão que defrontar a mesma situação.

Para lutar contra essa concorrência, teremos que reduzir os riscos e o custo da produção e o da distribuição nos locais de origem <sup>214</sup>.

Em sua argumentação, o empresário detalhava a avaliação da economia brasileira feita por uma missão técnica dos EUA:

A Missão Técnica Norte-Americana chefiada pelo Sr. Morris L. Cooke visitou o Brasil no segundo semestre de 1942 e fez várias apreciações sobre a nossa situação econômica e social. Observou que o Brasil, como nação industrial, está ainda na adolescência, se bem que se lhe possa vaticinar um grande futuro, possuidor que é de tão vultosa extensão territorial com tão valiosas e variadas riquezas naturais, e com uma população rica de aptidões para os trabalhos materiais e intelectuais.

(...)

A Missão assinala os pontos de maior fraqueza do Brasil industrial: 1) a dependência da importação de petróleo, que utilizamos em larga escala em motores industriais, nos automóveis e até para a iluminação; 2) a importação de carvão mineral para os transportes e motores industriais; 3) a carência de metais especiais e equipamentos para novos empreendimentos e conservação dos existentes. Todas essas insuficiências foram motivos de agudas crises registradas na presente guerra <sup>215</sup>.

(...)

Propugna ainda a Missão a necessidade da criação de bancos industriais destinados ao financiamento de novos empreendimentos e ao propiciamento de uma assistência técnica mais intensa

Finaliza, observando que, na idade do aço e do vapor, a liderança industrial pertenceu às regiões mundiais em que se encontravam depósitos de carvão e minério de ferro, próximos uns dos outros e dos centros populosos. Como no Brasil não ocorre essa circunstância, “os processos econômicos dominantes nos últimos cem anos dificilmente permitiriam as soluções de seus problemas de transporte. A prevalecerem os processos do século XIX, o desenvolvimento industrial do país teria que ser limitado” <sup>216</sup>.

Após o relato, Simonsen fez um breve diagnóstico da economia nacional:

Uma apreciação sobre a nossa evolução econômica, nos últimos cinco anos, indica um sensível progresso em vários ramos de nossas indústrias transformadoras.

213. Gudin e Simonsen. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: Ipeal/INPES, 1977, pág. 24/25

214. Idem, pág. 25

215. Ibid, pág. 26

216. Idem, pág. 28

(...)

O cômputo da produção industrial, do início da guerra até hoje, demonstra, porém, que poucas foram as indústrias básicas criadas nesse período pela iniciativa particular. Registram-se, apenas, nesse setor, alguns valiosos cometimentos promovidos pelo Governo Federal, e ainda em andamento.

(...)

A falta de combustíveis, a deficiência de transportes, a ausência de indústrias básicas fundamentais, as dificuldades de técnicos e de mão-de-obra apropriada, impediram um maior surto industrial <sup>217</sup>.

E após arrolar várias insuficiências na agricultura, o industrial conclui:

Nas grandes cidades, as construções existentes — sobretudo as que se destinam aos operários e classes menos favorecidas são insuficientes para o abrigo das suas atuais populações.

Apesar da alta dos salários e dos lucros realizados graças a todas essas circunstâncias, a renda nacional, em realidade, não aumentou, nos últimos anos.

Os saldos de divisas disponíveis no estrangeiro representam valores que não puderam ser transformados em artigos necessários ao mercado nacional, quer como bens de produção, quer como bens de consumo. Traduzem, assim, em verdade, parte de uma virtual diminuição da renda nacional <sup>218</sup>.

Mais à frente, Simonsen escreve:

Relatando, no Conselho Federal do Comercio Exterior, em 27 de setembro de 1937, os resultados do inquérito efetuado, por ordem do sr. Presidente da República, em torno das possibilidades da expansão industrial do Brasil, declarei, pondo em relevo o baixo índice de consumo médio do brasileiro, que, então, como hoje, esse índice, era, no mínimo, 25 vezes menor que o do norte-americano: “Tendo em apreço as condições especialísimas do país, com vastas zonas ainda na fase da economia de consumo e, considerando os índices das regiões mais prósperas, verificamos que se faz mister, pelo menos, triplicar o nosso consumo, para que se alcance um teor médio de vida, compatível com a ‘dignidade do homem’, na sugestiva expressão de nossa carta constitucional” <sup>219</sup>.

Linhas abaixo, é tratada a questão da reduzida renda nacional:

Considerando o que se observa, presentemente, na República Argentina, no Canadá e em outras regiões de maior progresso material que o do Brasil, e, ainda, o que sucede nas regiões mais adiantadas do país, levando-se em conta o custo da vida, a necessidade da formação de capitais e as novas condições criadas pela guerra, não é exagerado concluir que necessitaríamos, assim, de uma renda nacional cerca de quatro vezes mais elevada do que a atual, ou seja, de 160 bilhões de cruzeiros. Não se pode, infelizmente, transportar, de chofre, uma diferença tão vultosa <sup>220</sup>.

---

217. Ibid, pág. 29

218. Ibid, pág. 30

219. Ibid, pág. 31

220. Ibid, pág. 32



A partir de um raciocínio voltado para a elevação daquele padrão, Simonsen conclui:

Impõe-se, assim, a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o país de uma estruturação econômica e social, forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis a sua segurança e a sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional.

(...)

A ciência e a técnica modernas fornecem seguros elementos para o delineamento dessa planificação. Haja vista o que se fez na Rússia e na Turquia, quanto ao seu desenvolvimento material; considerem-se as planificações levadas a efeito pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e por outros países em luta, para organizar as suas produções, dentro de um programa de guerra total <sup>221</sup>.

A argumentação de Simonsen não vai muito além. Mas ele se vale, em seguida, de um argumento de peso:

Os anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Economia e as conclusões ali votadas oferecem os inequívocos depoimentos das classes produtoras sobre os seus elevados desígnios de colaborar para o progresso do país.

A parte nuclear de um programa dessa natureza, visando a elevação da renda a um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade, tem que ser constituída pela industrialização. Essa industrialização não se separa, porém, da intensificação e do aperfeiçoamento da nossa produção agrícola, a que ela está visceralmente vinculada.

(...)

A planificação do fortalecimento econômico nacional deve, assim, abranger, por igual, o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, como o dos sociais e econômicos, de ordem geral <sup>222</sup>.

Mesmo que de forma genérica, o industrial busca definir as principais alocações de recursos para a concretização de tal projeto:

As maiores verbas da planificação seriam, sem dúvida, utilizadas na eletrificação do país, na mobilização de suas várias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transporte.

Abrangeria o programa a criação de moderna agricultura de alimentação e a promoção dos meios apropriados à intensificação da nossa produção agrícola em geral.

Seriam criadas indústrias-chave, metalúrgicas e químicas, capazes de garantir uma relativa auto-suficiência ao nosso parque industrial e a sua necessária sobrevivência na competição internacional.

Toda uma série de providências correlatas deveria ser adotada; a montagem de novas escolas de engenharia, a vulgarização de institutos de pesquisas tecnológicas, industriais e agrícolas; a intensificação do ensino profissional.

Impõe-se, da mesma forma, a criação de bancos industriais e outros estabelecimentos de financiamento.

Uma imigração selecionada e abundante de técnicos e operários eficientes cooperaria,

---

221. *Ibid.*, pág. 33

222. *Ibid.*, pág. 34

em larga escala, para prover as diversas atividades, assim como para um mais rápido fortalecimento de nosso mercado interno, pelo alto padrão de consumo a que estariam habituados esses imigrantes <sup>223</sup>.

Em outro trecho de seu trabalho, o empresário faz duas perguntas cruciais:

como obter o financiamento necessário a cometimento tão vultoso?  
até que ponto seria exercido o intervencionismo do Estado na concretização dos planos?  
(...)

A obtenção do financiamento geral poderia ser negociada com os Estados Unidos. Os suprimentos anuais de que carecemos — boa parte em aparelhamentos e equipamentos a serem importados — representariam menos de 0,2% da renda nacional norte-americana<sup>224</sup>.  
(...)

O grau de intervencionismo do Estado deveria ser estudado com as várias entidades de classe para que, dentro do preceito constitucional, fosse utilizada, ao máximo, a iniciativa privada e não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes. Proporcionar-se-iam, ao mesmo tempo, os meios indispensáveis à renovação do aparelhamento já existente.

Caso adotada a planificação intensiva de nossa economia, não será possível a permanência, por um certo prazo, das atuais normas de política comercial.

Não seria concebível que, enquanto o país desenvolvesse um formidável esforço no sentido de montar o seu equipamento econômico, fosse ele, em pleno período construtivo, perturbado pela concorrência da produção em massa, de origem alienígena <sup>225</sup>.

Após todo o arrazoado, Simonsen apresenta as seguintes conclusões:

I - O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial reconhece que a evolução econômica do Brasil vem se processando em ritmo absolutamente insuficiente para as necessidades de suas populações.

II — A renda nacional, atualmente de cerca de 40 bilhões de cruzeiros, deverá ser quadruplicada dentro do menor prazo possível, a fim de que possa ser proporcionado às populações um razoável padrão de vida mínimo.

III — Devido à nossa falta de aparelhamento econômico e as condições em que se apresentam os nossos recursos naturais, a renda nacional está praticamente estacionária, não existindo possibilidade, com a simples iniciativa privada, de fazê-la crescer, com rapidez, ao nível indispensável para assegurar um justo equilíbrio econômico e social.

IV — Essa insuficiência, em vários setores, da iniciativa privada, tem sido reconhecida pelo Governo Federal que, direta ou indiretamente — como nos casos do aço, dos álcalis, do álcool anidro, do petróleo, da celulose, do alumínio e da produção de material bélico — tem promovido a fixação de importantes atividades no país.

V — Dadas todas essas circunstâncias, é aconselhável a planificação de uma nova estruturação econômica, de forma a serem criadas, dentro de determinado período, a produtividade e as riquezas necessárias para alcançarmos uma suficiente renda nacional.

VI — Essa planificação, organizada com a cooperação das classes produtoras, deverá prever a tonificação necessária a ser dispensada a todo o nosso aparelhamento de

223. Ibid, pág. 35

224. Ibid, pág. 35

225. Ibid, pág. 36

ensino, ao sistema de pesquisas tecnológicas a formação profissional, a imigração selecionada, a vulgarização do uso da energia motora e ao grande incremento de nossas atividades agrícolas, industriais e comerciais.

VII — O seu financiamento será negociado dentro de novos moldes de cooperação econômica, de forma que, inicialmente, não se supercapitalizem os investimentos por despesas meramente financeiras, devendo as amortizações ser condicionadas ao aumento da produtividade resultante da reorganização econômica do país.

VIII — Durante o período em que for executada a planificação econômica, deverão ser adotadas normas de política comercial que assegurem o êxito dos cometimentos previstos<sup>226</sup>.

### O documento inicial de Gudin

SEIS MESES DEPOIS dos escritos de Roberto Simonsen, em 23 de março de 1945, Eugenio Gudin remeteria à Comissão de Planejamento Econômico um longo documento, como resposta às teses anteriormente apresentadas. O texto do economista é mais detalhado e fundamentado que o de seu oponente. Gudin expressa nele suas teses sobre a dinâmica do mercado e tenta desqualificar as fontes e os dados sobre os quais Simonsen se apoiava. As idéias ali arroladas seriam desenvolvidas pelo autor nos quarenta anos seguintes. O arrazoado intitulava-se *Rumos da política econômica*. Nas páginas iniciais, Gudin faz um apanhado do que julgou essencial na argumentação do industrial.

Um de seus primeiros pontos de divergência prende-se à definição do que seria a renda nacional, que Simonsen deseja quadruplicar:

Apreciando a nossa minguada renda nacional, pondera o relator [Simonsen] que a produção para o mercado interno está condicionada às necessidades do consumo, que variam de acordo com a produtividade e com o estágio de educação das populações. A produtividade é função do nosso aparelhamento econômico e eficiência técnica. A educação das populações, por sua vez, depende dos recursos disponíveis para seu custeio. Não é possível tampouco alcançar com novas exportações o substancial enriquecimento indispensável<sup>227</sup>.

Gudin alega não divergir de Simonsen quanto aos objetivos.

No tocante, porém, aos métodos a adotar, à análise da conjuntura econômica que se quer remediar e aos princípios gerais a que deve obedecer a política econômica, não posso, como se verá deste parecer, acompanhar a orientação do ilustre relator do plano econômico.

Nesse ponto, o economista parte para a ofensiva, bem ao seu estilo:

Uma vez relacionados os nossos índices de pobreza, a conclusão a que chega o relator é a da necessidade de um “plano” (...). O conselheiro Roberto Simonsen filia-se, como se vê de muitos de seus conceitos, à corrente dos que vêem no “plano” a solução de todos os problemas econômicos, espécie de palavra mágica que tudo resolve, mística de planificação que nos legaram o fracassado New Deal americano, as economias corporativistas da Itália e de Portugal e os planos quinquenais da Rússia. (...) Onde, porém, a divergência deixa de ser em parte terminológica para atingir os fundamentos de

226. Ibid, págs. 36 e 37

227. Ibid, pág. 53

política econômica, é quando o ilustre relator proclama “a impossibilidade de acelerar a expansão da renda nacional com a simples iniciativa privada”, “a insuficiência dessa iniciativa privada reconhecida pelo Governo Federal”, a necessidade de uma grande “operação financeira de governo a governo”, chegando a tratar da questão capital da interferência do Estado no campo da economia privada como simples matéria a ser combinada entre o Governo e as entidades de classe <sup>228</sup>.

Em seu ataque, Gudín alega “não haveria melhor caminho para a consolidação de um regime totalitário de capitalismo de Estado”, caso prevaleçam as idéias de seu adversário.

Seu documento é dividido em duas partes, cada uma com quatro capítulos. No primeiro, intitulado *Renda nacional*, ele critica a base teórica de Simonsen como falha. E faz o que mais aprecia: mostrar uma possível erudição.

Renda nacional é o “produto social” ou o dividendo a distribuir entre pessoas e classes de um país. É o total dos rendimentos líquidos recebidos por todas as pessoas e instituições (rendimentos no sentido econômico geral, de qualquer fonte). Diz-se rendimentos “líquidos”, porque certos rendimentos, como os de juros da dívida pública ou os de pensões, não são rendimentos produzidos e sim simplesmente “transferidos” de uns para outros.

Alternativamente, “renda nacional” é o valor total “líquido” da produção de mercadorias e serviços. Aqui também o qualificativo “líquido” é essencial. Se se computa o valor de um par de sapatos, não se pode computar também o do couro que serviu para fabricá-lo nem o das peles que serviram para fabricar o couro. Já aí está o primeiro erro elementar do cálculo da renda nacional feito pelo Ministério do Trabalho [utilizado por Simonsen], que soma o valor do algodão com o dos tecidos de algodão, o da cana-de-açúcar com o do açúcar, o dos couros e peles com o do calçado, o da energia elétrica motora com o das mercadorias com ela fabricadas etc. <sup>229</sup>

Após desdobrar sua argumentação, o antigo engenheiro volta suas baterias para o capitão de indústria:

O maior erro (...) do cálculo feito pelo Ministério do Trabalho está em que ele inclui na renda nacional o valor das mercadorias importadas do estrangeiro (que são renda nacional dos países que as exportaram e não nossa) e subtrai o valor das mercadorias que exportamos (!) (que são legitimamente renda nacional brasileira). Isso fez o Ministério, copiando um método de cálculo de renda nacional feito há muitos anos por Sir Josiah Stamp, para o caso da Inglaterra, ao tempo em que ainda não existiam nesse país os elementos estatísticos necessários para esse cálculo. (...)

Assim, o cálculo da renda nacional feito pelo Ministério do Trabalho, que o sr. conselheiro Roberto Simonsen chama de “dado preciso relativo à renda nacional”, cuja divulgação recomenda em homenagem àquele Ministério, não tem valor algum. É mesmo uma leviandade chamar-se isso de cálculo da renda nacional <sup>230</sup>.

Tendo feito os esclarecimentos iniciais, o professor volta-se, num segundo capítulo-

---

228. Ibid, pág 54

229. Ibid, pág. 57

230. Ibid, pág. 59 e 60

lo, para responder *Donde surgiu a mística do plano*.

A doutrina do *laissez-faire*, a cujo impacto rapidamente ruiu o sistema mercantilista, baseava-se (...) no princípio de que a riqueza da nação é a integral da riqueza de seus cidadãos; de que o indivíduo, guiado pelo interesse próprio, procura empregar seu trabalho e seu capital do modo o mais proveitoso para sua economia e, portanto, de que o meio mais rápido e mais seguro de enriquecer a nação é o de deixar aos indivíduos plena liberdade de ação econômica. A doutrina do *laissez-faire* era, portanto, em princípio, a negação do plano <sup>231</sup>.

Se o *laissez-faire* era tão virtuoso, a emergência de crises no sistema deve ter explicações fora dele. O raciocínio já havia sido esgrimido em outras oportunidades:

Até 1914, a economia liberal conduziu a humanidade por essa rota, de constante aumento de bem-estar e de elevação do padrão de vida das populações. Dentro de seus padrões se abordavam e resolviam os novos problemas à medida que eles surgiam. (...)

A Guerra de 1914 veio abalar profundamente os alicerces dessa estrutura: 1.º) desorganizando ou destruindo os sistemas monetários de grandes e pequenas nações até atingir a libra esterlina e o dólar; 2.º) deslocando a liderança econômica e política das mãos experimentadas da Inglaterra para as mãos vigorosas, mas ainda inexperientes, dos Estados Unidos; 3.º) criando a desordem política e econômica em toda a Europa Central e Oriental de cujo caos nasceram as revoluções sociais, primeiro da Rússia, depois da Itália e da Alemanha <sup>232</sup>.

Sua apreciação sobre a principal potência que emerge no primeiro pós-Guerra acaba por explicar seu posicionamento político e econômico de várias décadas:

Todos que, no Brasil e alhures, quiserem compreender qualquer coisa da conjuntura econômica, precisam se compenetrar deste postulado: “Estados Unidos bem, o mundo bem; Estados Unidos mal, o mundo mal” <sup>233</sup>.

Como já expressava em escritos anteriores, Gudin desposava a tese de Jean-Baptiste Say, repetida pela ampla maioria dos economistas conservadores, sobre a completa separação entre economia e política. Sua intervenção vale-se de uma profusão de palavras em maiúsculas, como se elevasse a voz.

NÃO CABE ASSIM À ECONOMIA LIBERAL A RESPONSABILIDADE DESSES DESASTRES. ORIGINARIAMENTE, a Grande Depressão foi o resultado de um fenômeno político: a guerra mundial de 1914, que abalou profundamente o sistema que a Economia Liberal havia construído em um século. SUBSIDIARIAMENTE, incumbe a responsabilidade aos desacertos praticados pelo grande, mas ainda inexperiente país que passara, repentinamente, de país devedor à posição do maior país credor do mundo e de líder da economia mundial <sup>234</sup>.

231. Ibid, pág. 61

232. Ibid, pág. 63

233. Ibid, pág. 64

234. Ibid, pág. 67

Se tal se sucedia, não haveria motivo para a execução de um planejamento – uma decisão política, por definição – em uma área supostamente técnica, como a economia.

Daí vem sua contrariedade com o New Deal e com todos os tipos de interferências públicas, via Estado, na economia.

Para a filosofia liberal, o ideal é o mercado em livre concorrência e a mobilidade dos fatores de produção; é a produção regulada pelo sufrágio ininterrupto dos preços traduzindo a demanda efetiva de mercadorias e serviços. Para a filosofia coletivista, o ideal é um plano perfeito imposto por uma autoridade onipotente. Para a filosofia liberal, o sistema econômico é o caminho da democracia. Para a filosofia coletivista, é o Estado totalitário. A diferença entre as duas filosofias é radical e irreconciliável. O coletivismo serve-se do poder do Estado para administrar a produção e o consumo; o liberalismo utiliza esse poder para preservar e favorecer a liberdade das trocas, que o princípio essencial de seu modo de produção <sup>235</sup>.

(...)

Ficou, porém, o ranço do New Deal, isto é, o exemplo dado por uma das maiores nações do mundo, pelo país leader da economia mundial, de uma vasta e desabusada intervenção do Estado, “planificando” as atividades econômicas no domínio da ação e da iniciativa privada. E o exemplo do New Deal passou a constituir um dos argumentos mestres dos forjadores de planos <sup>236</sup>.

(...)

Mas não foi o New Deal americano o único exemplo de planificação econômica pelo Estado. Na Itália e em Portugal, o caos econômico e político abriu as portas de Roma e de Lisboa a Mussolini e a Salazar, decanos das ditaduras européias.

(...)

Mesmo no caso da Alemanha hitlerista, não faltava quem admirasse o milagre da supressão do desemprego, em contraste com os países vizinhos, sem perceber que essa supressão só se devia à atividade febril no preparo da guerra e na fabricação de armas e munições.

Mais do que os exemplos da Itália, de Portugal e da Alemanha, e mais talvez mesmo do que o ranço do New Deal, os entusiastas da planificação econômica, entre nós e alhures, invocam o exemplo da Rússia <sup>237</sup>.

(...)

Nada disso se aplica ao Brasil. Não podemos escravizar o nosso povo como foi possível ao regime soviético fazê-lo na Rússia, graças ao regime de escravidão herdado do tzarismo. Não temos margem de capital humano nem de reservas nutritivas para impor a nossas populações um regime de subnutrição ainda maior do que o que ela suporta. Estamos também longe de ter as riquezas naturais de carvão, de petróleo, de ouro, de planícies fertilíssimas que tem a Rússia <sup>238</sup>.

---

235. Ibid, pág. 68

236. Ibid, pág. 69

237. Ibid, pág. 73

238. Ibid, pág. 73

Sua conclusão é feita novamente como que em altos brados:

A MÍSTICA DA PLANIFICAÇÃO É, PORTANTO, UMA DERIVADA GENÉTICA DA EXPERIÊNCIA FRACASSADA E ABANDONADA DO NEW DEAL AMERICANO, DAS DITADURAS ITALIANA E ALEMÃ QUE LEVARAM O MUNDO À CATÁSTROFE, E DOS PLANOS QUINQUENAIS DA RUSSIA, QUE NENHUMA APLICAÇÃO PODEM TER A OUTROS PAÍSES <sup>239</sup>.

Páginas adiante, Gudin se volta para o empresário paulista:

O projeto do conselheiro Roberto Simonsen, que nos incumbe apreciar, pode-se resumir como dissemos: primeiro, na constatação de nosso atraso, de nosso pauperismo, de nossa minguada renda nacional; segundo, no remédio “de um plano” (“impõe-se assim a planificação”); terceiro, em uma operação financeira “de governo a governo” para executar o plano e especialmente a industrialização <sup>240</sup>.

(...)

O projeto não entra na análise de vários aspectos capitais de nossa situação econômica: o monetário, o do grave desequilíbrio entre investimentos e consumo, o dos preços de nossos produtos primários, o do mau emprego dos fatores de produção disponíveis. São os graves erros aí cometidos, agravados pelas restrições nacionalistas e estúpidas à imigração e à expansão das instalações hidroelétricas, como pela ausência de ensino técnico eficiente, que respondem pela triste situação econômica em que nos encontramos <sup>241</sup>.

Seu ataque torna-se mais incisivo:

“Plano é a grande panacéia de nosso tempo”, escreve L. Robbins. “Planificar”, escreve L. von Mises, “é o remédio milagroso de nossos dias; o prestígio da palavra é tão grande que sua simples menção é considerada como a solução de todos Os problemas econômicos”. O “plano” passa a ter o sentido de um mito soreliano, de que diz seu autor: “Se nos colocarmos no terreno dos mitos, tornamo-nos imunes contra qualquer espécie de refutação crítica” <sup>242</sup>.

Os responsáveis pela disseminação da pretensa ilusão são logo apontados:

Mas a mística do plano não é só o produto da metafísica mais ou menos manicômica desses “sociólogos”. Eles apenas suprem o palavreado da nebulosa ideológica. Mas cá em baixo, bem junto à terra, há vários grupos sociais e econômicos para os quais a mística do plano pode constituir precioso instrumento para a vitória de suas doutrinas políticas ou de seus interesses econômicos.

São, primeiro, os socialistas-comunistas, partidários da supressão da propriedade privada dos meios de produção, que vêem no “plano”, formulado e dirigido pelo Estado, um excelente instrumento, que de fato é, para a invasão pelo Estado, do campo da economia e da iniciativa privadas e, portanto, para o caminho da socialização.

Segundo, a burocracia, que no regime do plano passa a enfeixar nas mãos uma soma considerável de poderes (e talvez de proventos) na direção da economia.

---

239. Ibid, pág. 73

240. Ibid, pág. 76

241. Ibid, pág. 76

242. Ibid, pág. 77

Terceiro, *last but not least*, os chamados “interesses reacionários”(…), que veem, e com razão, no plano um excelente instrumento de eliminação da liberdade de concorrência e de consolidação, sob a égide governamental, das situações adquiridas, de que são a expressão estereotipada, com o sacrifício do consumidor à tirania dos produtores <sup>243</sup>.

Nas partes seguintes, o engenheiro-economista discorre sobre temas que lhes são caros, como os pretensos ataques à liberdade, resultantes do intervencionismo estatal:

Desenvolvendo seu pensamento no Congresso das Indústrias de São Paulo, disse o ilustre autor do projeto que “o planejamento é uma técnica econômica e o intervencionismo uma técnica política”. Como se a “técnica econômica” de um plano organizado e financiado pelo Estado não fosse o melhor instrumento de “técnica política”. O conceito do Conselheiro Simonsen é primo irmão do de Stuart Chase ao propor “um estado-maior industrial com poderes ditatoriais, podendo a democracia política subsistir contanto que as questões econômicas sejam excluídas de seu domínio”.

De acordo com o projeto, o Governo tomaria a responsabilidade de uma grande operação financeira no exterior, para conceder empréstimos às indústrias nacionais, “sem prejudicar os interesses das existentes com a instalação de novas iniciativas concorrentes”. Seria assim a tutela definitiva do Estado sobre esses privilegiados “interesses existentes”, que são afinal o que ainda nos resta de representativo na seara das atividades econômicas privadas, malgrado as repetidas incursões do Governo por esse campo, durante os últimos anos. Como conciliar essa política com a diretiva do Professor Teotônio Monteiro de Barros, tão aplaudida no Congresso das Indústrias de São Paulo, de que “o Estado deve limitar-se às questões que superam o âmbito da atividade individual e que são de ordem pública, como a defesa e a segurança”?

(...)

A verdade é que temos caminhado assustadoramente no Brasil para o capitalismo de Estado. O próprio projeto Simonsen assinala (...) a lista das indústrias já tuteladas pelo Estado: aço, álcalis, álcool anidro, petróleo, celulose, alumínio, etc. Que celeuma não levantaria nos Estados Unidos a idéia de uma encampação pelo Estado da United States Steel e das jazidas de minério do Lago Superior, ou na Inglaterra a da nacionalização das indústrias do aço, do petróleo, dos álcalis etc.?

Ao contrário dos Estados Unidos e da Inglaterra, o Estado já tem no Brasil o controle da maioria da rede ferroviária e de quase toda a navegação mercante. Com a encampação da Brazil Railway [em 1938], ficou o Estado, além das estradas de ferro e portos dessa empresa, com indústrias de papel, de pinho, de jornais, revistas e rádios, de fazendas de gado, de frigoríficos. Com a incorporação da Organização Lage, o Governo chamou a si navios, portos, estaleiros etc. <sup>244</sup>.

Na segunda parte, no capítulo que trata da ordem monetária e do câmbio, Gudín afirma que:

Não há “plano” possível sem ordem monetária. A preliminar de qualquer plano é o restabelecimento dessa ordem, primeira providência, a meu ver, para a qual esta Comissão deve voltar sua atenção.

243. *Ibid*, pág. 78

244. *Ibid*, pág. 80



E logo ele se volta à sua prioridade na definição de uma possível ordem monetária, uma política ortodoxa e contracionista.

As medidas que se me afiguram mais adequadas e mais urgentes para estancar a inflação são: As medidas que se me afiguram mais adequadas e mais urgentes para estancar a inflação são:

- a) Redução do volume de obras e investimentos do Governo Federal ou por ele patrocinados;
- b) Restrição e controle pelo Banco Central (cujo embrião parece ser a recente Superintendência da Moeda e do Crédito) da quantidade como do destino do crédito;
- c) Obrigação para os Institutos de Previdência Social e autarquias de investir a maior parte de suas disponibilidades em títulos do Tesouro e em depositar seus saldos monetários no Banco do Brasil;
- d) Obrigação para todos os bancos de manter, no Banco Central, reservas proporcionais a seus depósitos, em percentagens variáveis com a conjuntura (também recentemente adotada no decreto que criou a Superintendência da Moeda e do Crédito)
- e) Utilização das letras do Tesouro para venda aos bancos em vez de instrumento de redesconto e emissão de papel-moeda;
- f) Esterilização pelo Banco do Brasil dos depósitos relativos a “certificados de equipamento”, a “depósitos especiais” e às providências b, c e d acima;
- g) Redução da quantidade de papel-moeda emitido para financiar as exportações, quando se inverter a corrente de comércio, com predomínio das importações;
- h) Liberdade de exportação do ouro de produção nacional, cessando sua compra pelo Banco do Brasil e venda ao público do ouro disponível no país, ao preço do mercado <sup>245</sup>.

No terceiro capítulo da segunda parte, o economista examina outro tema, o do comércio exterior.

1) — Ao cuidar das vantagens que podemos auferir das trocas internacionais e portanto da orientação de nossa Política Econômica Internacional, precisamos, antes de mais nada, acabar com o ESPÍRITO MERCANTILISTA porque vem sendo há tanto tempo orientada essa nossa política. A idéia ainda dominante entre nossos homens de negócio e até homens de Estado é a de que o país lucra quando o comércio com outros países apresenta saldos que lhe proporcionam disponibilidades em moeda estrangeira e perde quando, ao contrário, o balanço lhe é “desfavorável”. Exportar o mais possível e importar o menos possível é o lema dominante. Pensa-se em exportação como a operação que traz dinheiro para o país e em importação como a que o retira <sup>246</sup>.

(...)

As transações do comércio internacional tem de ser encaradas em seu aspecto real de troca de mercadorias por outras mercadorias. E a maior ou menor vantagem que um país tira do comércio internacional depende da quantidade de mercadorias que ele entrega pela exportação em troca das que recebe por importação. Essa vantagem é expressa pela “relação de trocas” (terms of trade), que é o quociente do índice de preços das mercadorias que se importam pelo índice de preços das mercadorias que se exportam <sup>247</sup>.

245. *Ibid*, pág. 92

246. *Ibid*, pág. 102

247. *Ibid*, pág. 102

Raciocinando com base na teoria das vantagens comparativas, ele se contrapõe ao protecionismo:

O único argumento em favor do protecionismo aduaneiro é o de que ele é necessário para dar às indústrias nascentes do país o tempo indispensável para adquirirem a experiência e se familiarizarem com a técnica de uma produção nova. Foi com base nesse argumento que Friedrich List, o arauto do protecionismo, propôs a sua adoção na Alemanha da segunda metade do século XIX. E, de fato, vinte cinco anos depois da Guerra de 1870, a indústria alemã concorria com as indústrias inglesa e americana em todos os mercados mundiais. List dizia que os direitos aduaneiros deviam ser “moderados e temporários”; não superiores a 25% porque, dizia ele, se a indústria doméstica parte de início com tão grande desvantagem que precisa de proteção maior, então haverá pouca probabilidade de que ela jamais se torne independente. Vinte cinco a trinta anos era o prazo que List indicava como suficiente para o amparo a qualquer indústria nacional <sup>248</sup>.

Seu pensamento torna-se concreto quando ele se coloca diante das entidades empresariais brasileiras:

Longe, entretanto, de se moderar, as exigências das indústrias, expressas por suas associações de classe e pelos seus próceres, só fazem crescer. Em uma das teses apresentadas ao Congresso das Indústrias de São Paulo, lê-se nada menos do que o seguinte: “a tarifa protegerá os produtos aqui manufaturados, na medida das necessidades de nosso país, por meio da incidência de pesados (o grifo é nosso) direitos”. “Conclusão 5.a — A tarifa deverá ser revista anualmente por peritos da Fazenda com a colaboração obrigatória (o grifo é nosso) de peritos (sic) indicados pelas grandes associações representativas das classes produtoras. E qualquer modificação de emergência obedecerá a esse critério...”

Mas o melhor dessa tese é sua referência à famosa Teoria do Protecionismo do Sr. Manoilescu, “a quem cabe a glória de haver dado caráter científico ao protecionismo”! (Pobre ciência.)

Esse livro do Sr. Manoilescu foi mandado traduzir para o português pelo “Centro das Indústrias de São Paulo” e distribuído como uma espécie de bíblia do protecionismo. Entendia o autor que o protecionismo estava a carecer de uma base intelectual condigna (sic). (...)

Pretende Manoilescu que quando a “vantagem comparativa” de uma nação, em termos de trabalho (ou de capital), se verifica em atividades de baixa produtividade por unidade de trabalho (ou de capital), o princípio dos custos comparativos de Ricardo deixa de ser verdadeiro. Manoilescu baseia seu argumento na existência de diferenças permanentes de salários entre as várias ocupações, as quais são devidas, em sua opinião, à diferença na respectiva produtividade marginal do trabalho <sup>249</sup>.

Gudin logo vocaliza suas teses sobre livre-comércio, ao falar da taxa cambial:

O protecionismo num país como o Brasil, de câmbio cronicamente cadente, pode ser medido pela soma de duas parcelas: a da tarifa aduaneira propriamente dita e a que

248. Ibid, pág. 107

249. Ibid, págs. 108-109

resulta da taxa cambial. É que nas fases de inflação, em que repetidamente incidimos, acontece que o excesso de meios de pagamento produz, sem demora, seus efeitos na queda da taxa cambial, enquanto que só lenta e gradativamente vai produzindo o encahecimento da vida e, mais lentamente ainda, forçando o aumento de salários. As mercadorias importadas encarecem desde logo proporcionalmente à queda da taxa cambial, enquanto o custo de produção das mercadorias produzidas no país só muito lentamente vai subindo. Daí a margem de proteção de que se beneficia a indústria nacional durante esse período. A mercadoria estrangeira encarece desde logo, ao passo que o custo de produção da mercadoria nacional só muito lentamente se vai agravando. Excepcionalmente — e pela primeira vez, creio eu, em nossa história econômica — verifica-se neste momento o fenômeno oposto. O poder de compra da moeda nacional decaiu consideravelmente; os salários são repetidamente elevados por lei e por força da inflação, ao passo que as taxas cambiais estão francamente acima das taxas naturais correspondentes a paridade do poder de compra. A indústria nacional sofre atualmente de uma desproteção. Sua margem de proteção em vez de ser igual à tarifa aduaneira mais o efeito do câmbio cadente é igual a esta tarifa menos o efetivo de um câmbio artificialmente mantido a taxa mais elevada do que a real. No momento atual, está muito reduzida a importação de mercadorias estrangeiras concorrentes das nacionais, mas se, restabelecida a normalidade das trocas internacionais, se quiser assegurar à nossa indústria a margem protecionista que lhes dá a tarifa aduaneira, importa reajustar as taxas cambiais ao nível natural da paridade do poder de compra. Na atual situação, quem goza de proteção é a mercadoria estrangeira e não a nacional <sup>250</sup>.

No quarto e último capítulo, intitulado *Industrialização e produtividade*, Gudín volta-se para as assimetrias internacionais, acusando ser falsa a idéia da industrialização como característica do desenvolvimento:

Um dos argumentos mais correntes a favor de nossa industrialização é o de que os países industrializados são ricos e os países de economia agrícola ou extrativa são pobres. Como principio, não é verdadeiro. Onde as terras são férteis e planas, onde se praticam a irrigação e a drenagem, onde se dispõe dos conhecimentos técnicos e dos elementos necessários à adubação, onde se faz uso das máquinas agrícolas para preparar o solo, para semear, para capinar e mesmo para colher, onde se disseminam a instrução e a técnica, a economia agrícola pode formar um país muito rico e de alto padrão de vida. Para nós brasileiros, basta que olhemos para a Argentina <sup>251</sup>.

(...)

Tudo está na produtividade. Aqui mesmo dentro do país, temos regiões que produzem 100 toneladas de boas canas por hectare contra outras que só produzem 30; temos zonas de 200 arrobas e zonas de 30 arrobas por mil pés de café. Precisamos é de aumentar nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente, isto é, capacidade para exportar. E se continuarmos a expandir indústrias que só podem viver sob a proteção das “pesadas” tarifas aduaneiras e do câmbio cadente, continuaremos a ser um país de pobreza, ao lado do rico país que é a Argentina <sup>252</sup>.

250. Ibid, págs. 111-112

251. Ibid, pág. 115

252. Ibid, pág. 116

Em seguida, o autor vocaliza suas teses sobre o desenvolvimento como determinação da natureza e a sina destinada ao Brasil:

Não se pode dizer que a Natureza tenha sido especialmente generosa para conosco em suas dádivas de terras férteis e planas. Abstraindo das regiões amazônica e mato-grossense, ainda não propriamente incorporadas a economia do país, a nossa topografia é predominantemente acidentada e portanto inimiga do arado e propicia a erosão. Mesmo as famosas “meias laranjas” de São Paulo, de inclinação excessiva, defendem-se mal contra a erosão e, uma vez desnudadas, esgotam-se em 30 anos. Não tivemos da Natureza nenhum presente régio como as planícies da província de Buenos Aires ou da Ucrânia. E o transporte, naturalmente custoso em regiões acidentadas, é pouco propício aos produtos de pouco valor em relação ao peso. Não podemos, portanto, deixar de procurar explorar nossas possibilidades industriais e extrativas, a par de nossa economia agrícola <sup>253</sup>.

Após aparentemente lamentar o rumo pré-traçado ao país, quase ao final, o economista volta-se para a necessidade de financiamento externo para a economia nacional e a necessidade de se atrair divisas. Trata-se de um libelo à primazia ao capital estrangeiro, que deve gozar de todas as facilidades e liberdades locais:

Um país como o nosso, em que a renda nacional e, portanto, as sobras de disponibilidades para investimento são ainda muito escassas, não pode dispensar o concurso do CAPITAL ESTRANGEIRO, sob pena de retardar consideravelmente seu ritmo de progresso.

Os dois principais problemas relativos ao capital estrangeiro são: o da boa ou má aplicação que se lhe dá e o da criação das condições necessárias para atraí-lo.

(...)

Quanto às condições para atrair o capital estrangeiro, importa, de início, considerar que o capital emigra pelas mesmas razões que o homem emigra: para obter uma melhor remuneração, em igualdade de condições quanto ao risco. Porque a taxa de juros se decompõe em duas parcelas: a taxa básica no país de origem, mais uma taxa que será tanto mais elevada quanto maior for o risco. O capital em excesso nos grandes países credores emigrará de preferência para o Brasil ou para a Argentina, ou para a Índia, ou para a China, conforme o risco, isto é, conforme o tratamento que receber em cada um desses países.

Podem-se formular cinco condições essenciais para atrair o capital estrangeiro: a) a estabilidade cambial. (...); b) a faculdade de livre entrada e saída de capital. (...); c) igualdade de tratamento com o capital nacional, isto é, mesmas taxas de imposto de renda e mesmos ônus de qualquer natureza, isto é, ausência de nacionalismo em matéria de capital; d) atitude do Estado em relação ao capital, nacional ou estrangeiro (...); e) taxas moderadas de imposto de renda (para o capital estrangeiro como para o nacional) . <sup>254</sup>.

Gudin faz uma alentada síntese de seu pensamento, nas conclusões do texto. É uma parte importante da polêmica, pois se trata, na verdade, de um programa econômico de

253. Ibid, pág. 116

254. Ibid, págs. 125-126

matriz ultraliberal, apresentado, possivelmente, pela primeira vez de forma articulada e completa no Brasil.

### 1) Economia liberal

Ao engenho e a capacidade da iniciativa privada, amparada e fomentada pelo Estado, cabe promover o bem-estar econômico e a melhoria do padrão de vida do povo brasileiro:

II

Ao Estado cabe cooperar com a iniciativa privada, através de medidas legislativas e administrativas, que permitam e facilitem a livre expansão de seus empreendimentos.

III

Deve o Estado abster-se de participar dos empreendimentos da seara da iniciativa privada ou de com eles concorrer por meio de organizações ou entidades estatais, paraestatais ou mistas.

IV

O capitalismo de Estado, além de incompatível com o regime democrático de governo, padece de decisiva inferioridade quanto à capacidade do melhor e mais eficiente aproveitamento dos fatores de produção:

V

Recomenda-se, portanto, que o Governo promova o retorno gradativo ao campo da economia privada dos empreendimentos industriais do Estado e que, também gradativamente e à medida que se for normalizando a situação econômica nacional e internacional, suprima o controle ora exercido sobre vários setores da economia privada pelos respectivos Institutos.

VI

O regime da livre concorrência e da liberdade de iniciativa deve constituir o incentivo básico para a melhoria do aparelhamento, da técnica, da organização e da eficiência dos empreendimentos.

VII

Recomenda-se a criação junto ao Ministério Público de um organismo técnico-jurídico, ao qual caberá combater os monopólios, os trusts, os cartéis, os abusos de direitos de patentes e outras manobras de restrição da produção e alta artificial de preços.

### 2) Formação e aplicação de capital

VIII

Tendo em vista, em um país de população crescente e escassez de capitais, a importância do problema da formação de capital e de sua melhor aplicação, recomenda-se:

- a) que o Estado procure animar e estimular os investimentos de capitais privados em aplicações proveitosas para a economia nacional, dando-lhes o tratamento que merecem os que procuram honestamente colaborar para o enriquecimento do país, respeitando seus direitos e contratos, assegurando-lhes a necessária estabilidade de legislação e abstendo-se de com eles concorrer;
- b) que a política monetária tenha como principal objetivo a manutenção da estabilidade do poder de compra da unidade monetária;
- c) que, sob a regência do Banco Central, a política de crédito seletivo procure encaminhar os capitais disponíveis para aplicações proveitosas para a economia nacional e desviá-los dos negócios especulativos e inflacionados;

- e) que, independentemente da acertada tributação dos lucros extraordinários decorrentes do Estado de guerra, seja a política tributária orientada no sentido de não agravar a tributação dos lucros auferidos por empreendimentos proveitosos para a economia nacional e de aliviar essa tributação sobre a parte desses lucros reinvestidos nos ditos empreendimentos para melhoria de sua produtividade técnica;
- f) que a política aduaneira seja orientada no sentido de evitar que margens excessivas de proteção à indústria nacional dispensem o esforço para a melhoria da produtividade e constante aperfeiçoamento da maquinaria e assim atraíam o capital para investimentos de baixa produtividade e altos custos de produção;
- g) que uma parte das economias coletivas sob a guarda dos Institutos de Previdência Social, das Caixas Econômicas e das Companhias de Seguros seja aplicada em investimentos proveitosos para economia nacional, de preferência sob a forma de debêntures ou ações preferenciais;
- h) que, para incrementar a congregação de capitais individuais em empreendimentos, sob a forma de sociedades anônimas, seja criado um organismo semelhante ao da Securities Exchange Commission americana, com o fim de certificar a integral veracidade das informações ou prospectos relativos a títulos oferecidos à subscrição pública, controlar sua admissão a cotação em Bolsa e evitar pirâmidações, manobras especulativas e outros abusos;
- i) que se dê ao capital estrangeiro aplicado em investimentos proveitosos ao país favorável acolhimento e igualdade de tratamento em relação ao capital nacional;
- j) que, para isso, se procure manter a estabilidade cambial, nos termos em que foi definida na Conferência de Bretton Woods;
- k) que se suprimam quaisquer restrições ou impostos que incidam sobre a remessa de lucros, juros ou dividendos de capitais estrangeiros investidos no país.

### 3) Comércio exterior

#### IX

A fim de incentivar a criação de novas indústrias, de amparar as indústrias nascentes e de proporcionar às que já estão de há muito fixadas no país o tempo necessário para reabilitarem suas condições de produtividade técnica, recomenda-se uma tarifa aduaneira de proteção às indústrias nacionais cujas possibilidades econômicas lhes permitam, de futuro, tornarem-se independentes e dispensar a proteção.

#### X

A margem de proteção aduaneira (tarifa mais taxas acessórias) a ser concedida às indústrias nacionais não deverá, salvo casos excepcionais e motivos imperiosos, exceder de 33% sobre o valor médio CIF dos produtos similares importados, da mesma qualidade.

#### XI

Para isso, deverá a tarifa aduaneira ser periodicamente revista a fim de reajustar as taxas fixas do imposto às variações médias dos preços dos produtos importados.

#### XII

A fim de gradativamente corrigir o desajustamento que ora se verifica no comércio exterior, em detrimento da exportação e incremento artificial da importação, recomenda-se que, enquanto não se normalizarem o comércio e a navegação internacionais e enquanto perdurarem os controles cambiais, proceda-se a uma gradativa aproximação

das taxas cambiais ao nível de paridade do poder de compra do cruzeiro e das moedas estrangeiras, acabando-se com o regime de licença prévia.

#### XIII

Recomenda-se que, de cinco em cinco anos, se proceda a um inquérito industrial para averiguar o grau de progresso realizado na produtividade técnica dos vários ramos da Indústria Nacional, a fim de gradativamente reduzir a margem protecionista, proporcionalmente à melhoria dessa produtividade.

O critério dessa redução será o de manter a margem necessária à proteção dos estabelecimentos de melhor produtividade em cada ramo industrial, concedendo-se um prazo de 3 anos para a entrada em vigor da redução de tarifa, a fim de dar tempo aos demais estabelecimentos para melhorarem seu aparelhamento e sua organização e assim equipararem sua produtividade a daqueles.

#### XIV

Recomenda-se que nas próximas conferências internacionais sobre questões econômicas empregue o governo seus melhores esforços para a efetivação de um acordo internacional com o objetivo de preservar a relativa estabilidade dos preços dos produtos primários, nos termos indicados na proposta da Delegação Brasileira à Conferência de Bretton Woods.

### 4) Industrialização e produtividade

#### X V

Recomenda-se a nomeação de uma comissão especial para proceder a amplo inquérito sobre as atividades industriais do país, com o fim:

- a) de trazer ao conhecimento desta comissão e do governo o balanço quantitativo e qualificativo da capacidade, da produtividade, da eficiência e das possibilidades econômicas de cada um dos principais setores da atividade industrial do país;
- b) análise e indicação das providências, meios e métodos para a correção das deficiências verificadas, com o estudo comparativo dos preços de produção no país e no estrangeiro, tendo em vista a melhoria do padrão de vida do povo brasileiro como principal objetivo a colimar;
- c) sugestão das medidas de incentivo e amparo que o Estado pode oferecer a expansão e a produtividade do aparelhamento econômico das empresas existentes ou das que se fundarem, em cada um dos setores da atividade industrial.

#### X V I

Que a esse objetivo seja aplicada a maior parte da verba concedida a esta comissão:  
Que a comissão incumbida de realizar esse inquérito seja autorizada a contratar técnicos nacionais e estrangeiros e provida de todos os recursos necessários ao bom cumprimento de sua importante missão.

#### XVIII

Que se proceda igualmente, por meio de outra Comissão Especial, a um inquérito semelhante sobre o grau de produtividade técnica das principais atividades agrícolas do país, indicando as medidas necessárias para a melhoria dessa produtividade.

### 5) Educação técnica

#### XIX

Sem prejuízo de mais detalhadas conclusões sobre a matéria, que a comissão venha a aprovar, recomenda-se ao governo federal, aos governos estaduais, as Universida-

des, às fundações e às grandes empresas que destinem a maior parcela possível de seus recursos à criação em grande escala de escolas técnicas eficientes, à importação de professores estrangeiros especializados e capazes, ao custeio no estrangeiro da aprendizagem de profissões técnicas por milhares de jovens brasileiros preparados e selecionados e a criação de centros de pesquisas e laboratórios com o necessário aparelhamento material e superior direção técnica.

#### 6) Problema monetário e de crédito

XX

Como providência indispensável ao controle da inflação, especialmente na atual conjuntura de aguda deficiência de fatores de produção, recomenda-se uma imediata redução do volume de obras e investimentos do governo federal ou por ele patrocinados.

XXI

Com o mesmo objetivo, recomenda-se a intensificação, pelo Banco Central ou por quem suas vezes fizer, da política de restrições do crédito aos setores inflacionados e o controle seletivo da quantidade e do destino do crédito suprido pela rede bancária do país — estendendo-se essa providência às caixas econômicas, aos institutos de previdência social e às Companhias de Seguros.

XXII

Recomenda-se igualmente a obrigação, para os ditos institutos e caixas, como para as autarquias, de investir a maior parte de suas disponibilidades em títulos do Tesouro Nacional e de depositar seus saldos monetários no Banco do Brasil.

XXIII

Recomenda-se a efetivação da providência recentemente decretada pela qual todos os bancos de depósitos e descontos são obrigados a manter no Banco Central (provisoriamente, Superintendência da Moeda e do Crédito), reservas proporcionais a seus depósitos, em percentagens variáveis com a conjuntura.

XXIV

Recomenda-se a utilização efetiva das letras do Tesouro ao objetivo para que foram criadas, de instrumento de absorção dos excessos de caixa dos estabelecimentos bancários.

XXV

Recomenda-se o investimento em títulos do Tesouro de todas as importâncias recolhidas ao Banco Central, a título de “certificados de equipamento” ou “depósitos especiais”.

XXVI

Recomenda-se que, assim que se inverter a corrente do comércio exterior com predomínio das importações, seja reduzida a quantidade de papel-moeda emitida, durante os últimos anos, para financiar o excesso das exportações.

XXVII

Recomenda-se a imediata e absoluta cessação da compra de ouro pelo Tesouro Nacional, dando-se plena liberdade de venda desse ouro (inclusive o ouro aqui existente no Banco do Brasil) ao público, pelo preço livre do mercado.

#### 7) Renda nacional — Balanço de Pagamentos, etc.

XXVIII

Considerando que para a análise da situação econômica do país e orientação de sua política econômica é indispensável o conhecimento, em tempo útil, dos dados relativos



à renda nacional, ao balanço de pagamentos e a outros índices da atividade econômica; considerando que, mesmo nos países mais adiantados, a estatística e a análise dos dados relativos à renda nacional são confiados a economistas especializados; e considerando o enorme proveito que, para a economia nacional, se pode tirar dos referidos elementos estatísticos, recomenda-se que ao Instituto Brasileiro de Estatística seja concedida uma dotação específica anual para a coleta e o preparo dessas estatísticas, bem como a autorização para contratar economistas nacionais ou estrangeiros, especializados na matéria.

#### 8) Equilíbrio Econômico

XXIX

Recomenda-se que a seção de estudos econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda, de posse dos dados estatísticos relativos à renda nacional, ao balanço de pagamentos, produção, ao consumo, aos stocks, às economias, aos investimentos em curso ou projetados, aos movimentos de capital estrangeiro, aos vários índices da atividade industrial, agrícola, extrativa e de transportes, seja encarregada de proceder a análise da conjuntura econômica e de indicar as medidas adequadas para dominar, de início, qualquer movimento espiral de inflação ou deflação e para manter a situação de pleno emprego, de melhor aproveitamento dos fatores de produção e de equilíbrio entre as atividades econômicas de consumo e de investimento.

XXX

Recomenda-se ainda que, mediante uma adequada política de crédito, se procure regular a atividade dos investimentos privados, incentivando-os seletivamente nas fases de depressão e restringindo-os nas de prosperidade; e bem assim que as obras de utilidade pública dos governos federal, estaduais e municipais e das empresas concessionárias de serviços públicos sejam estimuladas nas fases de depressão e desemprego e retardadas nas fases de prosperidade e pleno emprego.

#### 9) Banco Central

XXXI

Recomenda-se que, uma vez dominada a atual inflação, regularizada a situação monetária e restabelecidas a normalidade do comércio internacional e a paridade das taxas cambiais com o poder de compra da unidade monetária nacional, seja criado o Banco Central <sup>255</sup>.

### A tréplica de Simonsen

Em junho de 1945, três meses depois do documento de Gudin, Simonsen volta à carga, na Comissão de Planejamento Econômico, com um artigo de nome semelhante ao seu primeiro, *O planejamento da economia brasileira*. Desta vez, ele busca melhores argumentos. E é direto:

O planejamento adotado nos países em guerra tem que ser substituído por outro que permita um razoável reajustamento às solicitações da paz. Se não forem tomadas a tempo as necessárias providências, verificar-se-ão, dentro em pouco, inevitáveis crises de proporções assustadoras.

---

255. Ibid, págs. 132-141

Na Rússia desenvolveu-se, como em nenhuma outra região, a técnica do planejamento econômico, com caráter nacional. Foi a adoção anterior dessa técnica que facilitou a extraordinária resistência que a nação soviética pode oferecer às invasões de Hitler.

É de se acentuar que o sistema de governo, a coletivização da propriedade e o planejamento econômico desse país são três coisas diferentes, historicamente entrelaçadas, mas que não têm, lógica ou praticamente, dependência uma das outras.

A Rússia Soviética fará, com maiores facilidades que outras nações, a transição da economia de guerra para a da paz, não porque tenha um governo ditatorial, ou porque todas as suas indústrias são propriedade do Estado, mas em virtude da sua maior experiência no planejamento econômico.

Essa superioridade da União Soviética concorre para perturbar, seriamente, a opinião mundial, porque o grande público não poderá distinguir, claramente, entre a sua forma de governo e a sua técnica de planejamento, daí decorrendo, para as massas, a impressão de que só o comunismo será capaz de salvar o mundo de um colapso econômico.

O planejamento econômico russo, no entanto, se firmou, em grande parte, nos ensinamentos, na técnica e nos aparelhamentos dos países capitalistas <sup>256</sup>.

Em seguida, em uma parte denominada *Intervencionismo de Estado no Brasil*, o dirigente empresarial prossegue:

No Brasil, a fraqueza e a instabilidade econômicas nos levaram a adoção de uma série de planejamentos parciais e intervencionismos de Estado, sempre reclamados pelos produtores em dificuldades e, quase sempre, mais tarde, por estes mesmos, condenados. (...)

Não se trata de escolher entre a presença ou a ausência do intervencionismo, mas, sim, entre o bom e o mau intervencionismo <sup>257</sup>.

Páginas à frente, outro tema sensível, *O planejamento e a iniciativa privada*:

O planejamento representa uma coordenação de esforços para um determinado fim. Se a renda nacional é baixíssima, se os níveis de vida, em grandes zonas, são miseráveis, se possuímos recursos naturais de monta e extensos espaços de terra não aproveitados, se a técnica e a ciência modernas oferecem os instrumentos essenciais para, dentro de um planejamento racional, corrigir esse Estado de atraso, por que não adotá-lo? É um erro supor que o conceito de planejamento se prenda, obrigatoriamente, a escolas políticas ou econômicas antidemocráticas.

O Estado liberal vem planejando, de há muito e progressivamente. Se a expressão é nova, a realidade é velha, O planejamento apresenta-se, hoje, como técnica de maior vulto, porque os problemas se tornaram muito complexos e enormes têm sido os progressos verificados nas ciências econômicas, sociais e na tecnologia em geral.

A dada altura, Simonsen procura despolitizar o tema:

O planejamento econômico é uma técnica e não uma forma de governo. Não exclui os empreendimentos particulares. Pelo contrário. Cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da

---

256. Ibid, pág. 150-151

257. Ibid, págs. 151-152

iniciativa privada, que esta intimamente ligada ao conceito da propriedade. Nos países em que existe o sufrágio universal e onde a maioria dos votantes não é proprietária, a propriedade privada só se manterá em sua plenitude enquanto essa maioria estiver convencida de que o exercício desse direito representa o verdadeiro interesse da sociedade em conjunto <sup>258</sup>.

Simonsen busca mostrar que, além de ser a diretriz mais correta, o planejamento contava com legitimidade entre o empresariado:

Todas essas circunstâncias foram devidamente apreciadas no Congresso Brasileiro de Indústria e na Conferência das Classes Produtoras de Teresópolis. Naquele Congresso foram votadas 113 conclusões referentes aos vários aspectos do planejamento <sup>259</sup>.

A resolução é citada, em seguida:

O CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA RECOMENDA:

117 — Que a planificação econômica do Brasil seja orientada como técnica econômica e de forma a assegurar, na sua execução, a plena cooperação de todas as atividades produtoras do país <sup>260</sup>.

Quando passa ao ataque em relação a Gudin, Simonsen menciona algumas passagens em que o economista conservador usa de sua proverbial agressividade. Abaixo, algumas expressões utilizadas pelo economista carioca arroladas pelo empresário:

“Só as mentalidades impermeáveis aos ensinamentos dos fatos podem acreditar ainda na validade dos princípios do laissez-faire econômico e nos seus corolários políticos”, “Só os ignorantes ou os inconscientes não se alarmarão com essa situação”, “Só uma ignorância especializada de teoria e prática cambial concebe que o dólar possa continuar a ser comprado pelo mesmo preço em cruzeiros por que o era antes da guerra” <sup>261</sup>

Simonsen ironiza tais expressões em uma parte intitulada *Outros tempos, outras palavras*.

De que linguagem diferente usava, no entanto, o sr. Gudin, em relação ao senhor Ministro da Fazenda, quando, em maio do ano passado, escrevia artigos como aquele célebre “Discurso que não farei”...:

(...) [Agora] Ataca de rijo o senhor Ministro do Trabalho quando, em relação ao cálculo da renda nacional, declara (...) [ser] “uma leviandade chamar-se a isso de renda nacional”. Esse isso pejorativo é o índice do Ministério.

(...)

E os ataques à indústria nacional? Contra o nosso parque manufatureiro o relator despejou toda a sua zangada sabedoria. Realça, a seu modo, a “proteção paternalística do Estado aos interesses dos atuais industriais” e previne — não sabemos se ao governo que tanto atacou, ou aos particulares. (...) É partidário convicto da agricultura, mos-

258. Ibid, pág. 153-154

259. Ibid, pág. 156

260. Ibid, pág. 156

261. Ibid, págs. 158-159

trando não compreender, no seu alto, verdadeiro sentido, o curial entrosamento das duas atividades — rural e industrial.

(...)

Mas a artilharia grossa do relator está principalmente concentrada contra os “forjadores de planos”; é contra eles que S. S<sup>a</sup> alinha toda a sua formidável erudição... O fogo de barragem que quer criar é praticamente intransponível para nós outros, pobres mortais, simples amadores em matéria de estudos econômicos, que, não conhecendo — na opinião do autor — Robertson, Hansen e Haberler, estamos, por certo, condenados ao extermínio <sup>262</sup>.

A ironia chega ao clímax na seguinte passagem:

O autor mais freqüentemente citado em seu trabalho é ele próprio. Cita-se, recita e excita-se continuamente com essas auto-referências, seguindo um ramo ascendente num ciclo que não é, positivamente, o econômico <sup>263</sup>.

No capítulo subsequente, Simonsen volta-s e para a renda nacional. E dispara contra Gudin:

Na ânsia de procurar desmoralizar os trabalhos desse conselho, o relator lança mão do processo pouco recomendável de me atribuir conceitos e definições que não são meus, de fazer largas transcrições truncadas e de desvirtuar expressões que nunca poderiam ser deturpadas: tudo isso, para procurar corrigir o que, de fato, não está errado, mas que foi alterado, ao talante de sua volúpia demolidora.

Combate, violentamente, o ilustrado professor, o cálculo da renda nacional apresentado pelo Ministério do Trabalho e as referências que faço sobre conceito de renda ou sugestões para um índice de renda nacional <sup>264</sup>.

Após uma longa digressão sobre o conceito de renda, Simonsen conclui:

O relator [Gudin] mostra uma grande preocupação em descobrir uma “série” de “erros primários” no cômputo da renda nacional feito pelo Ministério do Trabalho. Mas ele próprio reconhece que não se poderá, no momento, avaliar rigorosamente essa renda, tanto que propõe (pág. 134) seja concedida uma verba suficiente ao IBGE para contratar técnicos e fazer os levantamentos necessários.

O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em sua totalidade, sabia que o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho havia lançado mão de um processo estimativo, mas um dos poucos possíveis à vista dos elementos existentes para o cálculo da renda nacional. Em sua longa exposição, esse departamento precisou, minuciosamente, os seus cálculos e a natureza do método adotado, sem nunca ter tido a pretensão de chegar a qualquer resultado que não fosse “aproximado” <sup>265</sup>.

---

262. Ibid, págs. 160-161

263. Ibid, pág. 162

264. Ibid, pág. 162

265. Ibid, pág. 168

Em seguida, denuncia, em um longo trecho:

Quando, porém, quer apontar erros primários, que todos sabem existir num cálculo desse caráter, o Sr. Gudin comete “equivocos” indesculpáveis.

Enumerando os erros que “descobre” diz ele:

“Além das mercadorias e serviços ‘de consumo’, os rendimentos auferidos, isto é a renda nacional, correspondem em boa parte, aos ‘investimentos’. Ai está o terceiro erro do cálculo do Ministério do Trabalho, que não computa os investimentos. Uma parte apenas das mercadorias de produção se aplica a compensar a ‘depreciação’ da maquinaria e instalações, cujo valor se inclui no das mercadorias de consumo produzidas; tudo mais é investimento”.

Mas ai o erro é do relator. A crítica procederia se o cálculo se baseasse na soma dos artigos de consumo, agrícola e industriais; mas ele se baseia na “capacidade de absorção”, ou seja, na soma de todas as mercadorias agrícolas e industriais, sejam elas de consumo ou bens de produção. Os investimentos já estão, pois, incluídos.

Mas se as censuras feitas ao autor do parecer, em relação a renda nacional, carecem de qualquer fundamento, as alegações do sr. Eugênio Gudin atingem fantasia sem par quando diz:

“O maior erro, porém, do cálculo feito pelo Ministério do Trabalho esta em que ele inclui, na renda nacional, o valor das mercadorias importadas do estrangeiro (?) (que são renda nacional dos países que as exportaram e não nossa) e subtrai o valor das mercadorias que exportamos (I) (que são legitimamente renda nacional brasileira). Isso fez o Ministério, copiando um método de cálculo de renda nacional feito há muito anos por Sir Josiah Stamp, para o caso da Inglaterra, ao tempo em que ainda não existiam nesse país os elementos estatísticas necessários para esse cálculo. A Inglaterra, ao tempo que Sir Josiah Stamp escreveu esse trabalho, era o maior país credor do mundo; importava mais do que exportava, por isso mesma que o saldo das importações sobre as exportações correspondia ao valor das mercadorias recebidas em pagamento dos juros e dividendos dos capitais ingleses investidos no exterior. Incluindo a importação e deduzindo a exportação, o que Stamp determinava eram os juros e dividendos dos capitais ingleses investidos no estrangeiro. No Brasil a situação é muito outra, país devedor que é, em vez de país credor como a Inglaterra. O Brasil, ao contrário da Inglaterra, exporta normalmente mais do que importa, a fim de poder pagar o que deve ao estrangeiro.

Para o Brasil, seria o caso de fazer o contrário do que fez Sir Josiah Stamp e que o Ministério do Trabalho copiou; seria somar a exportação e deduzir a importação, o que importaria em somar o saldo (se líquido fosse) de nosso comércio exterior”.

Ora, se o Ministério do Trabalho adotou, para o cálculo da renda nacional, o conceito do consumo, é evidente que teria de excluir do total da produção os valores exportados, que não foram consumidos pelos habitantes do país: Se esses valores que foram exportados já estavam incluídos no cálculo da produção, como acrescentá-los, novamente, somando a exportação, como quer o Sr. Gudin? <sup>266</sup>

Além disso, Simonsen acusa Gudin de mutilar suas teses, ao transcrevê-las. E passa a citar várias passagens de suas argumentações que teriam sido adulteradas no debate. Em seguida, elabora seu conceito de planejamento.

---

266. Ibid, págs. 169-170

O planejamento é um esforço constante para dirigir a energia humana, objetivando uma finalidade racionalmente predeterminada. É uma técnica, um processo, uma metodologia, e não um sistema de governo. Como tal, pode ser adotado em toda e qualquer forma de governo. Num regime democrático, tem que ser elaborado e executado pelo consentimento consciente das suas forças vivas, sob o controle direto dos órgãos representativos desse regime, da imprensa e da opinião pública<sup>267</sup>.

Não poderia faltar a exposição de sua contrariedade à avaliação de Gudin sobre 1929:

A crise de 1929 levou os Estados Unidos a uma série de intervenções parciais, conhecidas sob o nome de New Deal, que permitiram aquela poderosa nação atenuar o grande mal-estar econômico ali reinante e resolver problemas sociais da maior relevância. A guerra obrigou os americanos a adotarem uma larga política de planejamento, cujos assombrosos resultados ainda estão sob nossas vistas. Em todas essas experiências, ficou evidenciado que o planejamento representa o trato de assuntos econômicos, sob um ponto de vista pragmático.

Não obstante as asserções de sonhadores, como o Sr. Eugenio Gudin e outros, é notável o que já se tem feito nos Estados Unidos em matéria de planejamento econômico. Ali, há quase um século, vem intervindo o governo no uso da terra e dos recursos naturais. Atente-se para a política de distribuição de terras aos colonizadores: à instituição, em 1862, do Homestead Act<sup>268</sup>; à campanha iniciada por Theodore Roosevelt para a conservação das terras não cultivadas; todas as medidas visando amparar a agricultura nacional, que nada mais representam do que intervenções governamentais, planejando a economia de vários setores sociais e regionais<sup>269</sup>.

(...)

O New Deal visou, principalmente, combater a depressão de 1929, coordenando as produções industrial e agrícola, eliminando a competição excessiva que prejudicava os próprios produtores, promovendo a construção de obras públicas, agindo sobre a moeda, o crédito e a balança do comércio, facilitando, enfim, um retorno à prosperidade, pelo combate ao desemprego, pelo aumento e melhor repartição da renda nacional e conseqüente elevação do nível de vida das classes menos favorecidas. No campo monetário, além de outras medidas, desvalorizou o dólar<sup>270</sup>. Essa desvalorização, não obstante as alegações do relator, influiu para aumentar o meio circulante, estimular a exportação, proteger o mercado interno, elevar o preço de importantes produtos e diminuir o desemprego, em uma conjuntura realmente difícil. Apesar de ser relativamente pequeno, àquela época, o comércio exterior dos Estados Unidos em relação às

267. *Ibid*, págs. 180-181

268. O Homestead Act, assinado por Abraham Lincoln (1809-1865), foi o dispositivo legal que possibilitou a ocupação do oeste dos Estados Unidos, no final do século XIX. Através dele, qualquer chefe de família, maior de 21 anos, que nunca tivesse se levantado em armas contra o governo, teria direito a um lote de terra devoluta em regiões fora dos limites das 13 colônias originais. A norma beneficiou 1,6 milhão de famílias entre 1862 e 1986.

269. *Idem*, pág. 183

270. A desvalorização do dólar em relação ao ouro, em abril de 1933, foi uma das mais importantes intervenções monetárias realizadas pelo governo Franklin Roosevelt, no bojo do New Deal. Isso possibilitou, internamente, aumentar em dólares a remuneração dos produtores agrícolas e industriais. Externamente, a medida barateou as exportações. Ela também contribuiu para reduzir a especulação financeira.

suas atividades comerciais; é preciso compreender que, no regime da produção em larga escala, uma pequena percentagem de seu total pode ter decisiva influência sobre o seu custo, e, em consequência, sobre o mercado interno e sobre o desemprego <sup>271</sup>.

(...)

Já mencionamos que a finalidade do New Deal não era unicamente esse rendimento econômico, mas tinha, ainda, um grande objetivo social. Não pode, portanto, ser julgado por essas simples estatísticas de ordem econômica. As estatísticas, aliás, se prestam às mais diferentes interpretações, quando explicadas com pouca sinceridade.<sup>272</sup>

Adiante, o empresário fala da relação entre planejamento e democracia:

É possível que, num planejamento total, sofra restrições, sob certos aspectos, a liberdade individual. Mas no Estado moderno, mesmo sem esse sistema, existem numerosas restrições a liberdade. Nunca, porém, dentro desse planejamento, nos regimes democráticos, poder-se-á admitir o cerceamento das liberdades essenciais <sup>273</sup>.

Metódico, Simonsen vai rebatendo uma a uma as argumentações de Gudín. Quase ao final, apresenta um capítulo intitulado *Guerra à indústria nacional*, na qual investe contra os argumentos antiprotecionistas do oponente:

As críticas que faz sobre o protecionismo aduaneiro no Brasil são inteiramente injustas. As pautas aduaneiras, hoje fixadas em papel moeda, vem sendo progressivamente diminuídas desde 1934, pela desvalorização interna da nossa moeda e pelo abaixamento da quota percentual do valor dessas tarifas em relação ao valor das mercadorias importadas <sup>274</sup>.

Em determinado ponto, o fundador do Ciesp externa um argumento incisivo:

A política imperialista das grandes nações coloniais e a mão-de-obra a preços vis dos trabalhadores asiáticos são os maiores responsáveis pela nossa fraca contribuição ao mercado mundial dos produtos tropicais <sup>275</sup>.

### **A última resposta de Gudín**

Em 24 de agosto de 1945, Eugenio Gudín enviaria nova carta à Comissão de Planejamento. Logo de saída, reclama do adversário:

Atribui-me o dr. Roberto Simonsen (...) ressentimentos pessoais oriundos de debates no Congresso de Economia e azedumes contra os diretores de indústrias nacionais. De fato, nossas divergências são, em boa parte, nesse terreno, mas não no plano pessoal de ressentimentos ou azedumes inexistentes e sim no plano dos problemas nacionais a que esses assuntos estão ligados.

(...)

---

271. Idem, pág. 186

272. Ibid, pág. 187

273. Ibid, pág. 189

274. Ibid, pág. 200

275. Ibid, pág. 201

Não posso, por exemplo, concordar em que se nos impinjam como bons e valiosos, cálculos da renda nacional eivados de graves falhas e de erros, nem supostas teorias científicas do protecionismo.

(...)

Basta ver que as questões econômicas ainda são, entre nós, debatidas e decididas pelas chamadas “classes produtoras”. Como se o simples exercício de atividade econômica tivesse a virtude de infiltrar nos que a praticam os conhecimentos de ordem científica e técnica indispensáveis à compreensão dos fenômenos econômicos. Por mim, confesso que em 20 anos de atividade produtora nada aprendi que me suprisse os conhecimentos indispensáveis de economia pura ou aplicada.

Os congressos promovidos pelas “classes produtoras” são, além do mais, dominados pelas “entidades de classe”, especialmente pelas Federações das Indústrias que, enfeixando as posições-chave do conclave e recorrendo as táticas dos parlamentos políticos, fazem vingar conclusões e princípios ao sabor de suas preferências.

A seguir, ele volta ao debate sobre a renda nacional:

Dentre as muitas coisas feias de que me acusa o dr. Simonsen, figura a de ter feito proposital confusão entre cálculo da renda nacional propriamente dita e cálculo daquele que S. S. chama de “índice” da renda nacional.

(...)

O cálculo citado por Stamp (...) não é nenhum “índice” indireto da renda nacional da Inglaterra. É o próprio algarismo dessa renda nacional (...). Ali estão todos os elementos dessa renda.

O cálculo do Ministério do Trabalho não visa tampouco qualquer índice indireto ou correlativo e sim o próprio algarismo da renda nacional do Brasil, que ele chama de renda “geral” do Brasil <sup>276</sup>.

A controvérsia acontecia num período em que a sistematização de dados e informações sobre a sociedade e a economia brasileira começava a ser realizada de forma científica.

O dr. Simonsen parece supor quase impossível evitar a duplicação das matérias-primas, calcular o montante de juros e dividendos ou estimar o valor dos serviços. Mas não é tão complicado assim. As estatísticas chamadas do Inquérito de Defesa Econômica já nos dão hoje, mensalmente, para cada estabelecimento industrial, o valor das matérias primas e dos produtos acabados, O cálculo dos juros e dividendos, com um pouco de trabalho, o Banco do Brasil pode suprir; o cálculo do valor dos serviços talvez se possa fazer sem necessidade de dados estatísticos além dos que já possuímos.

(...)

Voltemos agora a examinar aquilo que eu chamei de “maior erro” do cálculo do Ministério do Trabalho, qual o de somar a importação e subtrair a exportação, para novamente explicar, com mais clareza ainda, se possível for, por que razão o cálculo está certo no caso de Stamp para a Inglaterra e errado no caso do Ministério do Trabalho para o Brasil. As contas de um país referentes a todas as suas transações correntes com os outros países

---

276. *Ibid.*, pág. 221



constituem o que se chama de “balanço anual de pagamentos em conta corrente” ou “balanço de rendimentos”. Esse balanço inclui todas as transações internacionais do país durante o ano, com exclusão do movimento de capitais e ouro. É clara a necessidade dessa exclusão dos capitais na conta corrente anual; se, por exemplo, um país realiza, em determinado ano, empréstimos externos, o valor desses empréstimos não constitui renda do país nesse ano, pela mesma razão por que um indivíduo não diz que ganhou mais em determinado ano porque nesse ano tomou capitais emprestados.

(...)

O erro do Ministério do Trabalho consiste em não ter compreendido o sentido do cálculo de Stamp para a Inglaterra (que é o de apurar o saldo do balanço anual de pagamentos em conta corrente e incluí-lo na renda nacional) e copiado servilmente o seu cálculo para o caso do Brasil, que é exatamente inverso do da Inglaterra<sup>277</sup>.

Em uma parte denominada de *Planejamento e intervencionismo do Estado*, Gudin ataca novamente o que julga ser um desvirtuamento do livre-mercado.

Diz o dr. Simonsen que, em matéria de planejamento, eu concordo com uma ação fragmentada, mas não admito a idéia de um largo planejamento. Talvez seja, portanto, oportuno esclarecer, mais uma vez, o sentido que, em meu relatório, procurei dar a “planejamento”.

(...)

Preliminarmente, creio que ninguém discutirá a necessidade de planejar integralmente a economia de guerra. Nem seria possível transformar uma economia de paz em economia de guerra, sem que o Estado dispusesse da faculdade de transferir a aplicação dos fatores de produção de um objetivo para outro. Por outro lado, o aumento quase inevitável da quantidade de meios de pagamento, a par da relativa escassez de mercadorias de consumo civil, exige o controle dos preços. E, como muito bem esclareceu o professor Jorge Kafuri, foi a falta de organização do serviço de controle de preços, de par com outros fatores, que deu lugar, entre nós, à alta excessiva de preços e aos vultuosos lucros extraordinários. Da maior imprudência seria igualmente a supressão desses controles, logo após a cessação das hostilidades<sup>278</sup>.

(...)

O perigo está em se querer prosseguir o regime econômico de emergência, ditado por circunstâncias excepcionais, da mesma forma que em matéria política governos procuram, não raro, prorrogar o Estado de sítio mesmo depois de cessadas as justas causas que o motivaram. Esses é que eu chamei de *new-dealers*.

Mais à frente, o economista se defende da acusação de ser contra a industrialização.

Eu não faço nem nunca fiz guerra à indústria nacional. Num país montanhoso, com terras pobres de húmus e ricas de erosão, seria um contra-senso não nos procurarmos industrializar.

É o que eu digo (...) em meu Relatório, desenvolvendo em seguida largamente a política a seguir para atrair a capacidade técnica e o capital indispensáveis à industrialização e tratando finalmente da “produtividade”<sup>279</sup>.

277. Ibid, págs. 223-224

278. Ibid, Págs. 226-227

279. Ibid, Pág. 229

Para encerrar, Gudin desfere uma acusação pesada.

O que o dr. Simonsen não quer é concorrência. O que ele quer é que o Estado, por um empréstimo obtido de governo a governo, proporcione aos industriais existentes a aquisição de novo aparelhamento e não permita a entrada de novos concorrentes. É o caso típico do que diz Mises: “O plano daria aos atuais proprietários e dirigentes das indústrias uma posição privilegiada contra possíveis novos e eficientes concorrentes” (Mises, “Omnipotent Government”, pag. 241).

### **Vida que segue**

A controvérsia, no âmbito da Comissão de Planejamento Econômico, encerra-se nessas linhas. O que seria inicialmente uma disputa econômica mostrou-se, antes de tudo, um enfrentamento político entre duas concepções de Estado e de sociedade.

Quem foi o vencedor? Difícil dizer. Pode-se constatar que Gudin estava mais bem aparelhado, do ponto de vista teórico, do que Simonsen. Dominava melhor as categorias e os conceitos da área do que o industrial paulista. A dada altura, em seu primeiro documento, ele elabora um programa econômico liberal para o país, algo até então inédito entre nós. Sob este prisma, o antigo engenheiro ganhou o debate.

Mas, se colocada em perspectiva histórica, a polêmica apresenta outra leitura. A partir do início dos anos 1950, o Brasil aprofunda a política desenvolvimentista e industrializante, iniciada após a Revolução de 1930. O fortalecimento do mercado interno e a orientação de substituição de importações, com forte presença do Estado, no bojo de inúmeras disputas políticas, dariam o tom até o início dos anos 1980. Por este viés, Simonsen afirmou na prática seus postulados.

Com a crise da dívida externa, a partir de 1982, o modelo é colocado em xeque e a disputa pública entre liberais e desenvolvimentistas ganha novos contornos. Aqui entra em cena um novo componente, ausente dos embates anteriores. Trata-se de uma vertente popular, materializada em um vigoroso movimento social, que geraria em sua esteira novas agremiações políticas e entidades de massa, em uma escala jamais vista no país. Esses novos atores reclamavam um desenvolvimento menos elitista, com maior distribuição de renda, justiça social e transformações estruturais na sociedade brasileira.

Mas essa já é outra história...

### **Os Autores**

ALOISIO TEIXEIRA é doutor em Economia pela Unicamp, Professor Titular do Instituto de Economia e Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É autor de *O ajuste impossível - Um estudo sobre a desestruturação da ordem economia mundial e seu impacto sobre o Brasil* (UFRJ, 1994).

GILBERTO MARINGONI é doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. É professor na Fundação Cásper Líbero (SP) e pesquisador do Ipea. Publicou, entre outros, *A Venezuela que se inventa - poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez* (Fundação Perseu Abramo, 2004) e *Barão de Mauá, o empreendedor* (Aori, 2007).

DENISE LOBATO GENTIL é doutora em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É também professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Assessora da Diretoria de Políticas e Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).





HÁ QUASE SETE DÉCADAS, quando o mundo emergia de uma profunda depressão e de um conflito devastador, o industrial Roberto Simonsen e o economista Eugenio Gudin protagonizaram um debate que sintetizou duas grandes vertentes da economia brasileira, a desenvolvimentista, que então começava a se afirmar, e a liberal, hegemônica até a entrada dos anos 1930. Na pauta estava a necessidade ou não de o País investir na industrialização e recorrer ao planejamento. Com características sempre renovadas e matizadas, essas correntes se desdobraram no tempo e reaparecem nos dilemas nacionais da atualidade. Voltar àquela polêmica e examiná-la em detalhes é uma necessidade para os estudiosos de história econômica, e altamente recomendável para todos os que anseiam por discutir as transformações de longo prazo para construir um Brasil desenvolvido e socialmente justo.

**Ricardo Bielschowsky**

